



EDITORIAL

O Centro Universitário Filadélfia - UniFil, credenciado pelo Decreto de 24 de abril de 2001, já nasceu com uma experiência de 29 anos no ensino superior, pois seu credenciamento se deu por transformação do Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON, criado em 1972.

Assim, a Revista TERRA E CULTURA que agora alcança seu ano 17 tem a grande alegria de lançar seu número 33, o primeiro da era UniFil.

Na busca da divulgação da produção científica de seus professores, alunos e colaboradores, na propagação de idéias, na universalização do conhecimento e da cultura, a TERRA E CULTURA tem se constituído em um canal de comunicação do mundo científico, preocupada que está com a transformação da sociedade e com o desejo de um mundo melhor, onde todos possam viver sem restrições os direitos plenos inerentes à condição de cidadãos do Século XXI.

Portanto, é com muita satisfação que a Reitoria da UniFil apresenta à comunidade acadêmica e científica mais este número da Revista TERRA E CULTURA.

Dr. Eleazar Ferreira
Reitor



O DIREITO E A ENFERMAGEM: O PORQUÊ DA INTERDISCIPLINARIDADE

*Tereza Rodrigues Vieira**

RESUMO

Nosso objetivo é discutir a importância de um estudo interdisciplinar que aborde os conflitos éticos proporcionados pela evolução da biotecnologia e sua influência na terapêutica aplicada, em face dos direitos do paciente e dos direitos da Cidadania, estabelecendo os valores humanos fundamentais, relevantes para a Enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Bioética; Consentimento; Saúde; Cidadania.

ABSTRACT (SUMMARY)

Our goal with the present article is to discuss the importance of an interdisciplinary study that approaches ethic conflicts presented by evolution of biotechnology and their influence on applied therapeutics, regarding the patient's rights and citizenship rights, establishing the to fundamental human values, relevant to Nursering.

KEY-WORDS: Bioethics; Consent; Health; Citizenship.

1. Nota Introdutória; 2. Atuação comum aos profissionais de saúde; 3. Objetivos gerais e específicos; 4. Levantamento da problemática; 5. Elaborar leis resolve?; 6. Conclusões.

* Doutora em Direito pela PUC/SP e Université Paris.

- Professora pesquisadora nas Universidades UNIABC, UNICASTELO, CESUMAR E UNIPAR. Autora das obras *Mudança de Sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicas* (Editora Santos/SP) e *Bioética e Direito* (Editora Jurídica Brasileira).

terezavieira@uol.com.br

1. Nota Introdutória

Considerando o compromisso com a formação qualificada de enfermeiros, especialmente no que concerne à preparação para o exercício efetivo da investigação científica e da docência, necessário se faz o fortalecimento da interdisciplinaridade para a construção do saber unitário. Assim, o presente texto tem por intento discutir a contribuição do Direito para o efetivo exercício da Enfermagem.

O enfermeiro defronta-se cotidianamente com diversas áreas de conhecimento e de teorias, com as quais tem que lidar, sem ter sido especificamente preparado para tal. Sucede que tais informações devem ser vistas como um todo, sem fragmentação, sem distanciamento da realidade (SILVEIRA, 2000).

A inclusão de disciplina ligada à **Saúde, Direito e Cidadania** na Enfermagem tem por escopo discutir problemas relacionados às pesquisas e práticas pluridisciplinares, com o intuito de elucidar e apresentar soluções éticas provocadas pelo avanço das tecnociências biomédicas. Tais questões não que ser consideradas sob vários prismas, na tentativa de harmonizar os melhores caminhos.

Assim, o profissional da Enfermagem deverá estar preparado para este estudo sistemático da conduta humana no campo das ciências biológicas, da atenção à saúde, examinando a problemática à luz dos princípios éticos.

2. Atuação comum aos profissionais da saúde

Vários são os mandamentos e princípios comuns às diversas especialidades da área da saúde, onde se inclui a Enfermagem. E a bioética tem por escopo justamente o estudo sistemático das dimensões da ética das ciências da vida e do cuidado com a saúde, fazendo uso de várias metodologias éticas em um contexto interdisciplinar (MEDINA, 1999).

Em verdade, a atuação ética nada mais é que uma obrigação do cidadão. Prestar serviço de qualidade é dever de todos os profissionais da saúde; porém, por vezes, estes hesitam em escolher esta ou aquela solução, muitas vezes, por falta de aprimoramento de seus conhecimentos interdisciplinares. Estes, indubitavelmente, fazem-se indispensáveis para o pleno desenvolvimento profissional, aliás, é o que dispõe o Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem. *In verbis*:

“Art. 14 - Atualizar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais.

Art. 15 – *Apoiar as iniciativas que visem ao aprimoramento profissional, cultural e a defesa dos legítimos interesses da classe.*”

Estes dispositivos são comuns às diversas classes profissionais ligadas à saúde.

3. Objetivos gerais e específicos

Diversos são os objetivos do debate interdisciplinar que pode ser travado para o enriquecimento intelectual daqueles que se interessam por estes estudos. Vejamos alguns:

- 1- Discutir a conduta considerada apropriada para os profissionais da saúde, valorando os diversos princípios considerados comuns a estas especialidades de atuação;
- 2- Assegurar o princípio da primazia da pessoa, aliando-se às exigências legítimas

do progresso do conhecimento científico e da proteção da saúde;

3- Inculcar no profissional a necessidade do aprimoramento do conhecimento, buscando sempre a interdisciplinaridade para a construção de um saber unitário, no tocante às ciências da vida e ao cuidado com a saúde;

4- Discutir problemas relacionados às pesquisas e práticas pluridisciplinares, enfocando a participação do enfermeiro à luz do Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem, procurando estabelecer os limites para o seu sigilo profissional, bem como o do pessoal sob sua direção;

5- Atentar para a responsabilidade acerca do presente e do futuro da biociência, discutindo normas que protejam a vida e o cuidar;

6- Demonstrar que o exercício da Cidadania é garantido constitucionalmente e, para que exista o Cidadão, o princípio à vida tem que ser tutelado;

7- Dominar conceitos da bioética, facilitando a tomada de decisão, garantindo um compromisso contínuo com a saúde do homem;

8- Elucidar e apresentar soluções éticas provocadas pelo avanço das tecnociências biomédicas com a participação dos diversos profissionais afetados pelo problema, bem como o paciente e sua família;

9- Discutir a necessidade da normatização resultante de um esforço conjunto, combinando às reflexões produzidas nos vários campos do conhecimento.

Em resumo, são estes alguns dos propósitos que se pretende atingir com a inclusão desta disciplina.

4. Levantamento da problemática

Inúmeros são os questionamentos éticos que clamam por soluções justas. À guisa de exemplo podemos citar alguns, para que possamos meditar acerca das possíveis deliberações. Quem deve tomar as decisões acerca do rompimento ou manutenção do tratamento? Tem o Estado a faculdade constitucional de impor tratamento para salvar a vida de uma pessoa contra a sua vontade? Existe o direito à morte? O paciente terminal tem direito ao controle das decisões até o final da vida? A morte assistida é compatível com a ética profissional? Como proceder diante de um paciente que não padece de enfermidades somáticas?

Podemos elencar outros: É imoral ter filhos, sabendo-se que estes nascerão com fatores-de-risco genéticos? Se a grávida decidir levar sua gravidez até o final, estará moralmente obrigada a submeter-se a todo tratamento que seu médico considerar aconselhável para o feto? Quando o nascimento é injusto para a criança?

E ainda: O que dizer da clonagem humana? E, das cirurgias de “mudança de sexo” de paciente maior? Os pais têm o direito de escolher o sexo do bebê?

A proibição de experimentos não será um retrocesso, como ocorreu com a ciência no fim da Idade Média?

Como se pode notar, estes são apenas alguns dos casos de fácil ocorrência em que os profissionais da saúde e do cuidar qualificado poderão se deparar no momento da terapêutica.

5. Elaborar leis resolve?

Em virtude dos questionamentos acima e de outras centenas, é que indagamos: legiferar resolve? Será que o Direito tem o *direito* de intervir nesses avanços, procurando determinar até onde a Ciência pode ir?

Percebemos que a Ciência está caminhando mais rápido que a reflexão ética por parte da sociedade. A humanidade ainda não encontrou respostas para diversas questões éticas. Muitas requerem a discussão e a elaboração de leis sobre a bioética para legitimar a sua prática ou para proibir experiências julgadas abusivas. No entanto, com o progresso veloz das pesquisas biológicas, corre-se o risco de tais leis já estarem defasadas no momento da sua promulgação.

PHILIPPE LE TOURNEAU (1996) recusa a idéia de legiferar. Segundo ele, os grandes princípios do Código Civil são suficientes para regulamentar as situações. Se formos legiferar, acrescenta o professor da Universidade de Toulouse I, é preciso ser muito prudente, dando à matéria grandes princípios sem querer tratar detalhadamente todas as questões. Ademais, a moral não deve ser considerada como um conjunto de restrições, mas um caminho de liberdade e de felicidade.

A lei deve assegurar o princípio da primazia da pessoa, aliando-se às exigências legítimas do progresso do conhecimento científico e da proteção da saúde pública. A propósito desses casos, mesmo diante da inexistência de uma lei específica, cabe ao Juiz dizer o direito, baseando-se em princípios gerais, determinando os limites.

Num ponto, contudo, estão assentes os poucos doutrinadores que se ocupam desse assunto; é preciso uma maior aproximação entre o cidadão e as tecnociências, facilitando o diálogo com a coletividade acerca do desenvolvimento coletivo. Todavia, adverte FRANCISCO DE ASSIS CORREIA (1996), a ética não deve ser entendida apenas como solução de problemas intelectuais, mas como aquisição de hábitos, de qualidade de caráter.

Oportuno se torna lembrar que a Enfermagem, firmada na noção de cuidado como missão ou vocação, é historicamente associada aos princípios religiosos e assistenciais, em que “*o devotamento e a benevolência pensados como indispensáveis ao exercício do ofício do cuidar*” (SARTI, C.A; OLIVEIRA, E.M, 1998). Assim, não há como dissociá-la do Direito, visto que este é quem se incumbe da criação e estabelecimento das normas de conduta legais.

Entretanto, os profissionais do Direito não possuem conhecimentos suficientes para elaborar uma lei sem a discussão do seu conteúdo com as áreas mais afeitas ao tema (ex., saúde). Destarte, o profissional da saúde necessita participar do debate multidisciplinar, sob pena de não conseguir acompanhar a evolução das tecnociências, deixando de fornecer sua contribuição para garantia dos direitos fundamentais do exercício da Cidadania.

6. Conclusões

As Instituições de ensino da Enfermagem devem considerar a bioética um campo essencial para o aprendizado do enfermeiro, visto que aquela também prioriza a proteção do ser humano, não as corporações biomédicas.

A Ciência deve existir como esperança, e não como uma ameaça à vida humana. Contudo, não podemos impedir as pesquisas ou queimar os pesquisadores com o rigor da Inquisição. O ponto-de-vista da Igreja deve ser observado, no entanto, sem nenhuma

imposição de caráter religioso.

Não se pode simplesmente coibir a Ciência de dar prosseguimento às suas pesquisas, nem tampouco podemos determinar preliminarmente, com absoluta certeza de acerto, os limites que ela deve observar.

Já sabemos que não basta o Direito determinar onde a Ciência deve ir para que ela avance, pois se as suas conquistas têm caráter irreversível, não é possível promover esse avanço pela simples vontade do Homem. Pesquisar ele pode, mas nem sempre é evidente que se conseguirá sucesso. Aliás, muitas das descobertas são obtidas ao acaso, procurando por outros resultados. Muitas descobertas são inesperadas - como então o Direito impor um ritmo a elas ou poder impedir que suas conclusões sejam obtidas? Além disso, aquilo que é ético ou moral hoje, amanhã poderá não ser mais, ou vice-versa.

O conflito de interesses, colocando de um lado o frágil equilíbrio da vida, o qual é submetido a novas provações a cada momento em que a Ciência promove novas descobertas, e de outro, as novas exigências e expectativas que são impostas à Ciência no sentido de que ela promova conquistas para a superação dos problemas que cercam a vida do próprio Homem, obriga-nos a assumir uma posição de alerta permanente e, talvez, a posição mais razoável para superar esse conflito seja o surgimento de mais um desafio, cujo preço que temos para pagar seja os novos rumos da Ciência, sem cercearmos seus avanços, mas também sem permitir que sejam simplesmente incorporados à nossa vida os novos conceitos e descobertas sem submetê-los a um rigoroso juízo de interesse moral e ético para a Humanidade. Em outras palavras, podemos permitir que a Ciência avance, mas devemos limitar a entrada em vigor daquilo que, naquele momento, ainda oferece mais riscos que soluções (VIEIRA, 1999).

Destarte, o enfermeiro deve dominar conceitos de bioética, facilitando a tomada de decisão, garantindo um compromisso contínuo com a saúde do Homem e estabelecendo um franco diálogo com outras classes, sobretudo, com os profissionais do Direito. A interdisciplinaridade é sempre bem-vinda como tentativa de cooperação na busca da melhor solução, mormente, na área da saúde e dos cuidados a ela relacionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREIA, Francisco de Assis. **Alguns desafios atuais da bioética**. In: **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 1996, p. 47.
- ENGLERT. *Lês comitês de bioéthique*. In: **Bioéthique jusqu'ou peut-on aller?**. Éditions de l'Université de Bruxelles, 1996, p. 51.
- LE TOURNEAU, Philippe. **De la bioéthique au bio-droit**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996, pp. 169-170.
- MEDINA, Ana Maria de Souza. *Biodireito: uma exigência da cidadania*. In: **Revista de Estudos Jurídicos**. Universidade Salgado Oliveira, n.1, 1999, p. 43.
- SARTI, C.A.; OLIVEIRA, E.M. – *Porquê ciências sociais na enfermagem*. In: **Acta Paulista de Enfermagem**, vol.1, n.1, São Paulo: v.11, Número especial, 1998, pp. 28-32.
- SILVEIRA, Alva Maria Dias. *Interdisciplinaridade: um processo de ação – reflexão – ação*. In: **Revista da Faculdade de Direito do Oeste de Minas – Fadam**. Divinópolis, 2000, pp. 63-70.
- VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética e direito**. São Paulo: Ed. Jurídica Brasileira, 1999.



ENFERMAGEM E INFORMÁTICA: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E A ASSISTÊNCIA

*Eloá Jane Fernandes Mateus**

*Fátima Maria de Freitas Albertino***

*Mauren T. G. Mendes Tacla***

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estimular a reflexão sobre a utilização da informática na enfermagem e sua adequação à prática profissional. São incluídos aspectos relevantes da divisão do trabalho na enfermagem - trabalho intelectual X trabalho manual – que se inserem no contexto histórico da sociedade burguesa/capitalista. Além desses aspectos, busca refletir sobre como o avanço tecnológico pode influenciar o cuidado de enfermagem, seus aspectos positivos e negativos. O ensino de enfermagem aparece como outro ponto a ser debatido, em especial as disciplinas de informática nele incluídas. Elas podem ser utilizadas em simulações, testes de procedimentos, adequando o ensino ao ritmo do aluno. Mas, também se deve proporcionar ao aluno a oportunidade de discutir e buscar alternativas para o uso da informática visando a melhoria da assistência preventiva ou curativa prestada ao paciente.

PAVAVRAS-CHAVE: Informática e Enfermagem; Ideologia e Enfermagem; Informática no Ensino; Ensino de Enfermagem.

ABSTRACT

The present work aimed stimulate the reflexion about the utilization of computer in nursing and it's adequacy to the professional practice. Relevant aspects about the division of the nursing work are included – intelectual work X manual work – which are inserted in the historical context of a bourgeois/capitalist society. Beyond these aspects, reflect about how the techonological advances can influence the nursing care, both the positive and negative aspects. The nursing teaching appears as another point of discusion, particulary their computer disciplines. It can be used in simulations, procedures tests, adequating the teaching to the student's rhythm. But, also must provides the student the opportunity to discus and get alternatives for the use of computer in the improvement of the preventive and curative care manegement to the patient.

KEY-WORDS: Computer and Nursing; Ideology and Nursing; Computer in Education; Nursing Teaching

* Docente do Departamento de Computação da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre em Educação.

** Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Mestre em Educação.

Considerações iniciais

A profissão de enfermagem, assim como todas as profissões da humanidade, tem passado, desde a Revolução Industrial, por inúmeras transformações. Não nos referimos somente à forma como os processos passaram a ser executados, auxiliados pelo uso de máquinas e engenhocas, mas sim a toda a sua concepção filosófica. Novas tecnologias passaram a ser utilizadas, e em alguns casos chegaram até mesmo a dominar, as atividades profissionais de determinados grupos, inclusive as da enfermagem.

No Brasil atual, a alta tecnologia vem tomando conta de todas as áreas. Não podia ser diferente com os profissionais de enfermagem. Os computadores entraram na rotina dos hospitais e unidades básicas de saúde. Particularmente na área hospitalar, pela sua complexidade, não se permite o raciocínio de simples transferência de “know-how” que vem se aplicando no campo industrial, pois o principal objetivo dos serviços de saúde é fazer um atendimento com qualidade e humanizado. Atendemos pessoas, não fabricamos carros ou outra máquina qualquer.

As máquinas e equipamentos, principalmente após o advento da eletrônica, talvez pudessem levar a sociedade a imaginar que o homem seria fatalmente substituído pela mecânica, pelas válvulas ou pelos transistores. Na verdade, isto jamais poderá ocorrer, pois, a criação e aperfeiçoamento de todos os equipamentos são da competência exclusiva do homem que os cria, aperfeiçoa e controla.

O computador veio para auxiliar o enfermeiro, comandando processos e realizando uma série de tarefas que o transformam em uma das maravilhosas ferramentas criadas pelo homem do século XX. Para Phaneuf (*apud* SCOCHI, 1991, p.21) *ainda que possamos efetuar certas tarefas com o computador, será sempre com nossos corações que abordaremos os pacientes e com nossas mãos que deles cuidaremos.*

A enfermagem precisa conhecer suas potencialidades e possibilidades para saber como melhorar o ensino, a pesquisa e a assistência com o auxílio do computador. Precisa de diretrizes básicas vinculadas a uma filosofia aplicada conscientemente à prática para não guiar-se por atitudes puramente mecânicas, que não exigem análise da situação. Sendo assim, queremos com este trabalho estimular a reflexão sobre a utilização da informática na enfermagem e sua adequação à prática profissional.

A enfermagem e seu objeto de trabalho

O homem necessita de cuidados, e a enfermagem é uma das profissões que lhe presta esses cuidados. A ciência da enfermagem ainda se encontra numa fase pré-paradigmática, que busca definir seu objeto de trabalho: o homem ou o cuidado? Apesar disso, o enfermeiro está, freqüentemente, mais preocupado em preencher papéis e requisições ou em “proibir” o acesso deste ou daquele visitante.

Quando pensamos no exercício da enfermagem, muitas imagens podem nos vir à mente: eficiência, postura, competência, rotinas, normas, proibições, imposições. A técnica passou a ser enaltecida na formação profissional, e o que se vê nas escolas é uma grande preocupação com habilidades psicomotoras, posturas, métodos. A preocupação com o cuidado individualizado tornou-se pouco evidente na realidade em que vivemos.

O que se observa na assistência de enfermagem são pacientes sendo despojados de pudores, preferências, desejos. Devem apenas seguir as recomendações médicas e de enfermagem, sem questionamentos, com pouca ou nenhuma participação ativa no processo de recuperação.

Normas pré-estabelecidas, condutas prescritivas, métodos tecnicamente eficientes, modelos, padrões. Tudo isso foi criado dentro de uma filosofia de sistematização, onde para cada *input*¹ fornecido e cada *output*² desejado há um processo analisado e testado. Não se condenam aqui as técnicas da sistematização: elas tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento de métodos, na conquista de um certo nível de qualidade. Entretanto, há muito mais por trás dos cuidados necessários na assistência de enfermagem.

O tempo gasto pelo enfermeiro no contato direto com o paciente é, em grande parte das vezes, insuficiente para atender às necessidades daquele ser humano sob seus cuidados. Assistimos diariamente profissionais de enfermagem pouco empenhados em refletir sua prática, sem sequer questionar se o que fazem é o necessário para o bem-estar do paciente.

Para que se efetive uma sensível melhora na assistência de enfermagem é necessário que os enfermeiros percebam a necessidade de estar continuamente buscando respostas e alternativas que atendam às necessidades de sua clientela. O desenvolvimento intelectual do enfermeiro inclui o exercício de pensar, perceber, refletir, criticar, imaginar, criar, investigar, buscar e compartilhar soluções, bem como a aquisição de conhecimentos científicos básicos.

Estes conhecimentos são operacionalizados através da prática de assistir, administrar, ensinar e pesquisar, passando antes pela humanização das relações, que devem ser cordiais, participativas e cooperativas (SAUPE, 1992). O saber será considerado como o instrumental que a enfermagem utiliza para realizar o seu trabalho, instrumental este legitimado e reproduzido pelo ensino desta prática.

A prática de enfermagem, a cada dia que passa exige que os profissionais estejam mais preparados, não só em termos técnicos e teóricos, mas também humanísticos. A enfermagem vem se projetando mais e mais na convergência entre ciência e arte, buscando, além de consolidar seus caminhos, “estar com” os seres humanos com quem atua, lutando para o aprimoramento da assistência à saúde.

O computador pode ser um instrumento útil para funções educacionais, de pesquisa e administrativas na enfermagem. Portanto, é necessário que os enfermeiros o conheçam para discutir e opinar sobre suas possíveis aplicações (Mirin *apud* TEIXEIRA, 1990).

1 *Input*: palavra de origem inglesa usada com o significado “entrada de dados”.

2 *Output*: palavra de origem inglesa usada com o significado “saída de dados”.

Trabalho intelectual X trabalho manual

Ainda hoje se realiza na enfermagem a divisão de trabalho intelectual/trabalho manual. O primeiro é realizado pelo enfermeiro através do planejamento da assistência, gerenciamento da unidade, supervisão dos auxiliares; já o segundo, executado pelos auxiliares de enfermagem, relaciona-se ao cuidado direto com o paciente, sendo classificado como de menor complexidade. Tal divisão é reforçada pelo sistema capitalista que, desse modo, valoriza o trabalho (intelectual) executado pelos enfermeiros e desvaloriza aquele realizado pelos auxiliares (manual).

Essas considerações nos levam a refletir sobre a questão formulada por ALMEIDA (1989, p.79): *As enfermeiras seriam os intelectuais da enfermagem?* Essa pergunta baseia-se na obra de Gramsci e sua contribuição acerca dos intelectuais. Ele afirma que em qualquer trabalho físico existe um mínimo de atividade intelectual criadora e que todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem essa função na sociedade (GRAMSCI, 1979). Os intelectuais orgânicos entendidos por Gramsci como um bloco ligado a uma classe de cujos interesses são representantes, têm função mediadora na relação entre a classe dominante e o sistema de organização da sociedade. Em suma, são “funcionários da ideologia”. Isso transposto à enfermagem, podemos dizer que as enfermeiras são “funcionárias” da ideologia dominante (Santos, *apud* GERMANO, 1985; Gramsci, *apud* ALMEIDA, 1989).

Relacionando essas características do trabalho da enfermagem à inevitável informatização dos serviços de saúde no Brasil fica evidente o surgimento de mais um desafio para os enfermeiros. Ele consiste em como utilizar os recursos da informática na prática da enfermagem, considerando a divisão técnica do trabalho, os diferentes níveis de formação das categorias (enfermeiro, técnico, auxiliar) e a complexa realidade do setor-saúde, que convive com serviços extremamente carentes ao lado de outros equipados com tecnologia avançada (SCOCHI *et al.*, 1991).

Assim sendo, até que ponto a informatização não estaria simplesmente se prestando a repetir, consolidar o *status quo*, no qual o modelo econômico e social, na vertente das políticas neoliberais, determina e conduz toda a orientação e execução das ações governamentais? Não estaria aí embutida uma ideologia de manutenção do consumismo, da competição? O acesso à informática atualmente é garantido a quem? Quem não possui habilidades para operar os recursos da informática teria competitividade? Não seria a informática mais um fator de exclusão?

Tecnologia e humanização

A evolução da Ciência nos traz agora uma nova revolução: a Revolução Tecnológica. Essa nova revolução, com o desenvolvimento dos computadores e sua incrível capacidade computacional, da microeletrônica, dos *chips*, entretanto, não pode ser vista somente como a evolução das máquinas. Precisa-se extrair muito mais desses recursos, além da simples automatização de tarefas.

A velocidade com que as ciências se desenvolvem é alucinante. É fundamental para qualquer profissional que se mantenha informado sobre os últimos avanços na sua

área. Não pode ser diferente para o profissional de enfermagem, principalmente porque neste caso, uma informação pode significar a vida ou a morte de um paciente.

O que se prega com o uso dos computadores é que a humanidade terá novas maneiras de se comunicar, de trocar informações de maneira mais rápida e eficiente, com baixos custos. Uma cirurgia delicadíssima pode ser feita através de terminais de computadores com médico e paciente separados por milhares de quilômetros. Isso tudo parece milagre, entretanto já acontece. Talvez esteja aí a chance de uma virada na postura ética adotada no uso da tecnologia disponível e em benefício do ser humano.

A informática em enfermagem deve combinar a ciência da computação e da informação com a ciência da enfermagem. Com a informática os dados são coletados, agregados e organizados. As informações são transportadas do ponto de origem e ao ponto de uso de uma maneira econômica, eficiente e útil à assistência (ÉVORA, 1996).

Os computadores e a informática, de uma maneira geral, provêm meios para que várias tarefas sejam automatizadas. Quando nos deparamos com o funcionamento de nossas unidades hospitalares e de saúde pública é fácil identificar o relevante papel que a informática vem desenvolvendo nessas áreas. Muitas filas têm sido evitadas, em muitos casos o atendimento tornou-se um exemplo de eficiência, os pedidos de medicamentos chegam quase que imediatamente à farmácia. Podemos de qualquer terminal de computador dentro do hospital pesquisar os pacientes internados e as informações a eles relacionadas. Já existem terminais à beira do leito onde, entre outras coisas, os cuidados executados podem ser imediatamente registrados.

Apesar de tudo isso, GERMANO (1993, p. 73) alerta que *é importante ressaltar que o avanço tecnológico na área da saúde, ao mesmo tempo que contribuiu para o prolongamento da vida,(...), de certo modo vem afastando o enfermeiro do paciente, bem como os demais profissionais que o tratam.* O uso de aparelhagem sofisticada levou o profissional da saúde a dar mais importância aos equipamentos do que ao doente. Além disso, o *status* obtido pela manipulação de tais equipamentos também contribui para afastar sua atenção dos pacientes. Por outro lado, observamos a subutilização do computador em algumas instituições de saúde, seu pouco aproveitamento nas questões relativas ao planejamento da assistência de enfermagem e a escassa reflexão, entre os enfermeiros, acerca do potencial e das possibilidades a serem desenvolvidas nessa área.

É, portanto, chegada a hora de uma tomada de decisão e de se questionar sobre de que forma o computador pode ou deve ser usado na assistência ao paciente, definindo quais funções relacionadas à assistência executadas pela enfermagem podem ser realizadas por uma máquina, em que extensão a máquina pode melhorar a qualidade da assistência e em que nível é possível compatibilizar o custo financeiro com o emocional da assistência ao paciente. É também oportuno o questionamento sobre a forma de sociedade que desejamos, para que não haja uma supervalorização da eletrônica e computação em detrimento do pensamento reflexivo sobre os valores e as reais necessidades humanas (LUÍS *et al.*, 1992).

O uso racional do computador nas tarefas de enfermagem pode privilegiar o contato direto enfermeiro/paciente, possibilitando uma troca efetiva de informações. Essa aproximação pode estimular a participação do paciente nas decisões relacionadas ao seu tra-

tamento, e no tipo de assistência de enfermagem a ele prestada. O enfermeiro deve envolver o paciente no planejamento dos cuidados levando em conta, sempre que possível, suas características e necessidades individuais. Estaremos, desta forma, respeitando-o como pessoa e tornando-o co-responsável pela qualidade dessa assistência.

Devemos valorizar a utilização dos recursos da informática como um meio facilitador da atuação do enfermeiro, oportunizando sua reintegração em suas verdadeiras funções, favorecendo seu desempenho na assistência técnica e humanizada junto ao paciente (GUIMARÃES *et al.*, 1990), e também, livrando-o de serviços ligados indiretamente aos cuidados do paciente (ordens de requisições de medicamentos e suprimentos, anotações de enfermagem) (LUÍS *et al.*, 1992).

Ensino de informática na enfermagem

Todos estes questionamentos são de fundamental importância e devem estar permeando não só a vida dos enfermeiros que atuam na assistência, mas principalmente a dos educadores que estão formando os futuros profissionais.

As áreas acadêmicas e profissionais emergem ao longo de um processo paralelo. Pois, se por um lado, as áreas profissionais utilizam o saber desenvolvido pelas acadêmicas, estas se inspiram na produção das áreas profissionais para desenvolver novo saber (TRENTINI *et al.*, 1992).

Sob este aspecto é que nos questionamos quanto ao tipo de formação que está sendo dada aos estudantes de enfermagem, em especial nas disciplinas de informática. A importância do uso da informática é incontestável, principalmente se tivermos em mente que ela pode abrir espaço para a reflexão da profissão, para o debate de questões mais amplas, e principalmente para a dedicação do enfermeiro ao cuidado humanizado. Ou seja, a função do computador deve ser a de agilizar tarefas automáticas, deixando mais tempo para os humanos fazerem tarefas humanas.

O que observamos, de uma maneira geral, nas disciplinas de informática ministradas em cursos universitários, é o modismo de se dizer que a escola oferece a disciplina e conta com laboratórios equipados com computadores. Entretanto, via de regra o que é ensinado são conceitos de informática básica. Não que esses conceitos não sejam necessários, porém é imperativo que se vá além disso. Em sua maioria, não se focalizam seu uso no contexto hospitalar e de saúde pública, nem nos possíveis benefícios decorrentes de sua utilização no planejamento e implementação da assistência de enfermagem e, em última instância, ao paciente.

No entender de ÉVORA (1996, p.5),

A introdução da Tecnologia Computacional no campo da Enfermagem revela uma forte tendência do futuro; entretanto, está sendo julgado por muitos como irrealista e demasiado inovador. Com respeito à realidade presente, esta tecnologia encaixa-se perfeitamente, dentro de uma óptica de aprimoramento da qualidade dos cuidados de saúde.(...) um dos inconvenientes do uso dessa tecnologia é, certamente, o tempo dispendido à formação dos enfermeiros (...). É lamentável que a maioria dos programas de educação em enfermagem não forneçam aos alunos conhecimentos básicos.

Visando superar alguns dos problemas mencionados acima, consideramos que a informática pode prover ótimos recursos de simulação de situações onde o estudante poderá testar procedimentos, medicamentos e atendimentos sem colocar em risco a vida de pacientes. ÉVORA (1996) refere-se à Instrução Assistida por Computador (CAI) como uma estratégia viável no ensino de enfermagem. Os tipos mais comuns de programas incluem: exercícios de repetição e prática; atividades tutoriais; diálogo; simulação e atividades de jogos. Envolvem ativamente os alunos no processo e lhes possibilita adequar o ensino, das mais diversas áreas da enfermagem, a seu ritmo próprio de aprendizado. Ao realizar trabalhos de iniciação científica o aluno poderá aprender a empregar o computador para a análise dos dados, além da utilização das várias Bases de Dados disponíveis. Pode ainda oferecer uma ampla fonte de informações onde o estudante poderá pesquisar o que há de mais moderno no mundo da saúde.

Há que se fazer com que os computadores das escolas de enfermagem sejam utilizados não somente para a digitação de trabalhos; que os computadores dos hospitais não sejam meras máquinas de escrever sofisticadas. Segundo TELLES e CASSIANI (1998), o uso de programas de computação, como por exemplo *Windows*, *Power Point* e *Corel Draw*, como sendo facilitadores da “vida acadêmica” foi aprovado por 80% dos alunos por eles pesquisados. Sem dúvida, é muito mais simples digitar um texto usando um editor de textos eletrônico do que ter que escrevê-lo à mão, além de facilitar a sua leitura posterior. Mas, será que a informática deve se prestar somente a esse papel: o de facilitador das atividades acadêmicas?

O profissional da saúde tem que estar consciente de que o computador é uma ferramenta de seu trabalho. Como tal, ele deve dominar o seu manuseio assim como domina outras atividades inerentes à sua profissão. O enfermeiro deve saber tirar do computador informações que melhorem as condições de tratamento de seus pacientes e as suas condições de trabalho.

Para isto, é necessário que esta disciplina seja ministrada por pessoas que conheçam a realidade da profissão. Geralmente, seus professores são “computólogos”, ou seja, pessoas que dominam muito a informática, capazes de desenvolver programas complicadíssimos, algoritmos sofisticados, operar os mais diversos *softwares*. Entretanto, alguns deles jamais sequer entraram em um hospital ou unidade básica de saúde. Como esses professores serão capazes de apontar a seus alunos as melhores maneiras de utilização do computador no dia-a-dia da profissão? Que conhecimento este professor tem dos aspectos éticos e humanistas da profissão de enfermagem? Se o ensino é simplesmente de informática básica, no que isso pode contribuir para que o enfermeiro possa ser mais humano com seus pacientes?

Por outro lado, um grande número de professores de enfermagem são enfermeiros, e algumas perguntas a esse respeito merecem ser feitas. Qual o domínio de conhecimento de informática aplicada à enfermagem destes professores? Aproveitam recursos da informática para melhorar suas aulas e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem? Utilizam o computador como recurso pedagógico?

Essas reflexões nos levam a acreditar que os objetivos e conteúdos de ensino devam ser selecionados a partir da realidade concreta, buscando atender às necessidades que nela se apresentam. Cabe aos cursos de enfermagem a adequação e atualização do

ensino de informática buscando preparar o profissional para atender à demanda da sociedade relacionada à prevenção da doença e promoção da saúde. É preciso que se defina claramente a contribuição da informática na formação do enfermeiro comprometido com a melhora das condições de saúde da população.

Considerações finais

Segundo Masuda (*apud* LUÍS, 1992), uma inovação tecnológica se desenvolve nos sistemas sócio-econômicos, primeiramente, com a tecnologia fazendo o trabalho previamente feito pelo homem; depois tornando possíveis novos tipos de trabalho e, finalmente, transformando as estruturas sociais e econômicas existentes em novos sistemas sócio-econômicos. Uma vez que o computador fará uma parte do trabalho automatizado, é necessário que o enfermeiro dedique mais do seu tempo em tarefas criativas, voltadas ao relacionamento com o paciente e seus familiares.

Há portanto uma série de fatores que devem ser discutidos e levados em conta na profissão de enfermagem. Mas, para TEIXEIRA (1990), é através do aprimoramento do profissional que se pode alterar o “status quo” da enfermagem nacional, e a informática pode ser um dos caminhos para esse aprimoramento. A autora acredita ser necessário conhecer para discutir e discutir para alterar e/ou melhorar o trabalho realizado na enfermagem.

O papel do enfermeiro é buscar a consciência plena desta nova visão de mundo e utilizar-se dos recursos dessa tecnologia para organizar os nossos sistemas de informação, não como um fim em si, mas como um meio para agilizar o processo de decisão e racionalizar o trabalho, tendo como meta final a otimização da assistência de enfermagem.

O enfermeiro deve iniciar seu preparo na academia, com docentes preparados e integrados com as tecnologias de ponta, com visão crítica e reflexiva, sem com isso “deletar” a sua essência: o cuidar de forma individualizada, com respeito, enfim, de forma “humana”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; ROCHA, Juan Stuardo Yazlle. **O saber de enfermagem e sua dimensão prática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- ÉVORA, Yolanda Dora M. **Processo de informatização em enfermagem**. São Paulo: EPU, 1996.
- GERMANO, Raimunda Medeiros. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- GERMANO, Raimunda Medeiros. **A ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIMARÃES, Solange Machado; GUS, Jairo; PRESTES, Antonio Marcos Pires; ZIMMER, Paulo Marcelo. Elaboração de *software* para prescrição de enfermagem na



sala de recuperação pós-anestésica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. **Enfoque**, São Paulo, v.18, n.1, p.11-16, mar./jul. 1990.

LUÍS, Margarita Villar; SCOCHI, Carmen Gracinda Silva; ATZINGEN, Regina Helena Von. Reflexões sobre a inserção da informática na profissão de enfermagem. **Rev. Gaúcha de Enferm.**, Porto Alegre, v.13, n.1, p.37-40, jan. 1992.

PATRÍCIO, Zuleica Maria. Promovendo a cidadania através do conceito de cuidado. **Texto e Contexto**, Florianópolis, v.1, n.1, p.89-106, jan./jun. 1992.

ROCHA, Semiramis Melani Melo; SILVA, Gracieta Borges da. Linhas filosóficas e ideológicas na pesquisa em enfermagem no Brasil. **Rev. Bras. de Enf.**, Brasília, v.40, n.4, out./dez., 1987.

SAUPE, Rosita. Formação do enfermeiro cidadão crítico – entendimento dos docentes de enfermagem. **Texto e Contexto**, Florianópolis, v.1, n.1, p.1-15, jan./jun. 1992.

SCOCHI, Carmen Gracinda Silvan; SANTOS, Beatriz Regina Lara dos; ÉVORA, Yolanda Dora Martinez. A informática na prática de enfermagem: um novo desafio para o enfermeiro. **Rev. Gaúcha de Enferm.**, Porto Alegre, v.12, n.2, p.19-22, jul. 1991.

TEIXEIRA, Elizabeth. Conhecimento e opiniões de enfermeiros sobre informática na Enfermagem. **Enfoque**, São Paulo, v.18, n.1, p.17-19, mar./jul. 1990.

TELLES FILHO, Paulo Celso Prado; CASSIANI, Sílvia Helena de Bortoli. Atitudes de discentes de enfermagem frente ao computador. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto, v.6, n.4, p.119-120, out. 1998.

TRENTINI, Mercedes; PAIM, Lygia. Enfermagem: ciência ou profissão? **Rev. Gaúcha de Enferm.**, Porto Alegre, v.13, n.1, p.28-33, jan. 1992.



EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO: REFLEXOS DA CRISE DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

*Eunice Ladeia Guimarães Lima**
*Magali Aparecida Alves de Moraes***
*Mauren T. Grubisich Mendes Tacla****

RESUMO

Este artigo analisa alguns aspectos relacionados à crise da Universidade no Brasil. Entre eles a sua desvinculação com a realidade, seus currículos defasados, seu saber fragmentado, a desvalorização da carreira docente e o escasso incentivo à pesquisa. São apontados vários autores que defendem a produção e disseminação do conhecimento produzido na Universidade e a formação de professores continuamente alimentada pela pesquisa e pelo ensino. Faz uma breve retrospectiva histórica sobre a criação do Curso de Pedagogia e sua evolução face à legislação vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Ensino Superior; Crise na Universidade.

ABSTRACT

The present work analyses some aspects related to the University crisis in Brazil. Among them its dissociation with reality, inadequate curriculum, fragmented knowledge, devaluation of the teacher career and lack of incentive to research. Many authors are pointed who defends that the production and dissemination of knowledge produced in University and the formation of teachers must be continually improved for the research and teaching. It makes a short historical retrospective about the creation of Pedagogy Course and its evolution face to the on going legislation.

KEY-WORDS: Teachers Formation; Superior Teaching; University Crisis.

* Docente da Faculdade de Educação de Osvaldo Cruz – SP. Pedagoga.

Mestre e doutoranda em Educação/UNESP – Marília – SP.

** Docente da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA – Marília - SP.

Psicóloga, Mestre e doutoranda em Educação/UNESP – Marília - SP.

*** Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Enfermeira, Mestre em Educação/UEL – Londrina – PR.

Aluna especial do Programa de Doutorado em Educação da UNESP – Marília – SP.

Crise da Universidade no Brasil

Segundo FÁVERO (1989) a(s) crise(s) pela(s) qual passam as universidades envolve(m) a questão social. Atinge(m) tanto os países com sólida tradição universitária, como os demais. A Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, em seu relatório para a UNESCO, destaca que “numa grande parte do mundo em desenvolvimento o ensino superior está em crise há cerca de dez anos. As políticas de ajustamento estrutural e a instabilidade política oneraram o orçamento dos estabelecimentos de ensino. O desemprego de diplomados e o êxodo de cérebros arruinaram a confiança depositada no ensino superior” (DELORS *et al.*, 2000, p.140).

Em se tratando de Ensino Superior no Brasil, à crise atual se somam os já históricos problemas que vêm desde a implantação do ensino superior no país, conforme bem apresenta CUNHA (1980) em seus estudos.

Parece que o denominador comum da crise é o colapso de instituições que já não satisfazem a interesses do passado. Existe então, o desafio da luta pela melhoria quantitativa e qualitativa, a universidade que possa beneficiar a maioria e não colaborar para a exclusão social.

Alguns pontos, de acordo com FÁVERO (1989), que estão ou continuam provocando a crise da universidade: crescimento desordenado e até estimulado de universidades e, sobretudo, de escolas isoladas, aliado ao acelerado processo da privatização do ensino superior no país; falta de estabilidade orçamentária nas instituições universitárias que muito têm contribuído para que não se assegure o bom funcionamento de suas atividades acadêmicas e administrativas; descompasso entre as pesquisas produzidas nas universidades e as exigências tecnológicas do país; a fragilidade e a descontinuidade dos programas de ensino e pesquisa, contribuindo para deficiências cada vez maiores na formação profissional dos alunos.

Desvinculada e descomprometida com a realidade, a universidade em muitos momentos não se preocupa em produzir um saber que revele e transforme essa realidade. Produz um saber fragmentado e desatualizado na perspectiva teórica e sem ligação com a realidade. Os estudantes não sabem para que serve o que aprenderam. Paralelamente, têm-se currículos defasados, fragmentados e pouco flexíveis, dificultando inclusive um maior entrosamento interdisciplinar, além da desvalorização da atividade docente que se reflete nos baixos salários e, no caso de grande parte das universidades particulares, na ausência de uma carreira docente. Some-se a este quadro uma estrutura de poder centralizadora e conservadora, gerada pela falta de competência profissional de muitos dos que nela trabalham e pelo seu descompromisso em fazer valer interesses mais fundamentais da sociedade.

Recuperação da credibilidade social

Não se pode perder de vista que a recuperação da credibilidade social da Universidade está condicionada, de um lado, pela imediata retomada da Universidade para se pensar a respeito de si mesma e, de outro, por parte do Estado assumindo o seu papel na reformulação do projeto universitário. É importante que a Universidade tenha o



respeito dos governantes pelo exercício responsável de sua autonomia. E que este dirigente tenha força moral e competência para representar a Universidade autônoma. A autonomia relaciona-se à democratização interna da Universidade. As relações de poder na instituição universitária não podem assumir caráter meramente administrativo ou acadêmico; definem-se, sobretudo como questão política. A participação, a tomada de decisão é um espaço conquistado. Porque, segundo FÁVERO (1989), o espaço cedido é um engano, embora pareça um avanço.

Poucas são as universidades que têm como meta a pesquisa e o ensino com qualidade. Fávero defende a finalidade primordial da Universidade e de suas unidades como o local de criação do conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através do ensino e da extensão. A discussão ensino/pesquisa não pode deixar de levar em consideração a natureza histórica: a relação entre Ciência e Sociedade. Os determinantes internos à Ciência e à comunidade científica encontram-se medializados histórica e socialmente. Segundo SCHWARTZAMAN (1979) “o que é necessário é ter uma visão mais apropriada da atividade científica como atividade social e examinar, em cada caso, seu relacionamento com o contexto histórico em que se dá” (*apud* FÁVERO, 1989, p.51). A concepção de ciência como atividade neutra, e para formar a elite, perde sua força, e se passa a conceber a Ciência com implicações sociais.

Para CANDAU (1997) o interesse pela formação de professores termina sendo uma questão marginal, chegando mesmo, a ser considerada um “sub-produto” da Universidade. A autora nos alerta para o fato de que esta realidade vem mais uma vez reforçar a distância da Universidade em relação à Sociedade, assim como evidenciar a separação entre produção e transmissão de conhecimento, pesquisa e ensino, formação de cientistas e de professores, tão freqüentemente presente nas nossas universidades.

A pesquisa deve ser uma opção institucional e não apenas uma opção pessoal de docentes-pesquisadores. Sem significar que todos os professores venham a se dedicar à pesquisa enquanto projeto individual. Mas, estes devem desenvolver o seu trabalho como parte de um projeto coletivo, devem ter acesso à pesquisa, sem necessariamente serem pesquisadores. Se a Universidade não assumir a pesquisa enquanto projeto institucional, dificilmente ela assumirá que uma de suas funções é a produção de conhecimentos nas diversas áreas do saber.

Mas produzir conhecimentos para quem e para que? Esta produção só tem sentido se puder ser aplicada socialmente, para melhorar a qualidade de vida da população, fazer ciência com consciência (MORIN, 1996).

Portanto, a Universidade, além de produzir conhecimentos, precisa encontrar meios de disseminar esses conhecimentos. “Tem de assumir que a socialização do conhecimento por ela produzido não é só um dever, mas um determinante ao se pretender uma universidade democrática” (FÁVERO, 1989, p.52). A formação de professores deve estar continuamente alimentada pela pesquisa e ensino, e esta deve estar em contínua interação com a própria evolução do conhecimento em cada área específica. É importante lembrar que a primeira forma de preparação de professores foi exclusivamente prática, sem qualquer base teórica.

A Formação de professores

Em 1939 surgiu o Curso de Pedagogia, inicialmente criado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Decreto 1.190, de 4/4/1939), visando à dupla função de formar bacharéis para atuarem como técnicos de educação, e licenciados, destinados à docência nos cursos normais.

O parecer do Conselho Federal de Educação referente ao currículo mínimo do Curso de Pedagogia (Parecer CFE 251/62) deixa entrever que nele se apoiaram os primeiros ensaios de formação superior do professor primário, prevendo a superação próxima do modelo de formação em nível médio nas regiões mais desenvolvidas do país. Já o Parecer CFE 252/69, que modifica o referido currículo mínimo, retoma essa posição e vai mais além, procurando garantir a possibilidade de exercício do magistério primário pelos formados em Pedagogia. Tal medida acabou por embasar legalmente o movimento de remodelação curricular dos cursos de Pedagogia que viria a ocorrer nos anos 80 e 90, no sentido de ajustá-los à tarefa de preparar o professor para os anos iniciais da escolaridade.

Segundo TANURI (2000, p.79) deslocam-se às preocupações principalmente para os aspectos internos da escola, com a intenção de torná-la 'eficiente e produtiva', ou seja, com vistas à preparação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico do país (pós-64), para a segurança nacional. Dentro da "...visão tecnicista, acentua-se a divisão do trabalho pedagógico, desenvolvem-se os Serviços de Supervisão, iniciando-se nos Cursos de Pedagogia, a partir da implementação do Parecer 252/1969, a formação dos especialistas".

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para os 1º e 2º graus, contemplou a Escola Normal, transformando-a em habilitação profissional do ensino de 2º grau. Desapareceram os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia.

O Ministério de Educação e Cultura visando reverter o quadro instalado na HEM, criou os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), elaborado em 1982 pela antiga Coordenadoria do Ensino Regular de 2º Grau do MEC e divulgado junto às Secretarias de Educação. O projeto tinha por objetivo redimensionar as escolas normais, dotá-las de condições adequadas à formação de profissionais com competência técnica e política. O projeto foi implantado inicialmente em 1983, com apoio técnico e financeiro do Ministério. Projetos complementares e paralelos ao CEFAM, com o objetivo de dar continuidade às suas ações e fortalecê-las, foram iniciados pelo MEC, porém não tiveram continuidade.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) estabelece que a formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior. Porém, a Lei admite como formação mínima a oferecida em nível médio nos cursos normais, o que faz supor, dado à realidade existente, que tais cursos deverão subsistir ainda por muito tempo, embora fique estipulado nas disposições transitórias um prazo de apenas dez anos para essa formação.

Tudo indica, segundo TANURI (2000), que apesar da conquista legal, a formação em nível superior continua a ser um desafio para os educadores, até porque a recente regulamentação dos Institutos Superiores de Educação (Resolução CNE 1/99) tem trazido incertezas acerca de suas conseqüências para a qualificação de docentes. Alguns educadores temem um nivelamento por baixo, em face da ênfase numa formação eminentemente prática, desvinculada da possibilidade de pesquisa, e devido aos padrões de qualificação docente inferiores àqueles exigidos nas universidades. Também se teme o simples desmonte de um sistema público, com conquistas positivas como o CEFAM, e o enfraquecimento do compromisso do Estado para com a formação dos professores, em favor de instituições existentes apenas no plano legal.

A LDB (Lei nº 9394/96), de acordo com QUAGLIO (1991, p.139), “foi aprovada em um contexto de políticas neoliberais, de interesse financeiro, impostas por intermédio de agências como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que procuravam promover a reforma do Estado”. Nela existe uma forte preocupação com a questão da formação de professores. E têm sido instaurados vários debates sobre a definição de parâmetros e diretrizes para esta formação. QUAGLIO (1991, p.140) acrescenta que: “a própria história das diversas intervenções nas políticas de formação nos mostra que estas mudanças não podem caminhar separadas de questões como: valorização profissional, salários e condições dignas de trabalho, planos de carreira docente e, principalmente, uma política de formação continuada que rompa com o caráter terminal ainda presente em muitos centros de formação no país”.

Considerações Finais

Em publicação recente sobre Educação Superior, a UNESCO (1998) apresentou a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: Visão e Ação”. Estabelece as Missões e Funções da Educação Superior, e em seu Artigo 1º, a missão de educar, formar e realizar pesquisas. Nele recomenda que “as missões e valores fundamentais da educação superior, em particular a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, devem ser preservados, reforçados e expandidos ainda mais” (p.16). O item “ f ” do referido artigo conclama a educação superior a “contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação docente” (UNESCO, 1998, p.17).

DELORS *et al.* (2000, p.155), enfatizam a visão que “o professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo, (...) tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber, guiando mas não modelando os espíritos, e demonstrando grande firmeza quanto aos valores fundamentais que devem orientar toda a vida”.

Infelizmente, as Instituições de Ensino Superior continuam a priorizar a educação baseada na transmissão de conteúdos, pouco valorizam a capacitação docente, se distanciam das necessidades reais da sociedade, e valorizam de maneira insuficiente a pesquisa educacional.

Os professores, diante deste mundo complexo, devem despertar nos estudantes a curiosidade, ajudar a desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as

condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente. Essa é a opinião da Comissão Internacional da Educação para o século XXI, e reforça a “importância do papel do professor enquanto agente de mudança, favorecendo a compreensão mútua e a tolerância, nunca foi tão patente como hoje em dia. Este papel será ainda mais decisivo no Século XXI” (DELORS *et al.*, 2000, p.153).

Saber, prazer e compromisso transformador são dimensões que têm de ser trabalhadas em articulação contínua com a postura e o tratamento pedagógico indispensáveis a todo professor. Muitas vezes, estas dimensões não são todas explicitamente trabalhadas na formação de professores e, quando o são na sua totalidade ou em alguns de seus elementos, estes são focalizados de modo isolado, um independente do outro. É necessário trabalhá-los de modo articulado, procurando-se as implicações de uns em relação aos outros, construindo-se, assim, uma visão unitária e multidimensional do processo de formação de professores (CANDAUI, 1997).

A modernização da profissão docente (o abandono do mundo tradicional de idéias articuladas numa visão única de mundo) passa por formar os professores de maneira participativa. Hoje isso significa formá-los para a convivência democrática. Se assim não for, a visão de mundo e a disciplina que irão impor a seus alunos acabarão por se chocar com a realidade. Convém lembrar que a formação de professores não pode dar-se a partir da cultura dominante. É preciso que se ensinem todas. Na impossibilidade, ao menos há que formar o respeito por todas elas (RUZ, 1997).

FELDENS (1997) destaca a necessidade de se concentrar esforços na formação de formadores, que deve ser realizada por pessoal adequadamente preparado para propor e concretizar a formação de educadores na perspectiva enfocada na academia e desejada na prática docente.

Em suma, qualquer abordagem de educação de professores que não os encoraje a refletir criticamente sobre suas próprias visões de educação e sobre a natureza da educação, como se concretiza no ambiente institucional escolar, será, ou inerentemente conservadora, ou perigosamente doutrinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LDB: lei de diretrizes e bases da educação – lei 9.394/96.**

CANDAUI, Vera Maria. Universidade e formação de professores: que rumos tomar? *In*: CANDAUI, Vera Maria (org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.30-50.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DELORS, J. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2000. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000. (**Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**).

FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.) **A Universidade em questão**. 29.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.



FELDENS, Maria das Graças Furtado. Desafios na educação de professores: analisando e buscando compreensões e parcerias institucionais. In: SERBINO, Raquel Volpato *et al.* (Orgs.). **Formação de professores**. São Paulo: UNESP, 1998. p.125-148. MEC – **Formação de Professores para Educação Básica**. <http://www.mec.gov.br/Sesu/esclareci.shtml>, p.1-3, 13/01/2001.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

QUAGLIO, Paschoal. “**Educação Superior e a formação do profissional da Educação**”. Proposição e Desenvolvimento de um Temário para a Disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus. Marília, UNESP/FFC, 1991.

RUZ, Juan Ruz. Formação de professores diante de uma nova atitude formadora e de eixos articuladores do currículo. In: SERBINO, Raquel Volpato *et al.* (Orgs.). **Formação de professores**. São Paulo: UNESP, 1998. p.85-101.

TANURI, Leonor Maria. História da formação dos professores. In: ANPEd. 500 anos de Educação Escolar. **Rev. Brasileira de Educação**. Campinas, Autores Associados, n.14, mai. jun. jul. ago. 2000.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.



INFECÇÃO EM PACIENTES PÓS-CIRÚRGICOS*

*Marcelo Ruela de Oliveira***

*Vivian Lopes Coelho***

*Jucinet César Cardoso***

*Daisy Carla Vieira Roman***

*Renata Perfeito Ribeiro****

RESUMO

O problema da infecção hospitalar em feridas cirúrgicas é uma preocupação dos profissionais da área da saúde. Sabemos que as infecções hospitalares podem ser inerentes a vários fatores, como: o próprio paciente, o ambiente hospitalar, a agressão terapêutica e/ou diagnóstica apresentada ao paciente. Esse trabalho teve como objetivo levantar a bibliografia a respeito do tema “infecção hospitalar e os procedimentos cirúrgicos”. Para atingir esse objetivo, fizemos um levantamento bibliográfico sobre o assunto, dos últimos 8 anos, mostrando o que cada autor afirmava. Adicionalmente, resolvemos contribuir com a nossa prática diária, enquanto alunos do 3º ano de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia (UniFil). Apresentamos também ao final uma conclusão e algumas sugestões e recomendações para a melhoria da prática diária no combate às infecções hospitalares em feridas cirúrgicas.

PALAVRAS-CHAVE: Infecção Hospitalar; Procedimentos Cirúrgicos.

ABSTRACT

Hospital infection in surgical wounds is a concern of the professionals of the health area. It is known that hospital infection may be vulnerable to several factors: the patient him/herself, the hospital environment, the therapeutic and/or diagnostic aggression presented to the patient. The present work aims at surveying the bibliography regarding hospital infections and surgical procedures. A bibliographical survey of what has been written in the past eight years has been carried out, showing what each author has stated. Regarding that subject, as undergraduate students taking the third year of Nursing at Centro Universitário Filadélfia (UniFil), we felt we had a contribution to give for the improvement of our daily practice, a conclusion is drawn and some suggestions and recommendations are given.

KEY-WORDS: Hospital Infection; Surgical Procedures.

* Trabalho de revisão bibliográfica desenvolvido na programação da disciplina Infecção Hospitalar, do Curso de Enfermagem da UniFil.

** Acadêmico(a) do 4º Ano do Curso de Enfermagem da UniFil.

*** Docente do Curso de Enfermagem da UniFil. (Orientadora da pesquisa).

INTRODUÇÃO

A preocupação com a supuração das incisões cirúrgicas data da época dos egípcios, os quais utilizavam favos de mel para preveni-las.

Quando as supurações eram decorrentes de incisões cirúrgicas, eram consideradas “desejáveis” e “louváveis”.

Em 1867, Joseph Lister, baseado nos relatos sobre a febre puerperal veiculada pelas mãos dos médicos que frequentavam salas de autópsia, e incorporando as idéias do químico Louis Pasteur, convence o mundo científico de que a supuração pode ser perfeitamente evitada para o bem do paciente. É o início da era listeriana, da cirurgia asséptica.

A pele, primeira barreira de defesa do corpo contra o meio externo, é colonizada por bactérias importantes na gênese da infecção hospitalar.

A flora permanente da pele multiplica-se livremente e está alojada junto aos folículos pilosos e ductos das glândulas sebáceas.

A flora transitória é superficial, variável e dependente do tempo de contato com o meio ambiente. Quanto maior a permanência do paciente pós-operado no ambiente hospitalar, mais rica será a sua flora em patógenos próprios daquele ambiente.

O risco de desenvolvimento de infecção na incisão cirúrgica depende do preparo pré-operatório da pele, quantidade e tipo de contaminação, as condições da incisão ao término da operação (influenciada pela técnica e habilidade do cirurgião), a idade, a condição nutricional e metabólica do paciente, a natureza do processo patológico que motivou a cirurgia e a susceptibilidade individual do hospedeiro, representada pela habilidade intrínseca do paciente em lidar com a contaminação bacteriana.

A evidência é variável de acordo com a classificação da ferida cirúrgica (limpa, potencialmente contaminada, contaminada e infectada), da região a ser operada e sobretudo da maneira como as informações são tabuladas. É mais freqüente nas cirurgias de emergência ou nas intervenções de complicações cirúrgicas do que nas cirurgias eletivas.

As infecções hospitalares em receptores de transplante incluem tanto o receptor quanto o doador do órgão. As infecções que surgem após a realização de transplante são complicadas pelo uso de fármacos necessários para aumentar a sobrevida do órgão transplantado, mas que também provocam imunocomprometimento do hospedeiro. Por conseguinte, uma infecção que pode ter sido latente ou assintomática no doador imunocompetente transforma-se em problema potencialmente fatal para o receptor imunocomprometido.

1. MICRORGANISMOS E O PACIENTE CIRÚRGICO

Para WIPPEL (1999, p. 85), *o homem no seu ambiente e em seu corpo tem sempre a presença de germes. Fatores como resistência orgânica e equilíbrio biológico não permitem o desenvolvimento dos mesmos e a produção de infecção. Mas no rompimento destes fatores, os germes se multiplicam, ficam patogênicos. Em cirurgias rompemos barreiras como a pele, mucosas, abrimos vísceras que contêm germes e a instalação de uma infecção não só depende da mera presença dos mesmos, mas de um número mínimo (dez a quinta por grama de tecido), de sua virulência e, principalmente, da defesa orgâ-*

nica do hospedeiro. Todas as feridas cirúrgicas são contaminadas até certo grau, sem que no entanto se desenvolva a infecção. A assepsia e anti-sepsia procuram reduzir a um mínimo o número de germes e fungos. É interessante a divisão de cirurgia em: limpa, onde não há contaminação de técnica, mas ocorre abertura de vísceras contaminadas; contaminadas, onde há infração de técnicas e contaminação; e sujas, nas quais a contaminação já está presente.

A antisepsia pré-operatória associada a uma técnica criteriosa e asséptica por parte do cirurgião tem apresentado pós-operatórios com recuperações louváveis, excluindo infecções nestes casos. É bem verdade que o equilíbrio entre a resistência orgânica do paciente e a sua própria microbióta, ou os microrganismos do ambiente hospitalar, é de fundamental importância para o estabelecimento de um pós-operatório excluído de infecção. No entanto, a manipulação cirúrgica coerente em um campo operatório preparado adequadamente minimiza o risco de infecção nestes pacientes.

ROUQUAYROL (1994, p.237) comenta que os estágios vegetativos de bactérias têm, em média, capacidade de resistir no ecótopo (a parte abiótica do ecossistema constituída por fatores inanimados de ordem física e química: material biológico em decomposição, solo, ar, objetos e substâncias) por longo tempo e conservar-se viáveis. Dessa forma, quando colocadas em condições bio-físico-químicas convenientes, podem estar infectando. Esse bioagente pode ser transmitido por contato direto, mas é bastante viável também a sua transmissão indireta pela intermediação de veículos. É o que acontece nas infecções hospitalares. Pequenas ou grandes intervenções cirúrgicas enfrentam o risco de rompimento naquele ponto e nos introduzidos durante o processo, ou podem vir a ser aí infectadas por agentes microbianos presentes em locais, em objetos e em instrumentos de uso hospitalar. Estes podem ter sido depositados sob a pele antes do ocorrido ou ser depositados por vetores ou veículos após a ocorrência.

O autor relata o estágio vegetativo das bactérias que chegam até o paciente pela transmissão direta ou indireta. Analisando a transmissão direta, o que se mostra preocupante é a lavagem deficiente das mãos ou, o que é pior, a não lavagem das mãos ao manipular o paciente. Percebemos em nossa experiência que médicos manipulam pacientes com as mesmas mãos que chegam, sem lavá-las previamente, e isto pode ser estendido para auxiliares, técnicos e enfermeiros. A não lavagem das mãos acontece também por sobrecarga de trabalho, onde a prioridade torna-se fazer o trabalho, economizando o tempo da lavagem das mãos, deixando de lado a qualidade, sendo o paciente o maior prejudicado.

O paciente cirúrgico tem a infecção à beira de seu leito, levada não só pelo fator descrito acima, mas também pelo material cirúrgico contaminado. Essa contaminação advém do preparo pré-esterilização ineficiente, empacotamento inadequado ou por problemas com o equipamento de esterilização. Cabe a investigação para que se possa determinar a causa.

2. MECANISMO DA INFECÇÃO

Para KAWAMOTO (1999, p. 10), *o desenvolvimento da infecção irá depender da relação entre a virulência do microrganismo e resistência do organismo infectado. Os componentes da virulência são: poder da cápsula do microrganismo que protege contra*

as forças defensivas do organismo infectado; enzimas secretadas pelas bactérias, que atuam favorecendo a difusão do processo infeccioso; poder toxígeno, que pode ser pouco ou muito estimulante para a produção de antitoxinas pelo indivíduo infectado; os microrganismos que, para desenvolverem uma infecção, devem lutar contra um conjunto de forças defensivas (de mecanismos variados e de eficiência relativa do hospedeiro) Existem 2 tipos de resistência: a inespecífica e a específica.

A inespecífica compreende as barreiras opostas à porta de entrada, que impedem a penetração do agente infeccioso por ação mecânica e o efeito bactericida de seus componentes químicos. Compreendem pele, muco da árvore respiratória, secreção vaginal, flora bacteriana normal. Os agentes de proteção profunda são constituídos pela beta lisina, leucócitos e células pertencentes ao sistema retículo endotelial. A específica, ou imunidade, se desenvolve quando os microrganismos transpõem as barreiras da resistência inespecífica. O agente infeccioso age como antígeno, ou seja, induz a formação de anticorpos pelo hospedeiro. Os anticorpos são globulinas modificadas com poder de antitoxinas ou ação antimicrobiana.

Para a mesma autora, os fatores que levam o paciente a adquirir uma infecção são os inerentes ao próprio paciente, à agressão diagnóstica e terapêutica e ao ambiente hospitalar.

FATORES INERENTES AO PACIENTE:

IDADE: os mais susceptíveis são os idosos;

FUMO: diminuem as defesas da árvore respiratória;

MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS: as anomalias predispõem às infecções;

LESÕES CUTÂNEAS: permitem a entrada de microrganismos por quebra da barreira de proteção da pele;

DESNUTRIÇÃO: provoca alterações da flora intestinal e da resistência tecidual;

OBESIDADE: o fluxo sanguíneo está diminuído no tecido adiposo e ocorre sobrecarga de todos os sistemas;

DIABETES: absorção inadequada de medicamentos IM. Dificuldade de cicatrização devido à acidose, que diminui a proliferação dos fibroblastos;

VIROSES RESPIRATÓRIAS: predispõem o paciente a pneumonias;

INSUFICIÊNCIA CARDÍACA, INSUFICIÊNCIA RENAL, HIPOTENSÃO, CHO-

QUE, COMA: predispõem à infecção, pois a estase sanguínea prejudica a mobilização das células fagocitárias;

DISTÚRBIOS NO PROCESSO IMUNOLÓGICO.

FATORES INERENTES À AGRESSÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA:

PRESENÇA DE TERAPÊUTICA RESPIRATÓRIA: anestesia, nebulização, inalação, aspiração endotraqueal, traqueostomia, entubação, ventilação assistida;

REALIZAÇÃO DE EXAMES: biópsia, laparotomia;

ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS: antibióticos, corticosteróides, citostáticos, vasopressores, soluções hipertônicas, solução de aminoácidos, nutrição parenteral prolongada (NPP), venoclise em geral;

TRANSFUSÃO DE SANGUE E DERIVADOS;

REALIZAÇÕES DE PUNÇÕES: arteriais, venosas e raquidianas;

PRESENÇA DE CATÉTERES NOS VASOS: disseções arteriais e venosas, intracatheres;

PASSAGEM DE SONDA VESICAL;

EXISTÊNCIA DE PRÓTESES VASCULAR E CARDÍACA;

REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS: a incidência no pós-operatório aumenta de acordo com:

Grau de contaminação bacteriana da cirurgia: se limpa, potencialmente contaminada, contaminada ou infectada;

Local da operação: maior o risco nas abdominais do que nas torácicas;

Tamanho da ferida;

Duração da ferida;

Intercorrências no ato cirúrgico;

Falha de técnica cirúrgica: desbridamento inadequado, manipulação grosseira dos tecidos, hemostasia incompleta, distúrbios do suprimento sanguíneo local, quebra da técnica asséptica, sutura sob tensão, espaços mortos anatômicos, drenagem inadequada;

Técnica de curativos.

FATORES INERENTES AO AMBIENTE HOSPITALAR:

Para KAWAMOTO (1999, p.13), os fatores inerentes ao ambiente hospitalar são: o ambiente poluído de antibióticos e quimioterápicos que selecionam cepas multirresistentes;

existência de microrganismos mais resistentes e virulentos que contaminam artigos e áreas hospitalares e infectam o paciente;

existência de hospedeiros suscetíveis que possuem falhas nos mecanismos de defesa ou sofrem agressões diagnósticas ou terapêuticas;

modificação da flora endógena do paciente que, ao ser destruída pelos antibióticos, será substituída pela flora hospitalar, que é mais patogênica e resistente;

aumento do número de pessoas que circulam e manipulam o paciente;

aumento da circulação de pacientes no hospital;

profissionais inadequadamente preparados;

planta física inadequada: falta de pias nas enfermarias, sala de medicação próxima ao banheiro;

número excessivo de leitos nas enfermarias.

O baixo grau de resistência dos pacientes tem levado ao surgimento de infecções, não por mérito dos microrganismos, mas por debilidade do organismo humano que estão colonizando. A debilidade do organismo advém da quebra da barreira específica, da inespecífica ou ambas.

Aos fatores abordados pela autora, que levam à quebra destas barreiras, soma-se um outro muito importante que é o estresse do paciente, o qual leva à debilidade da defesa específica. Tem-se observado também uma redução excessiva de secreção traqueobrônquica nos pacientes fumantes, o que predispõe à infecção em pacientes acamados.

Quanto à agressão diagnóstica e terapêutica, os cateteres intravenosos constituem importante risco para infecção e a permanência por mais de 72 horas do cateter no mesmo local aumenta consideravelmente esse risco. É observada principalmente em pacientes idosos e desnutridos, os quais apresentam uma pele mais frágil com maior risco para lacerações na inserção do cateter, o que permite extravasamento do conteúdo infundido para a fixação do cateter e, desta forma, o desenvolvimento de microrganismos, por ser ambiente úmido e possuir glicose. Sendo assim, a infecção que é iniciada a partir de uma flebite, pode tomar proporções maiores, comprometendo o estado geral do paciente.

Os cateteres vesicais também constituem problema, inicialmente pela técnica incorreta, o que é observado pelo exame de Urina I coletado logo após a introdução da sonda, mostrando a presença de bactérias.

A infecção está relacionada não só à inserção do cateter, mas tem maior incidência com a permanência dos cateteres.

3. FERIDA OPERATÓRIA

PEREIRA & MORIYA (1995, p. 101) comentam que as cirurgias apresentam diferentes riscos de infecção, conforme se enquadrem em uma das quatro categorias de potencial de supuração: limpa, potencialmente contaminada, contaminada e infectada. O risco de uma cirurgia limpa se infectar é de 5%; de 11% para as potencialmente contaminadas; de 16% para as contaminadas; de 40% para as infectadas. Teoricamente, taxas de supuração da ferida cirúrgica, superiores a 5% em cirurgias limpas, devem ser consideradas resultantes de falhas de anti-sepsia ou assepsia. Taxas superiores às mencionadas para as cirurgias não limpas podem refletir as condições do próprio paciente e/ou da qualidade do preparo pré-operatório e da técnica cirúrgica. Segundo alguns estudos, a variável mais importante na prevenção e controle da supuração de ferida operatória é a técnica cirúrgica, tornando bastante adequada a identificação das taxas de infecção por cirurgia.

Para AYLIFFE & COLS (1998, p. 180), as feridas são frequentemente colonizadas por bactérias, sem terem sido grosseiramente infectadas, e estas respondem satisfatoriamente à aplicação de medidas locais, como a remoção de suturas, drenagem, aplicação de anti-séptico, e lavagem frequente das mãos com uma solução salina.

As infecções da parede abdominal em pacientes submetidos a cirurgia do trato gastrointestinal são provavelmente causadas pela própria microbiota intestinal do paciente, incluindo microrganismos aeróbicos e anaeróbicos. A infecção de ferida limpa, quando o intestino não foi aberto, é geralmente causada por estafilococos.

HALEY & GARNER *apud* PEREIRA & MORIYA (1995, p. 1, 2) aludem que as infecções preveníveis, cerca de 30 a 50% do total das infecções, estão entre aquelas geradas por falhas nos cuidados dispensados aos pacientes, dentre os quais a imperícia na técnica cirúrgica.

Observa-se que as feridas operatórias são colonizadas por bactérias durante o ato cirúrgico e até mesmo nas trocas de curativo; no entanto, deve-se tomar cuidado para que esta colonização seja a menor possível, ao ponto de não causar um quadro infeccioso. Isto é alcançado através de técnicas cirúrgicas assépticas.

4. ANTIBIÓTICOS PARA O PACIENTE CIRÚRGICO

Segundo WIPPEL (1999, p. 88), os níveis de infecção podem ser reduzidos com aplicação preventiva de antibiótico somente em certos casos. Em cirurgias de abdômen, a histerectomia tem sido beneficiada com a aplicação de antibióticos profiláticos. Hoje, com regras mais definidas, a 1ª dose do antibiótico é feita pouco antes da incisão cirúrgica, seguidas de outras doses até 12 ou, no máximo, 24 horas do pós-operatório. Em cirurgias sujas, sua aplicação seria mais terapêutica. Em operações onde pode ocorrer grande translocação de germes, como: obstrução intestinal, hérnias encarceradas e obstruídas, e perfuração ulcerosa, a aplicação de antibióticos torna-se necessária. O antibiótico utilizado como preventivo de infecção tem, no entanto, um custo elevado. Sua utilização rotineira não é recomendada. Nada substitui a boa esterilização, a assepsia bem efetuada, a boa técnica.

Concordamos que o antibiótico profilático traz benefícios ao paciente, quando a investigação clínica torna-se coerente com a sua utilização. Torna-se problema quando a infecção sobressai à antibioticoprofilaxia, demonstrando assim o uso incorreto do antibiótico e permitindo a resistência do microrganismo. Nestes casos, tem-se observado uma cobertura antibiótica ampla.

5. INFECÇÃO PÓS-CIRÚRGICA EM TRANSPLANTE

HARRISON & cols (1988, p. 896,897,899) comentam que a avaliação de infecção pós-cirúrgica em receptores de transplante inclui tanto o doador quanto o receptor. Elas são complicadas pelo uso de fármacos necessários para aumentar a probabilidade de sobrevida do órgão transplantado, mas que também provocam imunocomprometimento do hospedeiro. Assim, uma infecção latente no doador torna-se potencialmente fatal para o receptor imunocomprometido. Estima-se que entre 2 até mais de 20% dos rins de doadores estejam contaminados com bactérias - na maioria dos casos, os microrganismos que colonizam a pele ou crescem no meio de cultura tecidual empregado para conservar o rim do doador enquanto se aguarda o transplante.

Os receptores de órgãos sólidos estão sujeitos à infecção por permanecerem imunossuprimidos por períodos prolongados de tempo.

Durante a fase inicial (menos de 1 mês depois do transplante), as infecções são mais freqüentemente causadas por bactérias extracelulares que, na maioria das vezes, se originam na ferida cirúrgica ou em locais de anastomose.

Nas semanas subseqüentes, tornam-se evidentes as conseqüências da administração de agentes que suprimem a imunidade celular, bem como da aquisição (a partir de órgão transplantado) ou reativação de parasitos e vírus.

No transplante renal, as infecções que surgem pouco depois da realização do transplante quase sempre são causadas por bactérias associadas a infecções da pele ou da ferida. Após o transplante, as infecções das vias urinárias que se manifestam, geralmente, estão relacionadas com alterações anatômicas decorrentes da cirurgia.

Em transplante cardíaco, a mediastinite constitui uma complicação precoce. É comum observar uma evolução indolente, sendo o desenvolvimento de hipersensibilidade

ou drenagem local precedido de febre ou contagem ligeiramente elevada de leucócitos. A suspeita clínica baseada em evidências de instabilidade e deficiência de cicatrização do esterno pode levar ao diagnóstico.

No transplante pulmonar, há a predisposição ao desenvolvimento de pneumonia. A combinação de isquemia e conseqüente lesão da mucosa, juntamente com desnervação e ausência de drenagem linfática que acompanham o procedimento, provavelmente contribuem para a elevada taxa de pneumonia.

No transplante de fígado, as infecções bacterianas precoces representam grande problema. As complicações infecciosas são comuns e estão correlacionadas com a duração do procedimento e o tipo de drenagem biliar. Uma cirurgia com mais de 12 horas de duração apresenta maior probabilidade de infecção.

A peritonite e os abscessos intra-abdominais constituem complicações do transplante hepático e podem resultar de extravasamentos biliares e infecções primárias ou secundárias após o extravasamento da bile.

A avaliação da febre no paciente durante o período pós-operatório deve incluir um cuidadoso exame da ferida cirúrgica. Em diversos estudos, o cuidadoso acompanhamento à procura de infecção da ferida após a alta hospitalar - especialmente o exame da ferida por um observador treinado, como uma enfermeira - mostrou que os verdadeiros índices de infecção da ferida em todas as categorias são maiores que os índices registrados, até porque muitos pacientes são hospitalizados por períodos relativamente curtos. Outros fatores associados ao desenvolvimento de infecção da ferida no pós-operatório incluem: presença de dreno, (aumenta o risco de infecção em duas vezes para cada semana de hospitalização pré-operatória) tricotomia pré-operatória (sobretudo quando realizada 24 horas ou mais antes da operação), duração prolongada da cirurgia, presença de infecção remota não-tratada e o próprio cirurgião.

Deve-se examinar a ferida cirúrgica à procura de eritema, estendendo-se por mais de dois centímetros além da borda da ferida, hipersensibilidade e induração localizadas, flutuação, drenagem de material purulento ou deiscência das suturas. Os fatores mecânicos, bem como a infecção, podem causar deiscência da ferida. As feridas esternais após a cirurgia cardíaca representam uma preocupação especial, visto que as conseqüências da infecção podem ser graves. A superfície da ferida pode não constituir uma causa óbvia para preocupação, todavia, em alguns pacientes, a ocorrência de febre persistente e, sobretudo, o desenvolvimento de movimentação ou instabilidade do esterno, podem ser suficientes para exigir exploração cirúrgica da ferida. A mediastinite ou a osteomielite do esterno constituem uma grave complicação da cirurgia cardíaca. As feridas associadas à colocação de próteses, como as articulações mecânicas, também são alvo de preocupação especial. A infecção destas feridas pode resultar em infecção de próteses articulares e geralmente exige a remoção cirúrgica do dispositivo.

Observa-se a particularidade cirúrgica de cada transplante para provável desenvolvimento de infecção, quer seja pelo trans-operatório demorado, quer pela técnica ou injúria ao órgão operado. No entanto, consideramos uma associação das possíveis causas para levar à infecção, em que incluímos a imunodepressão medicamentosa, o estresse vivido pelo paciente neste período, e até mesmo a sua alimentação. Não é possível ex-

cluir um paciente de todos esses riscos para infecção; entretanto, é possível que cirurgiões cumpram com a sua parte no ato cirúrgico e tratamento medicamentoso e que a enfermagem direcione os seus cuidados, afastando do paciente os riscos para a infecção.

Para HUDAK & GALLO (1997, p. 558), uma das ameaças à sobrevida do receptor é a sepse. As infecções que ocorrem no primeiro mês após o transplante são geralmente bacterianas e podem ser originárias de locais, tais como: as linhas intravenosas, as sondas de Foley, as feridas, ou da pneumonia pós-operatória. As observadas além de um mês são mais provavelmente de patógenos oportunistas, tais como o citomegalovírus ou o herpes simples. Esses microrganismos são encontrados normalmente em seres humanos ou no ambiente e são inofensivos; no entanto, os pacientes imunocomprometidos são sensíveis à infecção por esses microrganismos. Os medicamentos imunossupressores são interpostos na presença de grave infecção, de modo que o paciente pode mobilizar a resposta imunológica. Conseqüentemente, o enxerto pode ser sacrificado para salvar o paciente.

Graves infecções são freqüentemente evitadas. Por exemplo, são comuns as infecções orais por cândida. Entretanto, devem-se tomar precauções para evitar a evolução da esofagite por cândida, uma grave complicação infecciosa. As preocupações incluem a observação diária da boca e o tratamento profilático da candidíase oral com um agente antifúngico adequado de ação local, como a nistatina ou o clotrimazol.

Essas infecções são evitadas, manipulando-se com técnica asséptica as medicações endovenosas, bem como os equipos, e mantendo a fixação da venóclise limpa, seca e firmemente presa. No caso das sondas Foley, mantendo a desinfecção diária com algodão e álcool 70%, não elevando o coletor acima do nível da bexiga sem antes pinçar o prolongamento e, no caso da pneumonia pós-operatória, esta pode estar relacionada ao fato de o paciente ser fumante e estar acamado. Cabe neste caso investigar.

A candidíase oral sendo prevenida pelo uso da nistatina via oral é a conduta correta, mas não pode ser feita de maneira incorreta, não se fazendo a higiene oral do paciente para que se possa aplicar esse medicamento. Sendo assim, o medicamento acaba por não surtir seu efeito por completo.

6. CONCLUSÕES

Concluimos que a infecção no pós-operatório é fruto de muitos fatores, dentre os quais os que mais pesam são os inerentes ao pessoal, tais como: técnica cirúrgica e lavagem das mãos.

Observamos a necessidade de uma maior responsabilidade dos cirurgiões desde o momento em que lavam suas mãos até a manipulação da ferida cirúrgica, levando-se em conta o tempo de operação.

Percebe-se que o bom senso é uma ótima arma no combate à infecção pós-cirúrgica. Isto pode ser aplicado por cada profissional que manipula o paciente, conscientizado do valor de seu trabalho para o paciente.

Os cuidados dispensados ao paciente deverão ser feitos no intuito de livrá-lo da infecção, bem como ele deve estar sendo constantemente avaliado em busca de sinais e

sintomas quanto à possibilidade de instalação de infecção hospitalar.

Sabemos que a prevenção da infecção no paciente cirúrgico é algo complicado, pois estão envolvidos muitos profissionais, e é preciso contar com o trabalho competente de cada um.

Sugerimos as seguintes observações no cuidado prestado ao paciente pós-cirúrgico:

que a enfermeira escolha um leito em uma enfermagem cujos demais pacientes não possuam quadro infeccioso;

que o médico, enfermeiro e auxiliares de enfermagem lavem corretamente as mãos antes e após manipularem o paciente;

que os cuidados pré e pós-operatórios prestados aos pacientes sejam corretamente executados pela enfermagem;

que seja observada uma criteriosa técnica cirúrgica por parte dos cirurgiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYLIFFE *et al.* **Controle de infecção hospitalar.** 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1998, p. 180.
- HARRISON, T. R. *et al.* **Medicina interna.** 14.ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 1998, p. 896,897,899.
- HUDAK, Carolyn M.; GALLO, Barbosa M. **Infecção.** 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997, p. 558.
- KAWAMOTO, Emilia Emi. **Enfermagem em clínica cirúrgica.** São Paulo: EPU, 1986, p.10-13.
- PEREIRA, Milca Severino; MORIYA, Tokico Murakawa. **Infecção hospitalar.** 2.ed. Goiânia: AB, 1995, p. 1, 2, 7, 8, 101.
- ROUQUAYOL, M. Zélia. **Epidemiologia e saúde.** 4.ed. Rio de Janeiro: Médica e Científica, 1994, p. 237, 241-42.
- WIPPEL, Álvaro. Infecção em cirurgia abdominal. **JBM.** Abril, 1999. v. 76. nº 4, p. 85, 88.



O CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA NA EDIFICAÇÃO DE UMA NOVA PROPOSTA PEDAGÓGICA

*Christine Baccarat de Godoy**

*Nádia Aparecida de Souza***

RESUMO

O artigo teve como objetivo levantar a história do Currículo de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina, desde a implantação do Curso, em 1972, até o currículo atual, implantado em Janeiro de 2000. O estudo se constituiu em pesquisa bibliográfica e os resultados possibilitaram delinear todo o processo de mudança curricular frente à inquietação dos docentes e às exigências do mercado de trabalho. O estudo, ao fundamentar todas as mudanças curriculares, deve contribuir para melhor compreendermos a nova proposta pedagógica aplicada no atual Currículo Integrado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina.

PALAVRAS-CHAVE : 1. Currículo; 2. Enfermagem; 3. Ensino na Enfermagem; 4. Mudança Curricular.

ABSTRACT

The goal of the present article was to outline the history of the curriculum of the Nursing undergraduate program of the State University of Londrina from its beginning in 1972 to the present curriculum, implanted in 2000. The study is a bibliographic research and the results enabled us to outline the process of curricular change considering professors' concerns and the demands of the work market. In evidencing all the curricular changes, the present study makes a contribution to a better understanding of the new pedagogical proposals of the new pedagogical proposals of the current Integrated Curriculum of the Nursing Program of the State University of Londrina.

KEY-WORDS: 1. Curriculum; 2. Nursing; 3. Nursing Undergraduate Program; 4. Curricular Change.

* Docente do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina.

Enfermeira, Especialista em Metodologia da Ação Docente pela Universidade Estadual de Londrina.

** Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina.

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista.

Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional.

1. CONTEMPLANDO O PASSADO

O Curso de Graduação em Enfermagem, da Universidade Estadual de Londrina, foi implantado em 1972 pela Resolução UEL n.º 53, de 26 de março de 1971 e, desde então, tem passado por sucessivas reformulações curriculares, resultantes, sempre, de amplas discussões e reflexões, orientadas pelo compromisso com a melhoria da qualidade do ensino e da prestação dos serviços de saúde à população (ENFERMAGEM, 1999, p.03).

Por ocasião de sua implantação, em 1972, o Curso, então com duração de três anos, era ofertado em sistema seriado. Em 1973, oferta passou para o sistema de créditos.

Entretanto, as alterações não se limitaram ao sistema de oferta, foram mais amplas e profundas visando atender às orientações que emergiam do Conselho Federal de Educação. Nesse período, foram apresentados o Parecer n.º 163/72 e a Resolução n.º 04/72, que aprovaram o currículo mínimo para o Curso de Enfermagem, caracterizado por um ciclo básico, um tronco profissionalizante e três diferentes habilitações: Enfermagem em Saúde Pública, Obstétrica e Médico-Cirúrgica. As habilitações, não obrigatórias, poderiam vir a ser cursadas pelo aluno após o término da graduação.

A organização da proposta curricular, segundo o definido pelo Conselho Federal de Educação, fez com que o ciclo básico passasse a consumir quase 50% da carga horária total do curso, em detrimento do tronco profissionalizante, o que gerou enorme preocupação quanto às reais possibilidades do egresso no desempenho profissional e terminou por determinar uma segunda mudança curricular, discutida e esboçada durante o I Fórum de Debates sobre o Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina, realizado em 1977, que estabeleceu os limites e possibilidades da alteração curricular promovida em 1980.

Nessa segunda reformulação curricular, a duração do Curso foi ampliada para três anos e meio e destinou-se maior carga horária para as disciplinas profissionalizantes. Mas, apesar das alterações promovidas, permaneceu a dicotomia entre teoria e prática em virtude da segmentação entre disciplinas teóricas e estágios.

No decorrer da década de 80 (oitenta) ocorreram mudanças na Política de Saúde do país. As novas demandas que se interpunham ao setor foram analisadas e discutidas na 8ª Conferência Municipal de Saúde, ocorrida em 1988. Os serviços de saúde procuravam se reorganizar e com isto criar novos mercados de trabalho para o enfermeiro.

Essa nova realidade veio fomentar uma inquietude crescente junto àqueles que atuavam no ensino de enfermagem, pois evidencia-se, então, a necessidade de superar a desvinculação existente entre o processo de formação e a realidade prática, de maneira a efetivamente atender às necessidades da sociedade na preparação de recursos humanos para atuar na área de saúde.

Buscando soluções, foram realizados seminários nacionais e regionais, encontros, fóruns e debates, promovidos pela ABEN (Associação Brasileira de Enfermagem) e pelo Curso de Enfermagem da UEL. Assim, o período de 1989 a 1990 foi rico em reflexões e análises que objetivavam a superação das muitas dificuldades diagnosticadas na formação do profissional de enfermagem.

Um olhar para o passado, tentando melhor compreendê-lo no confronto com as muitas demandas que emergiam da nova realidade social, econômica e política que se delineava no país, possibilitou traçar o perfil do profissional a ser formado para atuar no futuro. Assim, o estudo Análise Prospectiva do Curso de Graduação em Enfermagem na UEL (CHRISTOFOLLI, 1990; MAGALHÃES *et al.*, 1993), apresentou subsídios para a nova reformulação curricular, extremamente necessária, então.

Foi promovida a terceira mudança curricular, implantada em 1992. Dentre as alterações mais relevantes, destacam-se a ampliação do Curso para quatro anos e a criação do internato de enfermagem no último semestre. A inclusão do internato atendia a uma série de preocupações e permitia a consecução de variados objetivos, quais sejam :

... promover a melhoria da qualidade de ensino e assistência de enfermagem, bem como iniciação científica, criando oportunidades de ensino e aprendizagem que possibilitem a vivência de situações profissionais e o aprofundamento de conhecimentos nas áreas básicas de atuação do enfermeiro (ENFERMAGEM, 2000, p. 03).

Contribuindo para essas mudanças curriculares, destaca-se o incentivo do Projeto UNI (uma nova iniciativa para a educação dos profissionais de saúde: União com a Comunidade), implantado em 1991 e financiado pela Fundação W. K. Kellogg, que tem atuado no setor de saúde da América Latina desde 1942, apoiando movimentos e propostas de reforma do ensino na saúde. Os princípios do projeto UNI são:

... interdisciplinaridade, prática multiprofissional, inserção precoce do aluno na rede de serviços de saúde e na comunidade, ensino centrado no aluno e professor com papel de orientador da aprendizagem, integração do ensino da área básica com a da profissionalizante, ensino e pesquisa orientados pelos problemas prioritários de saúde da população, articulação do ensino com pesquisa e assistência (ENFERMAGEM, 1999, p. 06).

Em 1994, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria n.º 1.721, de 15 de dezembro de 1994, estabeleceu um novo currículo mínimo para o Curso de Enfermagem e definiu o perfil do enfermeiro generalista, ou seja, com visão não fragmentada de sistemas e especialidades, mas com visão holística e, ainda, com formação para atuar em quatro áreas fundamentais: assistência, gerência, ensino e pesquisa.

A proposição dessa resolução obrigou o repensar do Curso de Enfermagem e suscitou a quarta mudança curricular, implementada em 1996.

Para atender a essa nova proposta curricular, o Colegiado de Curso promoveu oficinas de trabalho e atividades para aperfeiçoamento didático do corpo docente. Destacam-se, nesse processo de transformação curricular, algumas iniciativas como a criação do NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico, implantado em 1994, com a finalidade de proporcionar orientação, assessoria e capacitação pedagógica aos docentes da área de Saúde), o projeto PEEPIN (Projeto Especial de Ensino em Assistência Primária à Saúde - Práticas Multiprofissionais e Interdisciplinares, destinado aos alunos do primeiro ano dos cursos do Centro de Ciências da Saúde, desenvolvido através da Metodologia da Problemática, levando grupos de alunos de diferentes cursos a trabalharem em equipe nas Unidades Básicas de Saúde) e o programa PAPP (Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa na Área de Saúde de Londrina, implantado em 1994, financiando projetos de

pesquisa), o que veio diversificar os cenários da aprendizagem para alunos, docentes, profissionais dos serviços e membros da comunidade. Assim,

... o processo de concepção do currículo pleno envolveu, em suas etapas iniciais, discussões sobre os princípios, crenças e valores que deveriam nortear a formação do enfermeiro e atender às necessidades do mercado de trabalho, sem perder de vista a capacidade da crítica, reflexão e intervenção sobre o mesmo (HIRAZAWA, 1998, p.16).

Contudo, tornou-se necessário avaliar este currículo frente às expectativas do mercado de trabalho, envolvendo, nessa reflexão os docentes do ciclo básico e do profissionalizante, representantes discentes, profissionais dos serviços de saúde e de associações de classe específicas.

Percebeu-se, no decorrer das oficinas e dos grupos de reflexão, que a predominância do ensino tradicional, a prevalência da formação técnica voltada para ações curativas (visão biologicista), a desarticulação entre teoria e prática, a fragmentação em ciclo básico e clínico, a inadequação de carga horária para algumas disciplinas, a seleção de conteúdos sem parâmetros claros, a preocupação excessiva com a transmissão do conhecimento em detrimento da qualidade do processo de aprendizagem, a inserção inadequada de algumas disciplinas na grade curricular, a fragilidade na relação com os serviços e o número excessivo de alunos por turmas (BOGADO, 1998), não preparavam o enfermeiro para a capacidade gerencial com competência para as ações de promoção e prevenção em saúde, exacerbando a dicotomia entre o ensino e a prática.

Diante deste diagnóstico, estabeleceu-se que a meta para o ensino de enfermagem deveria ser

... a formação de um profissional consciente de sua responsabilidade histórica, traduzida pela reflexão crítica da sociedade e da prática de assistência à saúde, na perspectiva de redirecionamento dessa prática a partir de seu compromisso com o contexto social e com os reais interesses da comunidade (TAKAHASHI et al., 1995. p. 58).

Para tentar superar, pelo menos parcialmente, os problemas identificados e permitir a adequada preparação do corpo docente para novas alternativas de ensino, foi desencadeada a quinta mudança curricular, chamada de Currículo de Transição, que vigeu de 1996 a 1999. Esse currículo foi estruturado a partir do eixo saúde-doença, estreitando as relações entre as disciplinas básicas e profissionalizantes, integrando ensino com serviço e buscando alternativas metodológicas que estimulassem a participação ativa do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, o Internato de Enfermagem, planejado e operacionalizado no auge das discussões do currículo de 1996, acabou absorvendo e refletindo em seus objetivos e processo de viabilização, as diretrizes, metas, eixos norteadores e perfil, expressos na proposta curricular de 1996 (SOUZA, 1999).

Assim, o internato é descrito como *...uma experiência ímpar no processo de formação dos alunos e na articulação/integração entre as práticas de ensino e de serviço, favorecendo ao aluno uma vivência mais próxima da realidade de trabalho que o espera...* (VANNUCHI et al., 1996, p.14).

O Currículo de Transição, avaliado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem três anos após sua implantação, trouxe a adoção de outras estratégias de ensino, como estudos de caso, Metodologia da Problematização, discussão teórica a partir da prática, estudos bibliográficos, visitas domiciliares, visitas aos Serviços de Saúde, realização de painéis integrados envolvendo disciplinas do básico e do profissionalizante, realização de seminários integrados, elaboração de programas de conteúdos teóricos com a participação dos alunos em projetos de ensino (Peepin e Papiens)¹, de extensão e de pesquisa, diminuindo a distância entre teoria e prática e buscando novos campos de estágio. Mas, as mudanças são maiores e acontecem também pela promoção e realização de novas formas de avaliação, progressivamente voltadas para a finalidade diagnóstica, que valendo-se de diferentes instrumentos, foram apontadas pelos alunos como facilitadoras do processo de aprendizagem.

Todavia, tais mudanças aconteceram ainda por iniciativa de algumas disciplinas e não no Curso, como um todo.

Em estudos promovidos pelo Colegiado de Enfermagem, em 1998, os alunos solicitaram a aplicação de metodologias que incentivassem a pesquisa e a aprendizagem de forma ativa, assim como, a introdução de mudanças maiores nas estratégias de ensino para que eles pudessem conhecer a realidade de trabalho do enfermeiro, percebendo melhor as características de seu campo de atuação e as particularidades da atuação em equipe multiprofissional.

Dando continuidade ao processo de discussão e transformação curricular e pautando-se nos princípios da nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, implantou-se em janeiro de 2000, o Currículo Integrado, cuja estrutura segue a criação de módulos integrados que viabilizam a interdisciplinaridade e a relação teoria-prática, adotando a Metodologia da Problematização e com o objetivo de formar alunos críticos, criativos e ativos, que constroem seus conhecimentos a partir da realidade e são protagonistas conscientes na construção das transformações desejadas, e estando a pesquisa inserida neste processo.

A nova proposta pedagógica fundamenta-se na certeza de que o aluno é sujeito ativo no processo de construção do seu conhecimento, cumprindo ao professor a condução dos processos de ensino e aprendizagem pelo permanente desafio do raciocínio do aluno e pela progressiva integração de novos conhecimentos às experiências prévias. O conteúdo passa a ser organizado através de sucessivas aproximações e em níveis crescentes de complexidade.

¹ Práticas Multiprofissionais e Interdisciplinares / Programa de Apoio a Projetos Integrados de Ensino e Serviço de Saúde, projetos baseados na interdisciplinaridade, no trabalho em equipe multiprofissional, na pesquisa inserida na comunidade e na diversificação dos cenários de aprendizagem, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de novos modelos acadêmicos e de assistência à saúde de uma forma integrada, financiando projetos integrados de ensino e serviços de saúde.

Os eixos norteadores desta mudança foram (ENFERMAGEM, 1999, p. 03):

- * *Estruturação a partir do eixo saúde-doença ;*
- * *Integração ensino, serviço e comunidade;*
- * *Articulação entre teoria e prática ;*
- * *Interdisciplinaridade ;*
- * *Trabalho em equipe multiprofissional ;*
- * *Formação do enfermeiro generalista ;*
- * *Terminalidade na graduação .*

O novo currículo propõe a formação de um profissional capaz de “...prestar e gerenciar a assistência de enfermagem com conhecimentos, habilidades e atitudes que poderão influenciar nas decisões políticas e organizacionais na área da saúde...” (ENFERMAGEM, 1999, p. 03), pretendendo, desta forma, atender às exigências do mercado (com ações assistenciais, gerenciais, de pesquisa e educação) e acompanhando as mudanças nos contextos social, cultural, político e econômico do país.

2. VISLUMBRANDO O PRESENTE

2.1. Perfil do enfermeiro a ser formado

Com a implementação do Currículo Integrado, o Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina pretende formar profissionais que desempenhem uma prática comprometida com as necessidades de saúde da população, demonstrando em seu exercício autonomia, iniciativa, ética, raciocínio investigativo, criatividade, capacidade de comunicação, capacidade de resolução de problemas e de trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional, valorizando, acima de tudo, o ser humano e a profissão.

Desta forma, o curso tem por objetivos formar o enfermeiro para (ENFERMAGEM, 1999, p. 15):

- * *Prestar assistência de Enfermagem ao indivíduo, família e comunidade, nos diferentes níveis de atenção à saúde, utilizando metodologia científica ;*
- * *Gerenciar a assistência de Enfermagem em todas as áreas de atuação ;*
- * *Respeitar os princípios éticos e legais da profissão, valorizando o ser humano em sua totalidade e o exercício da cidadania ;*
- * *Relacionar o processo de saúde e doença e o cuidar com a história sócio-cultural do ser humano ;*
- * *Refletir criticamente sobre a prática da Enfermagem, considerando as determinantes éticas, políticas, econômicas e sociais que a influenciam ;*
- * *Exercer função integrativa na comunidade, no serviço, e na equipe de saúde e de Enfermagem ;*
- * *Atuar como agente multiplicador de conhecimentos, reconhecendo o seu papel de educador ;*
- * *Desenvolver continuamente a capacidade de trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional ;*
- * *Apropriar-se do conhecimento científico aplicando-o em seu ambiente de*

trabalho e na comunidade ;

** Realizar pesquisas para o aperfeiçoamento do processo de trabalho em saúde .*

Para a formação de um profissional sintonizado com o redirecionamento da política de saúde e com as variações no perfil epidemiológico, se fez necessário a elaboração e implementação de uma proposta inovadora, que contemplasse não somente a grade curricular, mas que investisse em uma perspectiva pedagógica que permitisse uma ação educativa mais global e mais crítica.

2.2. Fundamentação teórica

A proposta pedagógica que fundamenta o Currículo Integrado articula, dinamicamente, a atuação profissional e o ensino, a prática e a teoria, a academia, o ensino e a comunidade, deixando de centrar-se nas disciplinas e passando a valorizar os processos ou fenômenos importantes para a formação do profissional de maneira integrada.

O processo de ensino e aprendizagem, nessa nova proposta, tem como eixos norteadores :

... a construção da cidadania, a transformação do modelo assistencial, a integração entre ensino, serviço e comunidade, a ética e o humanismo, a associação entre teoria e prática contemplando a ação e a reflexão, a transformação das práticas, a qualidade de assistência, o raciocínio investigativo, o estudo do homem a partir do núcleo familiar, a avaliação como processo e as experiências de ensino e aprendizagem estruturadas a partir do adulto para a criança (ENFERMAGEM, 1999, p. 12).

A filosofia desta concepção de ensino converge para a construção dos conhecimentos pelo aluno ao longo de sua vida acadêmica, preparando-o para o exercício profissional fundamentado em reflexão profunda, análise crítica, capacidade de tomada de decisões e competência na resolução de problemas de forma crítica e integrada à realidade social e profissional (ENFERMAGEM, 1999, p. 12).

Baseado em concepção crítico-social e respaldado pela pedagogia problematizadora, esta proposta veio romper com o ensino tradicional, marcado pela passividade e falta de atitude crítica do aluno, bem como, pela distância entre teoria e prática, condicionantes que trazem para o dia a dia, quer na prática profissional, quer no exercício da cidadania, conseqüências como conformismo, submissão à dominação, individualismo, falta de participação e adoção indiscriminada de modelos de pensamento (BORDENAVE, 1983).

Destarte, o processo de ensino deve desenvolver no aluno o seu potencial político-social, juntamente com o seu potencial intelectual, promovendo o pleno desenvolvimento de seus saberes teóricos e práticos para o exercício profissional, formando o indivíduo como sujeito livre e autônomo (FLEURI, 1997) e fazendo da educação uma responsabilidade social e política (FREIRE, 1971). Para tanto, se faz necessário mudar as perspectivas da sala-de-aula, com a construção de propostas de ensino inovadoras.

Assim, a prática pedagógica, longe de reproduzir o já existente, deve, antes de tudo, colaborar “... para a transformação capaz de trazer melhores condições de vida para o homem em sociedade.” (BERBEL, 1996, p. 38).

Para que a educação possa realmente assumir o seu papel nesta construção se faz necessário romper com o saber e o conhecimento autoritários, afastando-se do modelo segundo o qual o educador é a figura que centraliza todos os desejos, conhecimentos e possibilidades de ação. A escola precisa cumprir suas finalidades e se reinventar para efetivamente contribuir na formação do futuro profissional, ciente de seus direitos e de suas responsabilidades (GROSSI, 1993).

No contexto da educação problematizadora, é preciso definir o sujeito do processo pedagógico, quais os objetivos perseguidos no processo educativo (habilidades, atitudes, tipo de profissional / homem / sociedade que se pretende formar) e como educar (estratégias / metodologia) (FLEURI, 1997).

Nessa concepção, o aluno é o sujeito do processo e o ensino deve ser baseado nas suas vivências e experiências, no que ele observa no dia-a-dia, estimulando a reflexão lógica e a reflexão empírica (FLEURI, 1997), situando o educando como protagonista do processo pedagógico e a educação como libertadora do ser humano, voltada para a transformação da realidade.

Sob essa nova perspectiva, as experiências anteriores do aluno fornecem elementos importantes para que ele construa seus conhecimentos, assim como, afirma-se essencial um constante revisitar da realidade de trabalho (MISAEL, 1995). Desta forma, a prática educacional se faz pelo próprio aluno, de dentro para fora e não de cima para baixo, como uma doação ou imposição (FREIRE, 1983).

Segundo a proposta problematizadora, portanto, o aluno é o centro do processo e o educador é o mediador que vai ajudar a explicitar e a sistematizar aquilo que a vida e o contexto dos educandos fornecem como elementos de análise, reflexão e reestruturação do saber.

A partir desta concepção, podemos compreender que a metodologia tradicional, eminentemente dedutiva, baseada na reprodução de conceitos e noções, tendo o professor como detentor absoluto do saber e tendo o real como algo a ser explicado e não transformado, rompe-se frente a uma metodologia indutiva, na qual a prática social dos educandos é que constitui o eixo em torno do qual gira o processo educativo, aprofundando, progressiva e continuamente, o conhecimento do real e as suas possibilidades de transformação.

Conferindo dinamicidade e organicidade a essa prática pedagógica, temos como elementos constitutivos os COMPONENTES: HUMANOS, CULTURAIS e METODOLÓGICOS (BERBEL, 1996).

Os componentes humanos dizem respeito às relações entre professor e aluno, entre alunos e alunos e entre alunos e comunidade.

Os componentes culturais se referem às finalidades da educação, pela busca incessante de equilíbrio entre quantidade e qualidade dos conteúdos.

Por fim, os componentes metodológicos que abrangem os métodos, as técnicas, os recursos, a organização, a execução e avaliação do processo de ensino e aprendizagem vivenciado e compartilhado por todos que dele participam.

2.3. Opção metodológica

A Metodologia da Problematização tem por momento inicial a observação da realidade, no decorrer da qual o tema será trabalhado, seguido de reflexão na busca dos possíveis fatores que estão associados ao problema emergente da realidade sob foco.

No segundo momento, definem-se os aspectos que precisam ser conhecidos e compreendidos na busca de respostas para esse problema, assim os pontos-chave, que orientarão os estudos e análises subsequentes, são determinados.

A seguir, procede-se ao estudo criterioso acerca dos muitos aspectos teóricos relativos aos pontos-chave estabelecidos. É, portanto, no decorrer da teorização que os alunos desvelam pressupostos e fundamentos que os orientarão na resolução do problema.

O aprofundamento teórico em confronto com a realidade, possibilita a análise e discussão dos dados colhidos e a proposição de hipóteses de solução, visando intervir naquela parcela da realidade, para a superação dos problemas e dificuldades identificados.

Finalmente, as hipóteses de solução são implementadas; é o momento de aplicação à realidade, caracterizada pela ação concreta teoricamente fundamentada.

Esse método foi denominado de Método do Arco de Maguarez e foi proposto objetivando oferecer respaldo ao “...educador preocupado com o desenvolvimento de seus alunos e a sua autonomia intelectual, visando o pensamento crítico e criativo...” (BERBEL, 1999, p. 28).

A Metodologia da Problematização permite àqueles que dela participam que cheguem a uma ação prática transformadora, fruto do aprofundamento teórico em confronto com a realidade, em decorrência da elaboração de hipóteses de solução.

Nessa metodologia, a relação dinâmica entre o sujeito que aprende e o objeto do conhecimento se verifica através de sucessivas aproximações. Desta forma, o aluno tem possibilidade de aprender a pensar criticamente, desenvolvendo a capacidade de reconhecer a realidade e seus problemas, preparando-se para uma ação transformadora nos contextos profissional e social. Portanto, a Metodologia da Problematização permite ao aluno desenvolver a capacidade de construir seus conhecimentos por meio de situações observadas no contexto real, desencadeando um processo de ação-reflexão-ação, contínuo e progressivo.

Em FREIRE (1983) encontramos fundamentos teóricos, filosóficos e epistemológicos para apoiar e justificar a Metodologia da Problematização, assim como em outros autores como LIBÂNIO (1994) e SAVIANI (1996), que inspirados na concepção histórico-crítica, apontam para a importância de uma pedagogia problematizadora.

FREIRE (1997) afirma que o aprendizado se dá somente quando o aluno se envolve profundamente com a situação, o que a Metodologia da Problematização vem permitir, pois, conforme BERBEL (1999) o aluno afasta-se de uma prática observada e caminha para uma nova prática, elaborada por ele mesmo, o que gera um envolvimento gradativo do sujeito com o objetivo do conhecimento.

Tanto FREIRE (1986) quanto BERBEL (1999) afirmam ser importante levar os alunos a pensarem sobre a realidade de maneira crítica, buscando ações capazes de modificá-la. Para tanto, se faz necessário observar a realidade, definir o problema,

levantar as suas causas e os seus determinantes, teorizar, analisar e chegar a uma nova ação. Deste processo decorre a transformação criadora, na qual se fundamenta a educação problematizadora.

Para BORDENAVE (1983) e PEREIRA (1998) este é um processo inacabado, pois permite a todos que dele participam um contínuo e progressivo desvelamento da realidade. Para FREIRE (1971), uma pessoa só pode conhecer bem algo, quando o transforma e transforma a si próprio no decorrer do processo de conhecimento.

Podemos perceber, então, que a Metodologia da Problematização é voltada para a transformação social e processa-se fundamentando-se na certeza de que a educação é uma atividade mediadora entre o indivíduo e a sociedade (BORDENAVE, 1983; SAVIANI, 1996).

Na construção do Currículo Integrado do Curso de Enfermagem, da Universidade Estadual de Londrina, foram definidos o papel do professor enquanto orientador do processo de ensino e aprendizagem, promovendo aprendizagem significativa e estimulando o raciocínio do aluno; o papel do aluno enquanto sujeito ativo no processo de construção do seu próprio conhecimento; bem como as características do conteúdo, ou seja, abordagem através de sucessivas aproximações em níveis crescentes de complexidade. Assim sendo:

Desta forma, a Metodologia da Problematização permite alcançar os objetivos propostos pelo currículo integrado, quando possibilita formar profissionais contextualizados “... *que aprendam na prática a transformar alguma parcela da realidade, enquanto se transformam a si mesmos em seu campo de formação acadêmica* ...” (ENFERMAGEM, 1999, p. 15).

2.4. Avaliação

O novo projeto curricular do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina pretende formar profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes. Para tanto, a avaliação deve abranger todos os domínios do comportamento, quais sejam :

- * COGNITIVO - referente às atividades intelectuais;
- * AFETIVO - referente aos sentimentos;
- * PSICOMOTOR - referente à associação da cognição com movimento corporal.

Associada ao projeto pedagógico, a avaliação deve dar dinamicidade ao processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo-se através da interação entre aprendiz e professor, “...*organizando instrumentos e situações tão diversificados quanto forem necessários, em função das etapas do desenvolvimento do processo...*” (MARCONDES, 2000, p.04).

Para atender aos novos preceitos, se torna necessário, também, avaliar o aluno não só em um momento estanque, mas em diferentes situações, no decorrer de todo o processo.

Para tanto, a avaliação deve realizar-se de modo planejado, a fim de acompanhar o desenvolvimento do educando em todas as suas etapas, diagnosticando, favorecendo a análise do processo e classificando o desenvolvimento do educando, objetivando sempre a formação do perfil profissional que se deseja.

A avaliação no Currículo Integrado se dá de forma DIAGNÓSTICA, FORMATIVA e SOMATIVA.

A avaliação diagnóstica tem por objetivo “...*identificar eventuais problemas de aprendizagem e suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los...*” (MARCONDES,

2000, p. 06), ocorrendo no início do processo para constatar os conhecimentos e habilidades necessários para construção de novas aprendizagens.

“...A avaliação formativa, por sua vez, fornece dados para aperfeiçoar o processo ensino e aprendizagem...” (MARCONDES, 2000, p. 06). Portanto, se realiza ao longo dele e focaliza o desenvolvimento de competências e a formação de habilidades.

Por fim, a avaliação somativa “...classifica os resultados de aprendizagem de acordo com os níveis de aproveitamento estabelecidos...” (MARCONDES, 2000, p. 06), procedendo-se no término da unidade à verificação do alcance dos objetivos pré-estabelecidos.

Os processos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, efetivar-se-ão pela utilização de diferentes instrumentos que permitam a **auto-avaliação, a avaliação interpares** e outras **estratégias** (relatórios, provas escritas subjetivas / objetivas, observação sistemática, elaboração de textos / artigos, diferentes formas de pesquisa, entre outras), que possibilitem ao aluno analisar sua progressão nas aprendizagens e, aos professores, replanejarem intervenções oportunas que garantam a superação de problemas e dificuldades diversas.

Portanto, para que a proposta se efetive, é necessário que se avalie o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

2.5. Organização das atividades

O currículo integrado de Enfermagem foi estruturado em três séries modulares e uma série de internato; portanto, com quatro anos de duração ou 4.192 (quatro mil, cento e noventa e duas) horas, em período integral, ofertando 60 (sessenta) vagas.

Este currículo envolve os Centros: CCS (Centro de Ciências da Saúde), CCB (Centro de Ciências Biológicas), CCH (Centro de Letras e Ciências Humanas), CCA (Centro de Ciências Agrárias), CCE (Centro de Ciências Exatas) e CECA (Centro de Educação, Comunicação e Artes).

A distribuição dos alunos, para atender aos princípios da Metodologia da Problemática, se dá em pequenos grupos (compostos por doze alunos), médios grupos (compostos por trinta alunos) e o grande grupo (somando os sessenta alunos).

As atividades estão distribuídas em teóricas, práticas e ensino clínico. As disciplinas foram integradas em módulos e unidades interdisciplinares. Ao total são 13 (treze) módulos (ENFERMAGEM, 1999, p.16):

1ª SÉRIE:

- * MÓDULO I - A Universidade e o Curso de Enfermagem
- * MÓDULO II - Processo Saúde-Doença
- * MÓDULO III - Processo Saúde-Doença a partir do Núcleo Familiar
- * MÓDULO IV - Prática Interdisciplinar e Multiprofissional I
- * MÓDULO V - Avaliação do Estado de Saúde do Indivíduo

2ª SÉRIE:

- * MÓDULO VI - Introdução à Saúde do Adulto
- * MÓDULO VII - Prática Interdisciplinar e Multiprofissional



* *MÓDULO VIII - Saúde do Adulto I*

* *MÓDULO IX - Organização dos Serviços de Saúde e de Enfermagem*

3ª SÉRIE:

* *MÓDULO X - Saúde do Adulto II*

* *MÓDULO XI - Prática Interdisciplinar e Multiprofissional 3*

* *MÓDULO XII - Da Concepção à Adolescência*

4ª SÉRIE:

* *MÓDULO XIII - Internato de Enfermagem*

A elaboração do novo currículo do Curso de Enfermagem foi um trabalho árduo, que consumiu muitas horas de trabalho de docentes e discentes comprometidos com a melhoria contínua dos profissionais formados e que ingressam, a cada ano, no mercado de trabalho.

Mas, a elaboração foi apenas o primeiro momento de uma longa jornada. O processo de implementação reserva surpresas que precisam ser analisadas, pois nem sempre - ou quase sempre - o que se mostrou tão consistente no plano da concepção deixa de evidenciar falhas e equívocos quando da consecução.

O compromisso com a formação de enfermeiros mais e mais competentes, mais e mais cômicos das responsabilidades inerentes ao seu fazer, exige daqueles encarregados de sua formação, o acompanhamento constante dos limites e possibilidades postos pelo contexto acadêmico/profissional.

Assim, acompanhar e analisar o processo de implementação do Currículo Integrado do Curso de Enfermagem, é fundamental; determinar os fatores que vêm atuando enquanto dificultadores é essencial; bem como, reconhecer os aspectos facilitadores é de suma importância, pois somente com base nos dados evidenciados é possível garantir a superação das dificuldades na edificação de uma prática pedagógica consistente com o perfil do profissional a ser formado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERBEL, N. A. N. Questões de ensino. **Notícia** : Londrina, n. 3, out.1996.
2. _____. **Metodologia da Problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: UEL, 1999.
3. BOGADO, M.L.G. *et al.* **Projeto de Consolidação dos Novos Modelos Acadêmicos dos Cursos de Medicina e de Enfermagem**. Londrina, 1998. (Mimeografado).
4. BORDENAVE, J.D. Alguns fatores pedagógicos. **Revista Interamericana de Educação de Adultos**. v.2, n.1-2, PRDE - OEA (tradução de Maria Tereza Grane, OPS, Brasília). 1983.
5. BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.



6. CHRISTOFOLLI, D.A.S. (Coord.). **Análise prospectiva do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina - relatório final da fase diagnóstica.** Londrina : CNPq, 1990.
7. ENFERMAGEM, Colegiado do Curso. **Currículo Integrado de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina.** Londrina, 1999.
8. ENFERMAGEM, Departamento de. **Internato de Enfermagem.** Londrina: 2000.
9. FLEURI, R. M. **Educar para quê?** 9ed. São Paulo : Cortez, 1997.
10. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
11. _____ . **A Pedagogia do oprimido.** 13ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
12. _____ . **Essa escola chamada vida.** 3ed. São Paulo: Ática, 1986.
13. _____ . **Política e Educação: ensaios.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
14. GROSSI, E. P. **Construtivismo pós-piagetiano. Um novo paradigma sobre aprendizagem.** 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
15. HIRAZAWA, S.A. **Uma inovação no ensino de enfermagem na Universidade Estadual de Londrina: Integração das disciplinas de saúde do adulto utilizando a Metodologia da Problematização.** Londrina, 1998. (no prelo).
16. LIBÂNIO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
17. MAGALHÃES, L. B. *et al.* **Análise prospectiva do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina: o momento normativo.** Londrina, 1993.
18. MARCONDES, M. A. S. **Avaliação da aprendizagem.** Londrina, 2000.
19. MISAEL, J. **Projeto político-pedagógico.** São Paulo, 1995.
20. PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
21. SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
22. TAKAHASHI, O. C. *et al.* **Currículo do Curso de Enfermagem.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1995. (Mimeografado).
23. VANNUCHI, M.T.O. *et al.* O Internato do Curso de Enfermagem da UEL: relato de uma experiência. **Divulgação em Saúde para Debate.** n.15, p.23-25, nov.1996.



PARADIGMAS RIVAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA: Ciro Flamarion Cardoso e Keith Jenkins

Simone Varela *

RESUMO

Este estudo apresenta uma discussão entre Ciro Flamarion Cardoso e Keith Jenkins no campo da produção historiográfica. A tônica deste embate se circunscreve à questão da pós-modernidade e suas relações com a historiografia e com a própria História. De um lado a História vista como realidade concreta e comprovável, e de outro, como um discurso fruto da narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Pós-Modernidade; Ciro Flamarion Cardoso; Keith Jenkins.

ABSTRACT:

This paper presents a discussion between the ideas of Ciro Flamarion Cardoso and Keith Jenkins in the field of historiographic creation. The center point of this question involves the relationships of post-modernity with historiography and, specially, history. On a corner stays the history, seen as true reality, rightful and possible to prove. On the other hand the same history assumes the shape of a speech resulting from a narrative.

KEY-WORDS: Historiography; Post-Modernity; Ciro Flamarion Cardoso; Keith Jenkins.

INTRODUÇÃO

“(...) a ascensão das modas intelectuais pós-modernas nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de literatura e antropologia, as quais implicam que todos os fatos com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais - em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores (...). Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não.” (HOBSBAWM, 1998:18).

* Docente do Departamento de Educação e Ciências Sociais da Unifil.

Estudante do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Mestranda no Curso de Pós-Graduação em História Social na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A epígrafe acima sinaliza para o debate historiográfico acerca de teorias que podem conduzir determinada produção historiográfica. Sem a pretensão de esgotar tal discussão, o recorte dado no presente estudo, delimita a discussão entre Ciro Flamarion Cardoso e Keith Jenkins, no que se refere ao paradigma pós-moderno de produção historiográfica.

HISTÓRIA VISTA COMO DISCURSO

Ao apresentar o livro de Jenkins, Margareth Rago informa que para este autor, uma das principais rupturas que marcaram a produção do conhecimento histórico foi sinalizada por Foucault em *A arqueologia do saber*. Neste, era questionada a crença de que o documento fosse uma mera transparência da realidade, como também apontava para os efeitos de uma narrativa histórica totalizadora, que acabava por ignorar as continuidades e descontinuidades da História. (Rago *apud* JENKINS, 2001:11). Outras mutações que causaram rupturas na produção historiográfica desde a década de 70, levantadas pelo autor, referem-se às idéias de Hayden White que ensinava que um mesmo acontecimento poderia ser contado sob várias formas literárias que iam além de uma perspectiva classista de origem marxista.

Jenkins é incisivo ao afirmar que a História está atrasada em termos teóricos se comparada com a Filosofia ou a Literatura. (JENKINS, 2001: 18). Isto porque para o autor os historiadores ainda fogem de discursos teóricos, e textos ocasionais sobre a teoria da História não exercem pressão com o mesmo grau e intensidade que muitos textos de teoria literária.

Iniciando sua argumentação, o autor afirma: “(...) *é que a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo*. “ (JENKINS, 2001: 23). Circunscrita no plano do discurso, a História tem como objeto de investigação o passado. Este, por sua vez, distingue-se conceitualmente de História. Esta distinção entre História e passado é fundamental para o desenvolvimento de toda argumentação de Jenkins.

“(...) *é que tendemos a perder de vista o fato de que realmente existe essa distinção entre a História e o próprio passado, pois a palavra história cobre ambas as coisas. Portanto, o preferível seria sempre marcar essa diferença usando o termo o passado para tudo que se passou antes em todos os lugares e a palavra historiografia para a História; aqui, historiografia se refere aos escritos dos historiadores*. “ (JENKINS, 2001: 24-25).

A partir de tal distinção, Jenkins afirma que a história é “(...) *um constructo lingüístico intertextual*” (JENKINS, 2001: 26). Neste sentido, o mesmo objeto de investigação é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos; e que, até no âmbito de cada um desses discursos, há interpretações que variam e diferem no espaço e no tempo. Os historiadores elaboram ferramentas analíticas e metodológicas para extrair dessa matéria-prima as suas maneiras próprias de lê-la e falar a seu respeito: o discurso. Isto não significa para o autor que inventamos histórias sobre o passado, mas

“(...) *que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a realidade*.” (JENKINS, 2001: 28).

Outro ponto alto na argumentação de Jenkins trata da conciliação entre História e passado. Esta relação aponta para três campos teóricos também distintos: a epistemologia,

a metodologia e a ideologia. Para o autor, a epistemologia mostra que há impossibilidade de realmente conhecer o passado - que a discrepância entre História e passado é ontológica. No campo da metodologia o autor afirma que os historiadores desenvolveram métodos rigorosos que eles tentam universalizar das mais variadas maneiras. No entanto, os supostos alicerces conceituais são construções de um discurso em litígio, onde pessoas elaboram suas interpretações do passado para agradarem a si mesmas. Todo consenso só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação. (JENKINS, 2001: 29-43). “Ao fim , a História é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material.” (JENKINS, 2001:43).

Entendendo a história como sendo o que fazem os historiadores e que o que eles fazem é com base em frágeis comprovações, Jenkins afirma a relatividade da História e, não vê esta situação como negativa. Ao contrário, vê como uma possibilidade de jogar as velhas certezas no lixo. Isto ainda significa que:

“Desconstruirmos as histórias de outras pessoas é pré-requisito para construir-mos a nossa própria, de maneira que dê a entender que sabemos o que estamos fazendo - ou seja, de maneira que nos faça lembrar que a História é sempre a história destinada a alguém.” (JENKINS, 2001: 51).

A CIÊNCIA DAS SOCIEDADES HUMANAS.

Ao aceitar a afirmação de Fustel de Coulanges de que a História não é a acumulação de todos os tipos de eventos que aconteceram no passado, mas a ciência das sociedades humanas, Hobsbawm demonstra outra possibilidade para a História que vai além do discurso (HOBBSAWM, 1998:87).

Também partidário de outra concepção da História, Ciro Flamarion Cardoso demonstra que até a década de 1960, as teorias acerca das sociedades estavam dominadas por duas posições polares: “(...) 1) teorias que enfatizavam a integração social; 2) teorias que enfatizavam o conflito social.” (CARDOSO, 1999:2). No primeiro caso a sociedade é vista como uma soma de indivíduos. No segundo caso, a sociedade estaria baseada na dominação, exploração e na coerção.

Após este período, as posições acima mencionadas passaram a sofrer impacto de concepções originadas no final do Século XIX e desenvolvidas durante a primeira metade do Século XX. Estas influências têm origem em Freud e na psicanálise; em Lévi-Strauss e Roland Barthes no estruturalismo de derivação lingüística; e em Nietzsche, Heidegger, Husserl, Kierkegaard e Sartre.¹

A partir de 1968, intelectuais como Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault e outros, rejeitaram o *status* de possíveis focos ao “eu” como o categorizava a fenomenologia ou a psicanálise. Tentaram anunciar o fim de várias possibilidades : de buscar a verdade, de um “eu” unificado, da fundamentação de sentidos inequívocos, de legitimação da civilização ocidental, de revolucionar em profundidade as estruturas sociais. (CARDOSO, 1999:6).

1 Ver sobre este ponto em : Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 14-23.

CARDOSO (1999:7), afirma que a atitude conhecida como pós-moderna desemboca na noção da morte do Homem. Isso, desde o impacto com a releitura de Freud feita por Jacques Lacan que achou que a relação entre sujeito e sociedade poderia ser pensada pelo simbólico e o imaginário.

“a ordem simbólica é a que confere significado e relaciona o sujeito com seu lugar na ordem social de outros sujeitos. A ordem imaginária é aquela em que o sujeito desenvolve uma consciência autocentrada. O real é uma presença ausente (...)” (CARDOSO, 1999:8).

Outro passo neste processo de mudança de paradigma foi dado por Foucault que observou o aparecimento do Homem como sujeito e objeto privilegiado a partir do discurso.

“A História é um discurso mutável e problemático (...) produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que , em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados) (...)” . (JENKINS, 2001:52).

Por meio do relativismo do sujeito e da própria História, Jenkins , caracteriza-se com o pós-modernismo, que na visão de Lyotard, este paradigma se caracteriza pela morte dos centros e pela incredulidade em relação às metanarrativas. Isso explicaria o assumido niilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a *“processos de semiose e interpretação impossíveis de ser hierarquizados de algum modo que possa pretender ao consenso.”* (CARDOSO, 1997: 15).

Refutando tal idéia de que inexistam formas aceitáveis de escolher entre as interpretações e de que todas são válidas se satisfizerem aos critérios do autor e daqueles que com ele concordarem, CARDOSO (1997: 17-20), critica o pós-modernismo e/ou a Nova História. Apoiado em Robert Pippin e Callinicos, Cardoso chega à conclusão de que os pós-estruturalistas e pós-modernistas não souberam resolver os problemas que atormentaram os pensadores que, pioneiramente, formularam em pleno Século XIX uma crítica radical da modernidade; O anti-racionalismo típico da corrente, às vezes se acompanha de desleixo teórico e metodológico. Os pós-modernos costumam ser mais apodícticos e retóricos do que argumentativos e não se preocupam com a refutação detalhada e rigorosa das posições contrárias. *“ E como conciliar a negação do sujeito e do Homem com um método hermenêutico relativista que, na prática, descamba para o subjetivismo? ”* (CARDOSO, 1997:20).

Assim, embora Jenkins afirme que todos os discursos históricos se ligam a bases hierarquizadas de poder, o mesmo não permitiu que fosse encontrada a base de poder de seu próprio discurso. Isso de maneira geral entre os pós-modernos que denunciam a Ciência e o racionalismo como terrorismos a serviço do poder, uma vez encastelados em posição de poder, sejam mais tolerantes na prática, devido ao relativismo que, em tese, pregam, do que aqueles que criticam e combatem.

Jörn Rüsen também aponta deficiências centrais no pensamento histórico pós-moderno: 1º) acha que negar direcionamentos temporais globais, deixa de lado problemas como a devastação da natureza, armamentismo, etc. Em segundo lugar, lhe parece que a opção pelo cotidiano e pela micro-análise pode descambar para uma cultura histórica que

supervaloriza os sentimentos e cai no irracionalismo, no misticismo, abandonando os instrumentos críticos da razão. Finalmente, combate a tendência de negligenciar o trabalho teórico de apreensão conceitual da vivência histórica como um todo. (CARDOSO, 1997: 20).

CONCLUSÕES

Poder-se-ia dar continuidade às críticas elaboradas por Ciro Flamarion Cardoso aos adeptos da pós-modernidade. No entanto este estudo teve como intuito trazer à tona os atuais debates em torno da Historiografia - em se tratando dos adeptos da chamada pós-modernidade - e não, esgotá-los.

Neste sentido, cabe fechar esta discussão com uma contribuição fundamental de David Carr, que combate o relativismo extremo dos pós-modernos, para os quais o significado do social é visto como um texto abordado num relativismo culturalmente contextualizado.

“Volviendo a los textos narrativos como artefactos literários, ya sean ficticio o históricos, he tratado de demostrar (...) que tales narraciones deben considerarse eventos que ellos narran, ni mucho menos como una distorsión o una transformación radical de ellos, sino como una extensión de sus rasgos primarios. (...) nõ estoy de acuerdo en que la forma narrativa sea lo que se produce en estos géneros literários para imponerse en una realidade no narrativa (...).” (CARR, 1986:26).

Em outras palavras, a função da narrativa é prática antes de ser cognitiva ou estética, razão pela qual, longe de poder negar-se qualquer relação entre o discurso narrativo e a realidade, a narrativa histórica mantém relações necessárias e estreitas com o seu objeto social real. (CARDOSO, 1997: 21).

Ciro F. Cardoso se recusa a acreditar que erros e exageros do passado justifiquem erros e exageros atuais. Para ele, não existe a obrigação de passar do rigor formal e ilusório do cientificismo para uma *“busca interpretativa culturalmente contextualizada”*. O que significa apenas a possibilidade de escolha de teorias deterministas de estrutura ou teorias voluntaristas da consciência. Proclamar a morte do Homem como sujeito e objeto é , ao mesmo tempo, proclamar - *“como os neoconservadores já trataram de fazer a morte da História, múltiplos exemplos mostram que esta, (...) costuma enterrar os seus próprios covões.”* (CARDOSO,1999: 10).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador.** In: *Diálogos*. Maringá: Eduem, v.03, n.03, 1999, pp. 01-28.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 01-23.



CARR, David. La narrativa y el mundo real: un argumento en favor de la continuidad. *In: Histórias.*, n.14, julho/setembro, 1986, pp. 15-27.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. **A História repensada.** Trad. Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 9-53.



PERCEPÇÃO PESSOAL DAS ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NAS ORGANIZAÇÕES

** Amira El Rafih*

** Keity Mayumi Sammi*

*** Lydia Akemy Onesti*

RESUMO

A atuação do psicólogo dentro das organizações tem privilegiado atividades mais voltadas para a área de Recursos Humanos. Tal condição parece contribuir para a construção de uma representação social desse profissional desconectada de sua formação e seu objeto de estudo – o ser humano. Visando obter informações sobre a atuação dos Psicólogos Organizacionais atuantes, foi desenvolvida uma pesquisa nas cidades de Londrina e Cambé, junto a esses profissionais. Para tanto, participaram 12 psicólogos, todos do sexo feminino, com idade variando de 25 a 45 anos. Os métodos escolhidos para a coleta de dados foram essencialmente entrevista individual, seguindo um roteiro previamente elaborado e desenvolvida nos próprios locais de trabalho. O outro método – questionário, foi aplicado naqueles profissionais que não dispunham de tempo para a entrevista. Os dados obtidos indicam que as atividades incidem exclusivamente sobre o setor de Recursos Humanos em seus aspectos técnicos e administrativos e, dentre estes, o Recrutamento e Seleção de Pessoal, ou seja, na área da Psicometria, uma vez que os testes são valorizados e utilizados com elevada frequência. Constatou-se que, dentro das suas atividades, não se contemplam programas voltados para a subjetividade e identidade do trabalhador e nem a preocupação na relação trabalho e saúde psicológica.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Organizacional; Administração de Recursos Humanos; Representação Social e Identidade Profissional; Saúde Psicológica.

ABSTRACT

The action of psychologist within the organizations has been privileged activities upon the area of Human Resources. This condition seems to contribute for the construction of a social representation of this professional unattached of his graduation and its object of study - the human being. Aiming to know if they really have clear the limits of their occupation comparing with the work of the Human Resources Manager, it was developed a research with them in the cities of Londrina and Cambé. Twelve psychologists, all of them female, aged was, mainly, the individual interview, following sailing directions formerly prepared. The interviews were developed where they work. The other method-questionary, was applied to those professionals who said they didn't have time to be interviewed. The collected data indicate that their activities remain exclusively on the area of Human Resources, in their techniques and administratives aspects, and within these ones, Recruitment and Selection of Peoples. This activity belongs to the Psychometrist

* Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

** Docente do Centro Universitário Filadélfia.



area and the tests are too much valorated and used frequently by them. It was identified that there are not activities upon issues like subjectivity and identity of the worker neither the preoccupation in the relationship between work and psychological health.

KEY-WORDS: Organizational Psychology; Human Resources Management; Social Representation; Professional Identity; Psychological Health.

INTRODUÇÃO

Desde a formação dos primeiros psicólogos nesta região, observa-se que na área de Psicologia Organizacional não há clara delimitação do seu papel e de suas atribuições. Talvez por isto sua atuação seja alvo de constantes críticas quanto ao seu papel, uma vez que é tido como intermediário das relações sociais de exploração e discriminação (BASTOS & GALVÃO MARTINS, 1990).

Porém, os profissionais de Psicologia Organizacional se restringiram, inicialmente, à aplicação de testes para a seleção como afirmam MELLO (1975), BASTOS & GOMIDE (1989). Talvez seja por esta razão que o trabalho do psicólogo possa vir se firmando na área de Recursos Humanos, requisitando para si a atuação nesta área. Com isso a representação social do psicólogo se configura como administrador de Recursos Humanos, descaracterizando-se de sua formação.

A questão aqui colocada não se refere a inadequação quanto à assunção do setor de Recursos Humanos, mas sim à maneira e o como desenvolve suas funções.

Definir o psicólogo como profissional de recursos humanos, ou melhor, pessoas na organização, é necessário para que trabalhos integrados e interdisciplinares possam ser desenvolvidos com outros profissionais. GALLI (1980), afirma que os profissionais de Recursos Humanos trabalham de forma individual e não interdependentes. Em sua opinião, os problemas enfrentados pelos psicólogos dizem respeito à definição de papéis e fortalecimento de nossa identidade particular.

Dado às dificuldades encontradas quanto à definição e o limite do seu papel nas organizações, a presente pesquisa foi desenvolvida visando coletar dados sobre a vivência dos profissionais no dia-a-dia das empresas.

Portanto, os objetivos do presente estudo foram:

- conhecer a amplitude de atuação dos psicólogos em algumas empresas da cidade;
- Identificar as atividades diárias e a rotina de trabalho desses profissionais;
- Definir o papel do psicólogo e do administrador de Recursos Humanos a partir de sua perspectiva pessoal.

METODOLOGIA

População-Alvo

Doze profissionais de Psicologia atuantes na área Organizacional, na cidade de Londrina e região, sendo todas do sexo feminino. O tempo de formação dessas profissionais variou entre 02 a 20 anos.

A maioria dessas psicólogas, já atuaram na área de Psicologia Organizacional. Atualmente trabalham em empresas consideradas de grande porte, com um número elevado

de funcionários.

Local

As entrevistas foram realizadas no respectivo local de trabalho, seguindo-se um roteiro previamente estruturado.

Instrumentos

- Entrevista estruturada e questionários;
- Gravador e fitas K-7;

Procedimentos

Para a composição dos participantes, foi realizado um mapeamento das empresas, via telefone, que tinham em seu quadro funcional, o profissional de Psicologia. Indicação de colegas foi considerada como estratégia para a obtenção desse mapeamento .

Após ter obtido a permissão desses profissionais para a realização da entrevista individual, a mesma foi desenvolvida no próprio local de trabalho, e a duração variou de 30 minutos a 01 hora. Aos que concederam permissão para gravar, a entrevista foi gravada em fita K-7, para preservação da fidedignidade dos dados fornecidos por elas no momento da entrevista.

Dos 12 participantes, 10 foram entrevistados por demonstrarem disponibilidade de tempo. Apenas 02 psicólogas responderam um questionário, especialmente preparado para elas, em função da falta de tempo. O instrumento foi entregue na empresa para o devido encaminhamento.

Após ter coletado todos os dados junto aos participantes, buscou-se a compilação dos mesmos para poder estudar as possíveis categorias de análise a serem utilizadas nesta pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

I – Caracterização dos participantes

Quanto à caracterização dos participantes, os dados constantes na Tabela 1 demonstram o tempo de formação e o tempo de atuação na empresa.

Tabela-1 - Tempo de formação e de atuação na empresa atual

Tempo\Categorias	Formação	Tempo na empresa
Até 1 ano	-	06
2 a 3 anos e 11 meses	04	03
4 a 7 anos e 11 meses	01	01
8 a 12 anos e 11 meses	01	01
13 anos ou mais	06	01
Total	12	12

Os dados acima incitam algumas reflexões sobre o processo de construção da identidade com a empresa, uma vez que 50 % dos participantes estão a menos de 1 ano na empresa. Esse percentual indica uma elevada rotatividade desses profissionais, não lhes permitindo uma identificação com ela.

Essa condição dificulta-lhes também apreender e compreender a realidade, a cultura organizacional e as mudanças implementadas. Desta forma fica-lhes difícil propor atividades conjuntas que lhes permitam transformar a realidade empresarial (MALVEZZI, 1979).

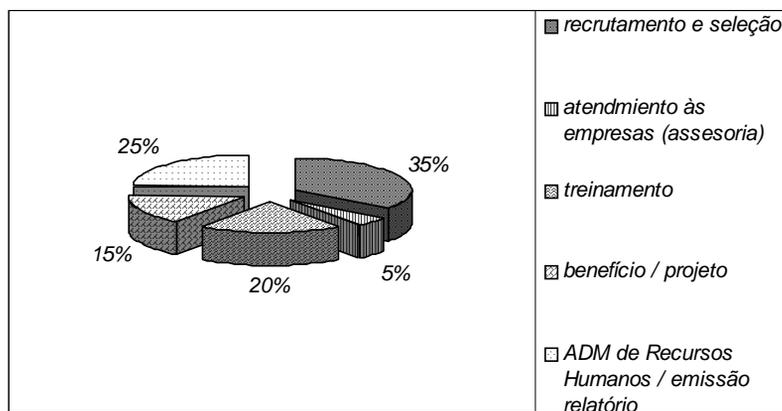
Uma outra reflexão refere-se ao número ínfimo de profissionais que está atuante na empresa num período superior a 13 anos. Esse dado pode confirmar o que foi anteriormente dito sobre a identidade. Além disso, embora não afirmando, os dados parecem indicar que o mercado é instável para os psicólogos lotados nos Departamentos de Recursos Humanos.

II – Papel real das atividades desenvolvidas

Quanto às atividades desenvolvidas atualmente e em outros empregos, elas sempre ficaram na área de Recursos Humanos, tais como Recrutamento e Seleção de Pessoal, Treinamento e Acompanhamento de Pessoal, Gerente de Recursos Humanos, Administração de Benefícios e Atividades Administrativas. Entre as participantes, as atividades por elas desenvolvidas na empresa referem-se, principalmente, a:

Tabela-2 – Atividades desenvolvidas na empresa

Ordem	Porcentagem	Atividade
1º	58%	recrutamento e seleção
2º	41%	administração de RH
3º	33%	treinamento de pessoal, a nível operacional
4º	25%	administração de benefícios
5º	8%	assessoria a outras empresas



Tais atividades expressam claramente a serviço de quem o psicólogo está, uma vez que elas visam, exclusivamente a manutenção de um nível desejável de produtividade.

Embora entendendo que a produtividade faça parte da vida organizacional, a ênfase exclusiva voltada para ela, implica na adoção de procedimentos e práticas que podem vir a comprometer a saúde psicológica do trabalhador que, conforme MALVEZZI (1990), sempre foi sacrificada desde o início da industrialização.

Na visão desse autor, o psicólogo deve assumir um compromisso

“ com a saúde mental do trabalhador, que traduzo como o desenvolvimento da liberdade e a realização das potencialidades do indivíduo e da qualidade de vida do trabalhador... O psicólogo é um agente de mudanças e só pode assumir este papel se ele compreender os conflitos que a sociedade atual apresenta, particularmente se compreender os conflitos internos de suas instituições de fronteira com as dele. Se não tiver uma reflexão segura a esse respeito, não será um agente de mudanças, por mais idéias que tenha.” (p.07).

A experiência contínua dos profissionais entrevistados dentro da área de Recursos Humanos tem contribuído para a manutenção da representação social do Psicólogo Organizacional como Administrador de Recursos Humanos. Assumir tarefas exclusivamente dessa área coloca o psicólogo à disposição e a serviço dos objetivos empresariais, ou seja, produtividade e lucratividade. Além disso, contribuindo para a manutenção da exploração.

Isso os mantém distantes da compreensão dos processos decisórios organizacionais sem se preocuparem com o processo organizacional como algo multideterminado, necessária a uma atuação mais crítica e influente sobre os processos decisórios organizacionais (ZANELLI, 1990).

Convém ressaltar que a atuação do psicólogo é mais abrangente, uma vez que, além de identificar e contribuir para a melhoria do ambiente físico e emocional do trabalho, deve propor ações preventivas de saúde mental, identificando as causas e propondo soluções que visem eliminar ou minimizar essas causas, conforme indica FIGUEIREDO (1990).

Um outro dado que confirma uma concentração maior das atividades dos participantes desta pesquisa na Seleção de Pessoal, refere-se ao uso elevado de testes psicológicos, em especial os de personalidade, nível intelectual e nível de habilidades específicas. Isso indica que pouco avanço na conquista de espaço dentro da organização ocorreu, uma vez que a inserção do psicólogo na empresa se deu em função da necessidade de desenvolver uma atividade privativa do psicólogo do trabalho: aplicação e avaliação de testes psicológicos (NERI, 1990).

Tal fato, caracteriza o psicólogo como psicometrista, conforme MALVEZZI (1979), cujo objetivo é atender aos interesses da empresa, escolhendo o homem certo para o cargo certo.

Agir dessa forma sem ter uma leitura crítica da sua atividade, é tornar-se “um empregado do patrão, contratado para fazer frente ao operário” (CODO, 1985, p. 197). Nesse sentido o psicólogo não faz parte da solução mas, sim parte do problema, ou seja, manter o *status quo*: dominação e exploração, relações não saudáveis em qualquer nível de relacionamento social.

É necessário que o psicólogo reflita sobre seu papel e amplie seu campo de atuação, de forma que sua contribuição para o bem-estar da população possa ser evidenciada e notada.

MELLO (1998), se diz aliviada ao saber que os psicólogos vem ampliando e conquistando novos espaços de atuação, deixando de lado atividades de seleção na área do trabalho. Em sua opinião, o perfil do psicólogo atual é outro.

NERI (1990), também aponta a ampliação do leque da atuação dos psicólogos nas organizações envolvendo a pesquisa da organização como um todo. Assim, em sua opinião, houve um deslocamento da preocupação centrada nos indivíduos para o sistema e seu desenvolvimento.

Portanto, o psicólogo deve ter sempre presente em sua atuação que ele lida com um **ser humano** que trabalha e não com o trabalhador. Isso certamente implica em intervenções que possam privilegiar as questões coletivas e não individuais no trabalho. Em tais intervenções devem estar expressas a dimensão científica da sua formação. Assim o seu papel inclui, de acordo com BASTOS & GALVÃO–MARTINS (1990):

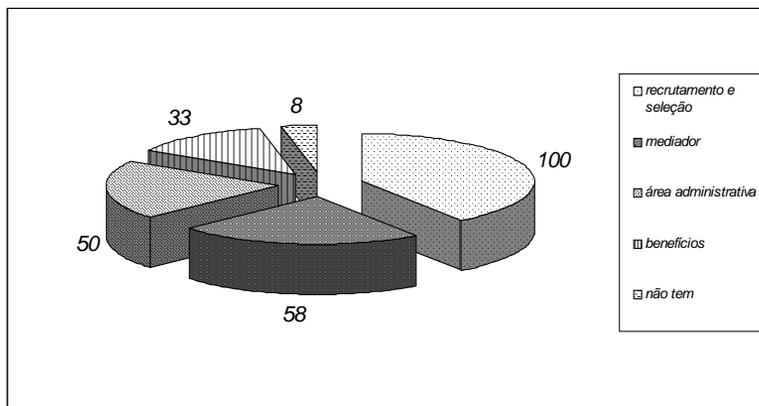
- a contribuição da produção teórica sobre o comportamento humano no contexto organizacional;
- fazer diagnóstico empresarial e propor, em equipe multiprofissional, soluções sobre problemas organizacionais relacionados aos seres humanos tanto a nível de grupo quanto sistêmico;
- pesquisar o trabalho realizado com vistas à obtenção da descrição das atividades envolvidas em sua execução.

III – Papel ideal do Psicólogo Organizacional

A Tabela-3 e o gráfico abaixo demonstram, através dos relatos das participantes, o que na opinião deles seria o verdadeiro papel do psicólogo organizacional.

Tabela-3 - Verdadeiro papel do Psicólogo Organizacional

PAPÉIS	PORCENTAGEM
Recrutamento e seleção	100%
Mediador	58%
Área administrativa	50%
Benefícios	33%
Não tem	8%



Evidencia-se mais uma vez que o rol de atividades a serem desenvolvidas recai na manutenção das relações de dominação existentes, indicando com isso um retrocesso e falta de vínculo teórico quanto ao seu verdadeiro papel. O discurso apresentado desvela a cumplicidade com os interesses da empresa, descaracterizados de qualquer reflexão crítica ou de seu posicionamento político sobre as relações de trabalho, extensamente estudados no período de formação. Isso leva a refletir sobre o “esquecimento” ou “apagamento de vestígios” das informações teóricas abordadas no Curso de Psicologia em favor do discurso institucional, em especial naqueles profissionais com formação recente. Essa propriedade já foi abordada por GOFFMAN (1975), mostrando que as instituições têm o poder de induzir a adesão total e cega do seu quadro pessoal às suas políticas e objetivos.

Os psicólogos deveriam conquistar novos espaços dentro da empresa, de maneira que não sejam meros “reprodutores de objetivos técnicos sem poder de intervenção nos processos decisórios organizacionais” (ZANELLI, 1986, p.31). Além disso, reavaliar o seu papel e propor atividades que visem o coletivo dos trabalhadores, assumindo a sua importância na instituição do verdadeiro conceito de saúde **do** e **no** trabalho, ou seja, questionamento das relações de dominação e exploração presentes em nossa sociedade (REBOUÇAS, 1989).

De acordo com MALVEZZI (1990), há pessoas ou empresas que contratam psicólogos para área de Recursos Humanos, porque se diz por aí que os psicólogos devem fazer os serviços referentes a essa área, sem possuírem qualquer consciência das razões pela quais os contratam.

Outras empresas, conscientes de seus objetivos, valores e projetos políticos contratam o psicólogo como profissional fundamental para a realização desses valores e projetos.

Talvez seja por esta razão que os psicólogos, por encontrarem mercado exclusivamente na área de Recursos Humanos, fiquem ali lotados, uma vez que não há demanda e talvez, nem interesse por parte das empresas em incluí-los numa equipe interdisciplinar que vise a análise e a transformação dos processos organizacionais globais.

Por essa razão, BASTOS & GALVÃO-MARTINS (1990), afirmam que a área organizacional é “procurada por aqueles que optam por uma melhor remuneração ou que ‘precisam sobreviver’ ou ‘precisam trabalhar’, mas que não produz grandes realizações pessoais.” (p.11).

Para que o psicólogo possa assumir seu verdadeiro papel nas empresas, seria necessário reavaliar a dimensão em que o ser humano está sendo considerado no processo laboral e produtivo e até que ponto o psicólogo vem contribuindo ou não, para o resgate desse ser humano inserido nesse processo.

IV – Percepção pessoal das atribuições do psicólogo e do administrador de Recursos Humanos

De acordo com os relatos, pode-se detectar que existem limites bem delineados entre a atuação do psicólogo e a do administrador de Recursos Humanos, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela-4 – Atribuições do psicólogo e o administrador de Recursos Humanos

Atividades	Administrador de RH	Psicólogo
Atividades burocráticas	92%	-
Falta de domínio sobre o ser humano	33%	-
Visão crítica do ser humano	-	41%
Vê a parte administrativa / cursos de especialização em RH	-	66%
Diagnóstico, intervenção e desenvolvimento ocupacional	-	16%
Não vê diferença entre administrador de RH e psicólogo	-	33%
Mediador	-	8%

Na percepção das entrevistadas, o administrador de Recursos Humanos está atrelado mais a atividades burocráticas, já que a maioria de suas respostas (92%) apontam essa função. Acreditam que a ele falta domínio, conhecimento sobre o ser humano, deixando transparecer com isso a preocupação mais voltada para os aspectos técnicos.

Das respostas obtidas das psicólogas, apenas 41% relataram possuir visão crítica sobre o ser humano, embora reivindiquem para si atividades relacionadas ao seu desenvolvimento e bem-estar. Porém, a ênfase na parte administrativa com reivindicação de mudanças na grade curricular do Curso, com disciplinas que subsidiem a sua atuação nela, foi de 66%. Isso indica nitidamente a absorção dos objetivos institucionais por parte desses profissionais, o que os leva a desenvolver atividades que seriam de responsabilidade do administrador de Recursos Humanos.

Isso demonstra a contradição de seus discursos quanto a existência de limites claros entre a atuação do psicólogo e do administrador de Recursos Humanos. A análise qualitativa dos dados obtidos indica que não se constata, de modo geral, diferenças quanto às atribuições, funções e papéis do administrador de Recursos Humanos e até mesmo da chefia de Departamento de Pessoal, responsável por registros e documentação.

Na medida em que tais atividades passam a ser, irrefletidamente, assumidas pelos psicólogos, uma questão sobre o seu posicionamento político-social salta aos olhos: ele se coloca a serviço da indústria como instrumento adicional de exploração do trabalha-

dor, ao invés de transformar a estrutura produtiva para que venha a satisfazer as necessidades do ser humano. Segundo CODO (1985, p. 196), “a organização transforma o ser humano à imagem e semelhança da indústria, invertendo, portanto, sua missão de contribuir para felicidade do homem e corroborando na alienação do trabalhador, transformando-o em dócil e pacato objeto de exploração do capital.”

Um psicólogo consciente deveria refletir sobre estratégias que possibilitem subverter as funções tradicionalmente desenvolvidas. Nesse sentido, contribuindo para uma maior conscientização do trabalhador e garantia de sua dignidade enquanto ser humano e não simplesmente força de trabalho.

CONCLUSÕES

O objetivo de realizar uma análise ocupacional do Psicólogo Organizacional, permitiu uma reflexão quanto à atuação deste profissional. Além disso, ficou evidente a impossibilidade de se debruçar sobre as funções do psicólogo nas organizações, visto que a maioria denuncia a necessidade de estar conivente com os interesses colocados pela empresa. Nessa condição, o psicólogo é um empregado do patrão, configurando-se como mediador de conflitos entre ambas as partes.

Porém, o psicólogo deve ser o “agente de mudanças, e não um defensor do *status quo*, ir à busca de um melhoramento no ambiente. Ele não é o profissional do “como fazer”, mas “para que vai ser feito”. Por isso, em conjunto com outros profissionais, deve decidir, planejar e operar as intervenções nos processos organizacionais que definem o ambiente onde ocorre o trabalho e o sistema de atividades,” (LOCKHOOD in MALVEZZI, 1979, p.39). Além disso, o psicólogo poderia atuar na perspectiva de saúde do trabalhador, considerando as formas de organização do trabalho. Conforme SATO (1992) tanto a concepção dos processos e formas de organização do trabalho definem as suas condições, que por isso, “tornam-se o foco da atuação preventiva na saúde do trabalhador.” (p. 109).

Ao assumir o papel de profissionais de Recursos Humanos, o psicólogo deve, conforme MALVEZZI (1979) e CODO (1985), atuar da seguinte forma:

- 1) em todas as suas atividades, considerar a realidade histórico-social;
- 2) ter como objetivo do cargo a participação em dinâmicas de escolhas que configurem o sistema de atividades da organização;
- 3) analisar e solucionar problemas de seu cargo, levando em consideração todo contexto organizacional, como também atuar no treinamento dos operários, mostrando o funcionamento da estrutura toda de produção;
- 4) entender seus instrumentos de trabalho como meios, que não devem ter prioridades, sobre os fins;
- 5) considerar o caráter de interdisciplinaridade dos problemas organizacionais;
- 6) responder pelos processos psicossociais da organização.

Embora atentos para tais atribuições, convém ainda ressaltar que o psicólogo deveria conquistar um espaço nas organizações de trabalho que o diferenciasse de outros profissionais, também responsáveis pelas pessoas e não pelos recursos humanos.

Desta forma, poder-se-ia causar uma ruptura da representação social do psicólogo

como sinônimo do administrador de Recursos Humanos, de maneira que o seu trabalho histórica, política e socialmente colocado nos moldes já citados, possa ser aceito e reconhecido pelas empresas.

Tal alerta faz sentido na medida em que a pesquisa feita por KILIMNIK(1998) aponta um elevado número de demissões de psicólogos e profissionais de Recursos Humanos, em função da terceirização desses serviços. O desemprego para esses profissionais já se configura concretamente, uma vez que não só as empresas privadas como também as públicas já fizeram e farão grandes “enxugamentos” em seu quadro de pessoal, em decorrência do avanço tecnológico e da expansão da oferta de serviços terceirizados nas mais variadas atividades. A autora constata que “para profissionais com mais de 10 anos de trabalho na empresa foi oferecida uma compensação financeira pela demissão, que os ajudou a partir para uma nova ocupação.” (p. 43). Para outros, foi oferecida a oportunidade de prestarem serviços como profissionais liberais ou de terceirizarem suas atividades. Isso talvez em função do próprio psicólogo ser considerado também como um meio para obtenção de determinados fins, ou seja, um recurso (humano) e não uma pessoa que trabalha, que tem expectativas, sentimentos e emoções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, A.V. & GOMIDE, P.I.C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicologia – Ciência e Profissão**, Ano 09, n.1, 1989.
- BASTOS, A.V. & GALVÃO – MARTINS A.H.C. O que pode fazer o psicólogo organizacional. **Psicologia – Ciência e Profissão**, n.1, 1990.
- CODO, Wanderley. O papel do psicólogo na organização industrial (notas sobre o lobo mau em Psicologia) *in*: LANE, Sílvia Maura T. & CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GALLI, T.M. Recursos Humanos num contexto multidisciplinar: desafios e dilemas do psicólogo organizacional. **Psico**. Porto Alegre, 1(2): 34-39, jul/dez, 1980.
- GOFFMAN, Irving. **Prisões, manicômios e conventos**. Rio de Janeiro: Perspectivas, 1975.
- KILIMNIK, Zélia Miranda. Trabalhar em tempos de “Fim dos empregos”: mudanças na trajetória de carreira de profissionais de Recursos Humanos. **Psicologia – Ciência e Profissão**, Ano 18, n.2, São Paulo, 1998.
- MALVEZZI, Sigmar. **O papel dos psicólogos profissionais de Recursos Humanos**. (Dissertação), USP, São Paulo, 1979.
- MALVEZZI, Sigmar. Produtividade versus saúde mental do trabalhador? **Psicologia – Ciência e Profissão**, n.1, 1990.
- MELLO, S.L. **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática, 1975.
- MENDONÇA, J.R.A. Anotações para um possível papel possível do profissional de Recursos Humanos – uma volta atrás. *In*: **Administração e desenvolvimento de Recursos Humanos – teoria e prática**. Salvador: UFBA, ISP, 1982.
- SATO, Leny. O psicólogo e a saúde do trabalhador na área sindical. *In*: CAMPOS, Florianita C. Braga. **Psicologia e saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ZANELLI, J.C. Formação e atuação em psicologia organizacional. **Psicologia – Ciência e Profissão**, (Conselho Federal de Psicologia), Ano 06, n.1, 1986.



MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: RESPEITO OU VIOLÊNCIA?

**Leila Aparecida da Silva*

** Nilma Moura Carrera*

** Thaís Fabiane*

** Nilva Maria de Souza*

***Agnaldo Kupper*

RESUMO

O epicentro das mudanças mundiais é duplo: mudou não apenas a economia, o avanço da informática, o desenvolvimento das telecomunicações e a globalização, mas também a condição da mulher, que deixou a sua condição de submissa do mundo antigo e medieval.

Mas algumas considerações devem ser feitas como reflexão, como forma de retirar alguns “entulhos” que ainda insistem em deixar traumas, estigmas e preconceitos sobre a questão de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Condição da Mulher; Gênero; Preconceitos.

ABSTRACT

The center (core) of world changes is double. It happens not only in the economy, the advances in the information era, the development of telecommunications and the globalization, but also in the condition of woman, who left their submissive position in the medieval and ancient world.

However, some considerations should be made as a way of reflection, as a way removing some debris which insist on leaving traumas, stigmas and pre-conceptions on the question of gender.

KEY-WORDS: Condition of Woman; Gender; Pre-Concepts.

* Acadêmica do 3º Ano do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

** Docente do Centro Universitário Filadélfia.

Mestre em História Social.

Escritor.

INTRODUÇÃO

O espaço doméstico hoje está rompido. Neste rompimento as mulheres ganharam o mercado de trabalho, passaram a casar mais de um vez, fizeram carreira, foram descobrindo que filhos devem vir quando houver segurança para tal.

Hoje possuem como meta buscar carinho, respeito, trabalho e família. Não esperam, realizam. Ocupam prefeituras. Fazem papéis que eram basicamente de homens. Não são mais ex-moças destinadas ao casamento. Defendem direitos.

Mas a mulher deseja mais. E deve! Quer um lugar seguro, livre de violência; quer andar nas ruas sem ser molestada; quer pensar mais e mais em seu corpo, vendo-o respeitado.

Mas a luta, há muito dura, promete continuar sendo árdua. Basta observarmos o que nos cerca: as mulheres ainda não têm acesso às mesmas oportunidades profissionais que os homens; no plano político, apesar de formarem maioria no Brasil, ainda são pouco representadas na Câmara Federal e no Senado; os estereótipos ainda mantêm o homem como sujeito e a mulher como objeto. Questão de gênero.

As contradições entre os gêneros são antigas. Houve um tempo em que o homem sentia inveja da mulher por esta gerar diretamente a vida. Houve um tempo em que a mulher passou a ser considerada “uma coisa” (rês). Houve um tempo em que a mulher passou a ser símbolo da prostituta e do pecado.

Mas os tempos são outros. Alguns preconceitos são mantidos e dificultam a luta pela abolição das diferenças sexuais, que não são típicas de países subdesenvolvidos. Muito ao contrário.

As idéias do sexo dominante ainda são idéias das classes dominantes. Que sejam abolidas, sem que uma luta preceda à seguinte, as relações de dominação de classe e sexo (GOPELIER, 1980).

LUTA ANTIGA

Em 1853, a educadora Nísia Floresta afirmou em pleno Brasil Imperial: “ (...) enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!”

Desde então o difícil caminho de luta passou a ser percorrido.

A partir da Década de 70 do Século XX, o movimento pela igualdade dos direitos das mulheres intensificou-se no país, transcorrendo o caminho paralelo da luta pela redemocratização. Na Década de 80, com a abertura democrática, foram criados, em alguns Estados brasileiros, Conselhos Femininos, Delegacias e Coordenadorias Regionais da Mulher. Como resultado dessa luta, a Constituição de 1988 consagrou o princípio de que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Artigo 5º, Inciso I).

Ainda pela Constituição em vigor, foi obtida licença maternidade de 120 dias. Politicamente, garantiu-se o mínimo de participação das mulheres nas chapas partidárias que disputam processos eleitorais.

Em 1998, o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa e Direitos da Mulher (CLADEM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher procuraram adequar junto à



Declaração dos Direitos Humanos (1948), as situações contemporâneas vividas pelas mulheres, assegurando e garantindo-lhes todos os direitos que proporcionem cidadania plena.

Em 2000, o Brasil apresentou no 2º Fórum Mundial de Educação, realizado no Senegal, resultados importantes, destacando-se a ascensão das mulheres na Década de 90 do século passado, que superaram, a nível de escolaridade e alfabetização, a população masculina: de 1990 a 1996, a população feminina passou de 4,9 para 6 anos de média escolar, enquanto a masculina avançou de 5,1 para 5,7 anos.

A persistente discriminação salarial, conclui-se, incentivou as mulheres a investir ainda mais no tempo de formação estudantil. Esta maior escolaridade está permitindo às mulheres reduzir de forma lenta, mas contínua, a diferença salarial por razões sexuais, fazendo-as ocupar cargos de destaque no mercado de trabalho.

ESPAÇO DA MULHER NO PARANÁ

Segundo o Censo-2000, a população do Estado do Paraná é de cerca de 9,5 milhões. Por pequena margem de aproximadamente 100 mil, as mulheres superam em número a população masculina.

A Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNDA), neste mesmo ano 2000, mostrou que, no sul do Brasil, a chefia familiar supera a média nacional, ou seja, 77,6% dos chefes familiares são homens na Região Sul; no Brasil, a média é de 74%. Já a taxa de analfabetismo, que no Brasil é de 13,3% entre as mulheres, no sul é de 8,4%, mas ainda superior, nesta região, ao índice entre os homens, de 7,1%.

Politicamente, as mulheres, ainda representam pouco, mas o avanço, nos últimos anos, é grande no Paraná. Atualmente o Estado conta com 410 vereadoras e 19 prefeitas, numa postura ainda bastante tímida. Isto significa dizer que apenas 5% dos 399 municípios paranaenses tiveram mulheres eleitas para as prefeituras.

No Paraná, a bancada estadual de deputados possui apenas duas mulheres, das cinqüenta e cinco cadeiras da Assembléia Legislativa. Pouco, muito pouco, tendo o quadro sido pouco alterado desde 1996, talvez guardando um ranço conservador de que “política ainda é coisa de homem”.

Na Câmara de Vereadores de Londrina, no entanto, uma grata surpresa: a cidade possuía em 1996 apenas uma vereadora; hoje são três, prova de que iniciativas como os da Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato (criada em 1989 e que tem como objetivo oferecer oportunidades de crescimento social a mulheres e homens neste bairro da Zona Sul da cidade) e da Associação das Mulheres do Patrimônio da Selva (onde mulheres reúnem-se e trabalham, visando a integração, a capacitação e a venda de peças artesanais que produzem) trazem a consciência de que a participação feminina na vida social e política é de fundamental importância.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM LONDRINA

Fechado o Século XX, fechado o século das maiores conquistas das mulheres.

Nos primeiros decênios, a luta foi pelo voto. Conquistado o direito, a luta voltou-se para a ocupação dos espaços profissionais públicos e privados, até então reservados para



os homens. A partir desta “Segunda onda feminista”, como se tem normalmente intitulado, a mulher tem obtido uma transformação das relações sociais de forma extraordinária, seja na distribuição de renda, nas relações de trabalho e nas relações sociais como um todo. A família patriarcal perde terreno, as relações familiares ganham novas posturas, o homem passa a adequar-se aos novos papéis que, com normalidade, passou a ocupar.

Mas nem tudo evoluiu e evoluiu uniformemente. Mulheres ainda são mutiladas para consecução do prazer sexual, ainda são proibidas de trabalhar fora de casa, não podem sentar-se sozinhas em locais públicos e ainda são agredidas. As primeiras citações não fazem parte do nosso contexto nacional. No caso das agressões, sim.

Estima-se que no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher seja espancada. Estima-se, também, que apenas um terço das agredidas denunciem a agressão.

Em Londrina, o Centro de Atendimento à Mulher, mantido pela Prefeitura Municipal, ainda atende, segundo o próprio órgão, cerca de 35 casos por mês de violência contra a mulher, sendo pouco mais da metade de caráter emocional e, em média, 40% dos casos de violência física (CAM, 2000). Pior, 63% das agressões contra a mulher ocorrem dentro da própria família, atingindo todas as classes sociais, mesmo as mais elevadas, que não denunciam agressões por temor de escândalos.

Como violência física entende-se a agressão propriamente dita. Como emocional, destaca-se a crítica ao corpo, ao desempenho sexual e as relações sexuais extracasamento. Há ainda a violência sexual (quando obriga-se a mulher a ter relações sexuais forçadas – no caso de Londrina, segundo o CAM, 2,55% dos casos) e a violência social, quando o chefe, companheiro de trabalho ou outra pessoa, paga à mulher um salário menor, obrigando-a até a provar não estar grávida para conseguir um emprego, entre outros. Neste último caso, o CAM registrou um índice de 0,54% dos casos em 1999.

Só em 1999, foram 1.795 casos registrados de violência contra a mulher em Londrina, sendo 521 destes, novos. Já a Delegacia da Mulher, no mesmo período, registrou 1.884 casos (Secretária da Mulher, 1999) sendo 42,3% destes com lesão corporal. No Instituto Médico Legal, no mesmo ano de 1999, foram 963 atendimentos, com 78,02% destes de agressão física.

A agressão torna-se mais grave quando contra a mulher idosa, em especial a violência psicológica.

De qualquer forma, entre adolescentes, adultos e idosos, o Centro de Atendimento à Mulher de Londrina alcança média de 50 casos de violência física, emocional, sexual e social por mês. São mulheres que atingiram todos os limites, psicológicos e físicos, que muitas vezes necessitam de apoio jurídico ou apoio para recuperação da auto-estima. Por vezes, nem podem voltar para casa. Pior: segundo a Secretaria da Mulher de Londrina (1999), em 76% dos casos o agressor é uma pessoa com quem a agredida mantém ou manteve relações de afeto.

**QUADRO-1 - CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER**

TOTAL DE ATENDIMENTOS.....	1.975
NOVOS CASOS.....	521
VIOLÊNCIA FÍSICA.....	28,98%
VIOLÊNCIA EMOCIONAL.....	66,02%
VIOLÊNCIA SEXUAL.....	2,83%
VIOLÊNCIA SOCIAL.....	0,77%
OUTROS.....	1,35%

(Fonte: Relatório Anual de Novos Casos do Centro de Atendimento à Mulher – CAM)

QUADRO-2 – NÚMERO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA

ANO	NÚMERO DE BOLETINS	ANO	NÚMERO DE BOLETINS
1986	411	1993	1.344
1987	2.402	1994	2.071
1988	1.928	1995	1.672
1989	2.145	1996	1.149
1990	1.326	1997	1.296
1991	1.200	1998	1.715
1992	1.484	1999	1.884

(Fonte: Delegacia da Mulher – 2000)

QUADRO-3 – DELEGACIA DA MULHER

BOLETINS DE OCORRÊNCIA.....	1.884
LESÃO CORPORAL.....	42,3%
AMEAÇA.....	40,7%
SEDUÇÃO.....	0,64%
ESTUPRO.....	1%
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	0,64%
OUTROS.....	14,7%

(Fonte: Dados Estatísticos dos Registros da Delegacia da Mulher de Londrina – 2000)

QUADRO-4 – INSTITUTO MÉDICO LEGAL

TOTAL DE ATENDIMENTOS.....	963
AGRESSÃO FÍSICA.....	78,02%
ESTUPRO.....	6,6%
ATO LIBIDINOSO.....	2,5%
HOMICÍDIO.....	0,41%
OUTROS.....	12%

(Fonte: Dados Estatísticos dos Registros do Instituto Médico Legal – IML – Londrina – 2000)

CONCLUSÕES

O jornalista Paulo Francis, já falecido, em um artigo, chegou a classificar as mulheres de “*patetas do capitalismo*”, isto porque, argumentava Francis, “*elas adquiriram o direito de trabalhar fora e dentro de casa*”.

Talvez Francis tenha exagerado. Os tempos hoje são de retirada de máscaras, busca de caminhos. Decepcionando-se ou não no mercado de trabalho, decepcionando-se ou não nas expectativas, a mulher não pode conviver com a violência.

Apesar dos avanços, certas barreiras ainda inibem, encolhem, dificultam o acesso a uma sociedade justa. Algumas questões, como as aqui tratadas, merecem uma conscientização satisfatória.

A violência praticada contra a mulher é covarde, por julgá-la inferior e de propriedade masculina. Apesar da humanidade adentrar o Século XXI com inúmeras conquistas, ainda mantém ranços primitivos de violência física e moral sobre a mulher. Não é possível a admissão destas diferenças. Como não é admissível a impunidade.

O melhor canal: a informação, a denúncia e, claro, a própria conscientização, inclusive de quem está sendo marginalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GODELIER, Maurice. **As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro, 1980, p. 9-29.
Folha de Londrina Especial – Folha Mulher (08/03/2001).
Folha de São Paulo – Folha Equilíbrio (suplemento), (08/03/2001).
PERROT, Michelle. **Os excluídos da história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
Relatório da Delegacia da Mulher de Londrina, 1999.
Relatório do Instituto Médico Legal (IML, Londrina; 1999).
STUDART, Heloneida. **Mulher: objeto de cama e mesa.** Petrópolis: Vozes, 1974.
VARRIÈRE, Jacques. **As políticas de população.** São Paulo: DIFEL, 1980.



PUBLICIDADE E HUMOR

** Julia Fumiko Ueda*

RESUMO:

Dentre as várias modalidades de textos disponíveis, os **comerciais** representam um tipo que não tem sido devidamente explorado no ensino da Língua Portuguesa nos níveis básico, médio ou superior. No presente artigo é feita a análise dos textos utilizados em anúncios comerciais, destacando a objetividade, as estratégias e o humor implícito. Sugerimos que eventualmente seria oportuna a utilização de textos de comerciais para o aprendizado da língua pátria, devido às circunstâncias de eles serem atrativos, concisos e intrigantes, oferecendo aos estudantes oportunidades para auscultar os aspectos implícitos nas entrelinhas, saborear o toque humorístico, e desenvolver uma visão crítica, na qualidade de cidadãos e consumidores no contexto de uma sociedade capitalista. Adicionalmente, eles poderão ensaiar peculiaridades fonológicas, sintáticas e morfológicas do idioma.

PALAVRA-CHAVE: Lingüística; Humor; Propaganda; Sedução.

ABSTRACT

Amongst the several modalities of existent texts, commercials constitute a kind not quite explored in the teaching of the Portuguese language in elementary, secondary, or high school. In this work, we present what the text used in commercials is, its function, the linguistic resources employed, other factors involved in its efficacy in communication, as well as how humor is often present in commercials. Eventually, we want to suggest to teachers that an activity using a commercial in the teaching of mother tongue may be very attractive and meaningful, since it may provide the students with the understanding of the resources underlying the text, enabling them to have a critical view as a consumer before a capitalistic society, besides working with phonological, syntactic, and morphological aspects of the language.

KEY-WORDS: Linguistics; Humor; Commercials Seduction.

INTRODUÇÃO

Dentre as várias modalidades de texto existentes, a publicidade constitui um tipo não muito explorado no ensino da Língua Portuguesa em escolas de ensino fundamental e médio.

Procuraremos, aqui, apresentar um pouco sobre esse tipo de texto, o que é, a sua função, os recursos lingüísticos e outros fatores envolvidos para que uma propaganda seja eficiente, do ponto de vista da comunicação e, ainda, como o humor se faz presente na publicidade. Finalmente, queremos sugerir aos professores que uma atividade com o texto publicitário no ensino da língua materna pode ser bastante atraente e significativa, porque, além de trabalhar com os aspectos fonológicos, sintáticos e morfológicos da língua, pode proporcionar ao aluno a compreensão de discursos subjacentes ao texto, capacitando-o a uma visão crítica como consumidor perante a sociedade capitalista, cuja legitimação de dominação ocorre por meio de um texto como esse, que serve de elo entre os dois, exercendo o papel de incentivador.

*Docente do Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

PROPAGANDA – CONCEITOS GERAIS

A propaganda faz parte do panorama geral da comunicação. Esta, por sua vez, envolve uma esfera mais ampla e sua função é conduzir a informação.

Com a expansão da imprensa, o jornal deixou de ser um único veículo de notícias para o interesse restrito de uma camada social e se transformou numa poderosa indústria, despertando o interesse de imensos investimentos. E com o crescimento desse importante canal de comunicação, surgiu a PROPAGANDA moderna, aplicada ao mundo dos negócios. E, aqui, empregaremos a palavra propaganda como sinônimo de publicidade, embora haja uma pequena diferença entre elas, etimologicamente.

Hoje, grandes agências de propaganda atuam num mercado dos mais variados, criando desde os pequenos até os mais sofisticados textos, graças aos avanços tecnológicos. E, com a técnica unida à criatividade, os publicitários conseguem influenciar a humanidade, como observa SANTANA:

“Deixando apenas de atingir o consumidor em potencial, não identificável, a propaganda, tornou-se um fenômeno econômico e social capaz de influenciar e modificar os hábitos de uma população no seu conjunto.” (1973:19).

Todo publicitário tem um pouco de psicólogo, porque, para atrair a atenção para seus anúncios, é imprescindível que ele saiba como captá-la; para despertar o interesse, é preciso que ele conheça cada uma das reações do ser humano, instinto e sentimentos. Além do mais, deve conhecer as técnicas e os princípios da comunicação e saber as limitações que impõem os meios de comunicação.

“Quanto mais conhecemos sobre o valor das palavras, sobre as necessidades, desejos e impulsos humanos e as emoções que desencadeiam, mais saberemos sobre a técnica da persuasão e seu modo de operar.” (id.,p. 60).

Portanto, o aspecto psicológico da propaganda é o ponto de partida para a elaboração de uma campanha publicitária. Todo anúncio é uma sedução. O seu êxito ou seu fracasso estará sempre calcado no conhecimento humano. Embora este aspecto seja bastante importante, só ele não é suficiente. Ao estudar a mensagem publicitária, entram em jogo, além dos aspectos lingüísticos, conhecimentos de diferentes áreas numa relação interdisciplinar, tais como: Sociologia, Educação, Ética, Filosofia, Teoria da Comunicação, Retórica, Economia, “Marketing”.

Na publicidade ocidental, predominam, geralmente, cinco temas de preferência: criança, família, mulher, sexualidade, símbolos e *status*.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA PROPAGANDA

Com um único objetivo – vender, a publicidade alcança tal intuito por meio da linguagem: o jogo, a imaginação, a poesia. Ela procura falar de coisas banais através de algo extraordinário; portanto, a criação do artista não é algo natural, livre, mas voltada à sociedade de consumo.

A função publicitária limita-se às audácias da forma. Procura atrair a atenção por meio do impacto; evita-se, no entanto, o exagero da brincadeira sem compromisso, ou seja, o anúncio estará sempre ancorado à realidade. E como vai se conseguir tal objetivo? É preciso que o publicitário conheça certos recursos da língua para deles fazer uso em suas mensagens, e servir-se deles como ferramentas de persuasão.

Para Roberto Duailibi (diretor de empresa publicitária) “quanto mais criativa a propaganda, melhores são os resultados de comunicação, e conseqüentemente, de vendas” (apud CARVALHO, 1996:32).

“A palavra tem o poder de criar e destruir, de prometer e negar, e a publicidade se vale desse recurso como seu principal instrumento.”(id., p.18).

Numa propaganda, por exemplo, que apregoa sobre um produto “diet”, a palavra deixa de ser meramente informativa, sendo a sua escolha em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada. Ex: “Diet Coke traz o prazer de viver em forma.” E a função persuasiva na linguagem publicitária consiste em instigar a mudança de comportamento do receptor.

A escolha de vocabulário recai no registro referente ao uso de uma determinada comunidade. Pressupondo o vazio interior de cada ser humano (a falta de amor, prestígio, lazer, etc.), utiliza-se de palavras adequadas que venham ao encontro desse sentimento, completando, despertando o desejo de ser feliz. E, assim, entra em jogo toda uma manipulação de palavras e expressões lingüísticas, que mantêm diferentes espécies de relações: similaridade, inclusão, superação, contraste (CARVALHO, 1996:19).

O uso de substantivos positivos é muito freqüente na publicidade, já que eles são superlativos, sendo as palavras de traços negativos menos empregadas.

Quanto ao aspecto semântico das palavras, a publicidade utiliza-se de termos empregados tanto denotativa como conotativamente. A mensagem publicitária pode estar apoiada tanto em uma como na outra. Ex: “A Ericsson fez um telefone com tudo em cima.”

Outros recursos lingüísticos ainda bastante empregados são: eufemismo, redundância, hipérbole, polissemias, metáfora, metonímia, trocadilho e rima. Ex: “Hoje caiu a maior chuva quando eu voltava para casa. Ainda bem que eu estava prevenida. Eu estava usando Tampax. Por isso ele é meu absorvente de todas as horas. Chova ou faça sol. Tampax”(eufemismo); “Tomou Doril, a dor sumiu”(rima).

Para Jairo Lima (diretor de criação da agência Italo Biancchi, Recife), a retórica é um recurso importante. No caso de uma publicidade,

“a primeira escolha é a figura a servir de base para o texto e a imagem. A campanha pode ser pensada em termos de hipérbole, pleonasmos, metonímia ou metáfora. Após a escolha, sigo o caminho traçado: o do exagero ou da repetição, ou da parte pelo todo, ou da simbologia. Quanto à escolha do vocabulário, (...) deve ser simples com termos conhecidos e corriqueiros. O que vai valorizá-los e ampliá-los são as relações que se estabelecem: polissemia, a oposição, o duplo sentido ou, às vezes, um novo sentido para um termo bastante conhecido.” (apud CARVALHO, 1996: 29).

O mesmo diretor apregoa, ainda, a necessidade de discrição no emprego de pontuação; nada de reticências, exclamações ou interrogações. Ele fala também da dificuldade de uso do adjetivo, pois este constitui um juízo de valor que pode ser contestado. E a sua preferência recai sobre os substantivos abstratos, para indicar a qualidade. Assim, ‘a beleza de um tapete’ convence mais que um ‘belo tapete’(id., p.30).

Já na opinião de Adriano Falcão e André Laurentino (publicitários da Ítalo Biancchi), dentre os recursos mais usados por eles estavam os provérbios populares, até nem muito explorados na época; mas a alusão a provérbios passou a ser bastante usada hoje. E para despertar o interesse, faz-se necessária a inclusão de um elemento que dê sensação de estranhamento ou novidade, assim como: ‘Antes moda do que nunca’ (id., p.30).

Para esses dois, a escolha de vocabulário não pode ser estranha, em vista de que a mensagem é curta e o processo de decodificação, imediato. Deve utilizar-se de um vocabulário conhecido que permita significações múltiplas. Fazem também parte dos recursos utilizados por eles os elementos fonológicos, rimas e ritmos. A rima pode auxiliar no processo mnemônico, e a aliteração, a assonância e a coliteração são utilizados mais porque sua percepção em nível de inconsciente é fator importante; a musicalidade marca a frase de forma agradável.

Em relação ao léxico, há termos considerados axiológicos (ou avaliativos), sejam eles pejorativos ou meliorativos (ORECCHIONI, 1980; *apud* CARVALHO, 1996: 36).

Mas a preferência na publicidade é pelos termos axiológicos lisonjeadores.

O HUMOR E A PROPAGANDA

Segundo BÉRGSON (1980: 12), “não há comicidade fora do que é propriamente humano”. Podemos rir de um animal ou coisa, mas só pela semelhança deles com o homem. O autor, ao buscar uma resposta para “o que é risível”, concluiu que rimos de tudo o que é desvio: rigidez, automatismo, distração, insociabilidade. Mas é necessário, antes, que deixemos a emoção, a sensibilidade de lado; sem que essas nos influenciem, subordinemo-nos à inteligência pura. Só assim o riso se manifestará em nós.

O humor, que antes se restringia apenas ao campo das artes, passou a constituir um interesse de várias áreas de estudo, tais como: Antropologia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Linguística, etc., sendo passível de um estudo multi e interdisciplinar (TRAVAGLIA, 1990:57). Hoje, o humor é bastante explorado também na publicidade, como uma forma de persuasão. Com exceção do humor político que é crítico, o humor em geral não o é, embora eles sugiram a mudança de comportamento, em muitos casos. Mas, o humor não tem o intuito de melhorar a sociedade. As piadas, por exemplo, que criticam a sociedade, apenas reproduzem discursos já existentes, e não constituem novidade (POSSENTI, 1998:48).

O humor depende da técnica. E a construção do humor, na visão tanto de FREUD (1969), RASKIN (1987), *apud* TRAVAGLIA (1990), GIL (1991), como na de POSSENTI (1998), vai depender da técnica, e não do conteúdo ou significado. Todos esses autores fixaram seus estudos no aspecto lingüístico ao estudar esse fenômeno. E a discussão entre os estudiosos é também sobre a existência de uma lingüística do humor. Na opinião de Possenti, não há sentido propor uma lingüística do humor, pois a lingüística deve servir para a análise de diversos tipos de manifestação da linguagem (1998:21).

RASKIN (1985, *apud* TRAVAGLIA, 1990), ao procurar conferir ‘o que é engraçado’, tomou por base os estudos semânticos, e os seus ‘scripts’ constituem a maior contribuição nesta área.

NASH (1985, *apud* TRAVAGLIA, 1990), ao estudar a paródia e a alusão, veio facilitar a compreensão do que seja intertextualidade, e essa compreensão é uma das condições para se entender um texto. O leitor necessita, constantemente, fazer inferências de outros textos, caso contrário, pode não construir o significado de um texto. E não é rara a presença de paródias em textos publicitários. Nash analisa, ainda, o efeito de

elementos, como: rima, aliteração, dicção, sintaxe, estilo, tópico e tropos como a superafirmação (dizer em exagero), a sub-afirmação (dizer incompleto) e a contra afirmação (dizer o contrário), que incluíam coisas como oxímoros e paradoxos, na estrutura cômica de um texto humorístico.

Outros recursos, ainda, contribuem para a produção do humor; dentre eles, a homonímia, que envolve a ambigüidade; a incongruência, a ativação de dois mundos. Além destas, as falsas etimologias e os neologismos constituem recursos utilizados na produção, não só do humor, como já vimos, mas também em textos publicitários, sem que deles o humor faça parte.

Todos esses recursos linguísticos são comuns aos dois tipos de texto – humorístico e publicitário. Com a junção dos dois tipos de texto e aplicação das técnicas, surgiu um novo texto, bastante interessante e também atraente, a propaganda com humor, chamando a atenção do receptor para uma leitura, uma vez que isso é também objetivo primeiro da estratégia do texto publicitário.

Mas, é preciso saber que a leitura de um texto publicitário, explorando ou não o aspecto humorístico, ou mesmo de textos em geral, se processa quando, além dos conhecimentos linguísticos, entram em jogo os modelos cognitivos globais (*frames, scripts*, esquemas, planos) que são conhecimentos socioculturais armazenados em nossa mente (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981, *apud* GIL, 1991).

CONCLUSÃO

Ao estudarmos todos esses recursos, linguísticos e extra-linguísticos, propostos por diferentes autores, para a melhor compreensão do texto publicitário com humor, citamos as palavras de BLIKSTEIN (1992:52), bastante oportunas aqui:

“A decodificação, portanto, depende não só do conhecimento do código, mas também do repertório do indivíduo que recebe a mensagem. Esta deve ser uma preocupação constante do remetente: procurar conhecer bem o repertório do destinatário, ou melhor, qual é a sua bagagem cultural, quais são as suas referências históricas, geográficas, afetivas, profissionais, etc.

Em outras palavras, reiteramos que, as técnicas são imprescindíveis para a produção de qualquer texto, seja publicitário ou não, seja verbal ou icônica, e é preciso que elas estejam adequadas à função a que se prestam.”

Em relação ao texto publicitário, especialmente, os recursos linguísticos utilizados nele, tão importantes, mas não eficientes por si só, mas unidos a outros recursos, constituem um conteúdo rico a ser explorado na aula de português, pois o professor poderá com ele ensinar a língua materna, saindo um pouco do trivial.

E sendo o desenvolvimento da leitura crítica um dos objetivos do ensino da língua, cabe ao professor mostrar todos esses aspectos da linguagem publicitária, todos os recursos utilizados, para alcançar os objetivos desejados -vendas- e ensinar a reconhecer a ideologia ou ideologias subjacentes a um texto dessa modalidade. Assim, certamente, a escola estaria cumprindo uma de suas funções, que é a de formar letrados, indivíduos linguisticamente competentes, capazes de fazer uso dos diferentes textos, adequando-os aos diferentes registros.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGSON, Henri. **O riso**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 10.ed. São Paulo: Ática, 1992.
- CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1996.
- FREUD, Sigmund. **Os chistes e a sua relação com o inconsciente**. Trad. Maria Salomão, v.oito. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GIL, Célia M. Carcagnollo. **A linguagem da surpresa. Uma proposta para o estudo da piada**. São Paulo: FFLCH (mimeografado), 1991.
- POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua. Análise lingüística de piadas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- SANTANA, Armando. **Teoria, técnica e prática**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Uma introdução ao estudo do humor pela Lingüística, *In: Revista de Documentação de Estudo em Lingüística Teórica e Aplicada (DELTA)*. São Paulo: Educ, 1990.



CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ECO-ARQUITETURA

*Alegna Monroy Francisconi

*Anna Paula Bormio

*Karina Elisabeth Lovato

*Hellen Marques B. Souza

*Simone Oliveira F. Vecchiatti

*Soraia Kaestner

** Antonio Manuel Nunes Castelnou

RESUMO:

Neste trabalho, procuramos levantar algumas considerações sobre a *eco-arquitetura*. O artigo é fruto de uma coleta e análise de opiniões sobre o assunto, obtidas a partir de um trabalho realizado na disciplina “Teoria da Arquitetura” do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia de Londrina - UniFil.

PALAVRAS-CHAVE: Eco-arquitetura; Teoria da Arquitetura; Tecnologia.

ABSTRACT:

In this paper, some considerations about *green architecture* were raised. The article is based on a research and analysis of opinions concerning this subject, obtained in a work carried out in “Architectural Theory” discipline of the UniFil undergraduate programme in Architecture and City Planning.

KEY-WORDS: Green Architecture; Architectural Theory; Technology.

INTRODUÇÃO

Neste início de milênio, uma nova preocupação está emergindo, com grande força e intensidade, através de uma abordagem que vem tomando cada vez mais espaço na atualidade, não só no Brasil, mas em todo planeta, a qual deriva de condicionantes impostas pelo próprio meio ambiente: o chamado *ambientalismo*. Problemas como a falta de energia elétrica, a racionalização da água, a escassez do petróleo e o alto preço de produtos minerais vêm se tornando freqüentes no mundo contemporâneo, este marcado pela globalização.

* Arquiteta graduada pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

** Docente do Centro Universitário Filadélfia.

Arquiteto e Engenheiro Civil.

Mestre em Tecnologia do Ambiente Contruído pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - EESC/USP.

e-mail: castelnou@yahoo.com

A preocupação ambiental, a pesquisa de novos materiais e a reciclagem de produtos, visando diminuir custos e proporcionar soluções projetuais ecologicamente corretas, tendem a se tornar as metas da arquitetura deste novo milênio, a *eco-arquitetura*. Tal tendência, já bastante difundida no ambiente internacional, expandiu-se principalmente em países industrializados, nos quais surgiram graves crises e dificuldades, devido à escassez de materiais ou ambientes naturais, ocasionada exatamente por uma exploração desenfreada e sem planejamento. Isto levou a uma maior conscientização política e também a um empenho crescente em estudos e pesquisas ambientais, que procuram reverter o quadro atual.

Denomina-se *eco-arquitetura* ou *green architecture* (“arquitetura verde”) aquela que usa materiais ecologicamente benígnos, de preferência da própria região onde ela se insere, produzidos a partir do reaproveitamento de resíduos ou de matérias-primas renováveis. Seu principal objetivo seria o de produzir uma edificação que se adapte ao clima, vento, luz, vegetação e topografia, tirando proveito das condições naturais do lugar, reduzindo ou até mesmo eliminando o uso de energia elétrica e equipamentos artificiais. Uma verdadeira arquitetura ecológica, tem o máximo de sustentabilidade e o mínimo de impacto ambiental.

Trata-se assim de uma retomada de valores do passado, em que a simplicidade do viver induzia às soluções econômica e ecologicamente corretas. Mesmo assim, não é preciso abdicar da estética e do conforto, para morar em casas ecológicas, pois seus princípios baseiam-se nos mesmos da arquitetura convencional, que buscam a beleza e o bem-estar de seus usuários. Além da arquitetura, o modo de vida ecológico envolve outros recursos, tais como o uso de bactérias *saprotíticas* (alimentam-se de material em decomposição), adubo natural (por exemplo, cascas de frutas e legumes), móveis de galhos de árvores e demais soluções de *eco-design*. Este artigo procura justamente refletir sobre esse tema da atualidade.

A QUESTÃO DA AUTO-SUSTENTABILIDADE

Nesta passagem de século, a intensidade das características da urbanização em todo mundo geraram dois grandes problemas: a *questão urbana* e a *questão ambiental*. A deterioração do meio ambiente - seja da cidade ou do campo -, segundo CHAFFUN *apud* BONDUKI (1997), é um problema antigo e sempre existiu na história da humanidade. O que é novo, neste início de milênio, é a aceleração dos processos de degradação ambiental que acompanham a urbanização, resultando em uma crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade da concentração urbana em vários países.

A partir da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a ECO'92, realizada no Rio de Janeiro, RJ, reforçaram-se as iniciativas visando associar as duas questões. Muitos eventos internacionais sucederam-se, entre os quais, a *Conferência de Direitos Humanos* (Viena, 1993), a *Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, 1994), a *Conferência sobre o Desenvolvimento Social* (Copenhague, 1995) e a *Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos* (Istambul, 1996). Esta última, conhecida como a *Cúpula das Cidades* ou *Habitat II*, deu

ênfase à questão urbana ambiental ao definir a sustentabilidade como princípio universal e os assentamentos humanos sustentáveis como objetivo mundial a ser perseguido.

A *sustentabilidade*, conforme ROBINSON apud HELENE & BICUDO (1994), consistiria na “persistência, em um futuro aparentemente indefinido, de certas características necessárias e desejáveis do sistema sócio-político e de seu meio ambiente natural”. Em outras palavras, “sustentável” relaciona-se àquilo que é capaz de se sustentar, ou seja, manter por si mesmo, suportar ou amparar, sendo *auto-sustentabilidade* a qualidade daquilo que é sustentável por si próprio. Assim, segundo ALVA (1997), a *sustentabilidade* deve ser entendida como um conceito ecológico, isto é, como a capacidade que tem um ecossistema de atender às necessidades das populações que nele vivem; ou como um conceito político, que limita o crescimento em função da dotação de recursos naturais, da tecnologia aplicada no uso destes e do nível efetivo de bem-estar da coletividade. Na verdade, tratam-se de conceitos complementares: a partir de certa capacidade “natural” de suporte, as sociedades organizadas buscam ampliar sua capacidade de sustentação para suprir o aumento da população ou a elevação dos níveis de consumo.

Toda sociedade humana, por mais avançada que seja, depende de suas relações de troca com a natureza para sobreviver. Tomando-se por base o modo de vida das comunidades tradicionais, tem-se que as sociedades verdadeiramente sustentáveis caracterizam-se por exercer o controle local sobre o meio ambiente, desenvolvendo um conhecimento detalhado sobre ele e assimilando-o à própria cultura, além de atuar abaixo da capacidade de suporte sustentável dos ecossistemas. De acordo com HELENE & BICUDO (1994), a transição para sociedades mais sustentáveis pressupõe o tratamento de temas ambientais urbanos *tangíveis*, como transporte, uso do solo, qualidade do ar e conservação de energia, da mesma forma que pressupõe o tratamento de temas *intangíveis*, como saúde e segurança pública, igualdade entre os sexos, educação e responsabilidade ambiental, global, etc.

Por isso, a alteração dos processos de tomada de decisões é considerada um ponto essencial da sustentabilidade, visando-se o fortalecimento dos níveis locais, mais aptos a distinguir e estabelecer prioridades e soluções pertinentes. Além disto, a manutenção dos processos ecológicos, da diversidade biológica e do meio físico, garantida pelo manejo cuidadoso dos recursos naturais, é uma conduta essencial em sociedades que desejam se tornar sustentáveis. Segundo MACKENZIE apud CORCUERA (2000), o *desenvolvimento sustentável* deve suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações suprirem as necessidades de seu tempo. Isto significa que é preciso incorporar no planejamento não apenas os fatores econômicos, mas também as variáveis sócio-ambientais, considerando as conseqüências das ações a longo prazo, bem como os resultados a curto prazo.

Para CHAVES & PAIM (1995), o princípio do desenvolvimento sustentável resume o grande imperativo ético-ecológico de nossa época. Ninguém contesta hoje a urgência de se buscar a harmonia entre o desenvolvimento social, de um lado, e o ambiente natural, de outro. A ECO'92 colocou para o nosso país um significado de grande relevância na medida em que enfatizou, em uma única e indissociável discussão, meio ambiente e desenvolvimento. Um de seus pontos mais importantes foi a aprovação da *Agenda 21*, na qual a questão urbana é colocada explicitamente como uma questão ambiental a ser

tratada no âmbito de uma política global, dando ênfase ao acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias ambientalmente saudáveis, inclusive em termos concessionais e preferenciais; e o reforço da capacidade destes países em absorvê-las e utilizá-las, além do fortalecimento das instituições dedicadas ao meio ambiente, dos órgãos ambientais, das agências e instituições de desenvolvimento.

Segundo VILLENEUVE, citado pela revista CORREIO DA UNESCO (1992), o *desenvolvimento sustentável* consiste em assegurar uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses de gerações futuras e, ao mesmo tempo, atender às necessidades das atuais. Trata-se de um desafio particular e estimulante para os indivíduos e as coletividades, sendo necessário enfrentá-lo o mais cedo possível, pois, à medida que o tempo passa, torna-se cada vez mais difícil implementar as medidas necessárias à sua efetivação.

Muitas são as ações para se promover o desenvolvimento sustentável. A *União Internacional dos Arquitetos - UIA*, por exemplo, adotou, em 1993, juntamente com o *Instituto dos Arquitetos dos Estados Unidos*, a *Declaração de Interdependência para um Futuro Sustentável*, que coloca a sustentabilidade social e ambiental como sendo o centro de responsabilidade profissional e prática. Alguns documentos, tais como a *ISO 14.000* e a *Agenda Habitat* são de fundamental importância, no sentido de fornecer diretrizes e instrumentos para o melhor desenvolvimento dos recursos econômicos e sociais, com adequado respeito ao meio ambiente, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

De acordo com RODRIGUES & ROMERO (1997), citados pela *Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ANTAC*, na busca de alternativas sustentáveis ao desenvolvimento destrutivo típico do mundo moderno, o *zoneamento ambiental* seria um instrumento que procuraria conhecer as ofertas e as vulnerabilidades dos sistemas naturais, além da sua capacidade diante de um determinado uso e ocupação. Trata-se também de um mecanismo legal de ordenação do território para coibir usos indevidos dos recursos ambientais e estimular ações, que visariam uma melhor adequação das atividades com proteção do meio ambiente. Outro instrumento usado seria a *avaliação do impacto ambiental*, que priorizaria, entre seus objetivos, minimizar e prevenir eventuais conflitos entre as atividades e o meio natural, e um maior grau de aceitação social, considerando os valores sócio-culturais e biofísicos locais.

Atualmente, a tarefa deve ser firme e clara para convencer, tanto a quem está intriguado por essas novas posições, quanto atrair quem está longe delas. É preciso avançar em direção a uma arquitetura sustentável, integrando todas as contribuições parciais, na linha dos pilares expostos anteriormente. Para isto, é preciso recuperar a força da *arquitetura-manifesto* e as convicções utópicas que esta representa, para aprofundar a busca do desenho e, assim, aumentar a capacidade formativa nas contribuições a terceiros.

POR UMA ARQUITETURA SUSTENTÁVEL

O ponto chave do desenvolvimento atual, conforme CORCUERA (2000), é a sustentabilidade, a qual asseguraria que as necessidades presentes fossem supridas, sem porém comprometer as possibilidades futuras. A prática da arquitetura, segundo estes princípios, é chamada de *eco-arquitetura* ou *arquitetura sustentável*, termos estes

intimamente ligados a dois conceitos básicos: energia e meio ambiente. Na arquitetura sustentável, destacam-se a eficiência energética do edifício, a correta especificação dos materiais, a proteção da paisagem natural e o planejamento territorial, além do reaproveitamento de edifícios existentes, históricos ou não, procurando dar-lhes um novo uso e significado.

As preocupações fundamentais dessa corrente arquitetônica são relacionadas às pesquisas energéticas, tais como a busca de fontes alternativas de energia - ar, água, sol etc. -, além de novas fontes de fabricação, baseadas em álcool, gás natural, fluídos e assim por diante. Prevê-se também a gestão de resíduos, a reciclagem de materiais, a bioclimatização, a redução de custos e a democratização do espaço construído. Utilizando materiais como argila e madeira, além de estratégias alternativas de produção e conservação de energia, a arquitetura sustentável constitui-se de versões aperfeiçoadas das habitações seculares. Baseando-se nas experiências da arquitetura vernacular, aplica seus conhecimentos cientificamente, de modo que os mesmos sejam incorporados na prática arquitetônica corrente.

Entre os principais materiais de construções aplicados na eco-arquitetura, os quais devem ser renováveis ou não gastarem muita energia para serem produzidos, estão: a *madeira de reflorestamento*, principalmente o pinho e o eucalipto; o *bambu*, que é também renovável e pode ser usado no piso, teto e paredes; e a *terra crua*, que embora não seja renovável como a madeira, não consome energia nem polui ar e águas ao ser produzida. Além de seu rápido crescimento, o bambu - que demora apenas 5 anos para crescer contra 15 do eucalipto ou 30 do mogno - pode ser cultivado no meio de outras plantações, como, por exemplo, as de cana-de-açúcar, assim como não precisa de máquinas para ser colhido.

Como material de construção, a madeira é abundante - no Brasil, a área reflorestada é de mais de 6,3 milhões de hectares -, versátil e facilmente obtida. Tem boa resistência, baixo peso e reduzido consumo energético, sem falar de sua longevidade, pois pode ser efetivamente protegida contra deterioração por um período de 50 anos ou mais.

Do ponto de vista econômico, a madeira reflorestada é competitiva com outros materiais construtivos, com base em custos iniciais, e apresenta vantagens quando comparada ao custo em longo prazo. Entre suas características para a construção civil, destacam-se a redução do peso das estruturas em até 40%, o alívio das cargas concentradas, o melhor aproveitamento material e a qualidade técnica dos projetos. Sabe-se que, embora cerca de 75% das construções no país tenham suas estruturas de cobertura executadas em madeira, somente 2% utilizam-se de estruturas produzidas por processos industriais.

Na eco-arquitetura, a terra crua pode ser usada através de quatro técnicas de construção: o *adobe* ou *terra-palha*, sistema de origem árabe (*at-tob*) baseado na construção com tijolos rudimentares de terra comprimida e palha, crus e secos ao sol; a *taipa de mão*, *sopapo* ou *sebe*, sistema de engradamento de varas perpendiculares e equidistantes (*pau-a-pique*), onde barro úmido ou molhado é atirado com as mãos, simultaneamente, por duas pessoas; e a *taipa de pilão*, sistema no qual se constrói comprimindo a terra em fôrmas de madeira ou *taipais*, com largura média de 60 cm, resultando em blocos de argila, fibras naturais e pedregulho. Um tijolo de terra crua não consome energia, se comparado ao

cozido: além de poluir o ar, um metro cúbico de tijolo queimado gasta, em média, 1.500 kW.

De acordo com FAIVRE (2000), ao se projetar uma edificação, esta deve pousar em uma paisagem, levemente, não gerando uma marca ecológica injustificada com materiais propostos. Deve-se saber quanto petróleo é consumido para fabricar ou processar os materiais empregados; quanta água intervém no processo de produção; e como completar uma trama urbana existente para não repetir falsas soluções, anti-sociais e insustentáveis. É preciso libertar as energias, a necessidade de inovação, para que a arquitetura some-se à cidade e melhore assim sua qualidade, mobilizando conhecimentos, teorias e práticas de tecnologia social. Sua finalidade deve ser, portanto, assegurar a sobrevivência, deixando para trás uma arquitetura antropófaga, ou seja, “devoradora de homens”.

Voltar-se para a arquitetura sustentável, conforme PESCI (2000), é uma realidade irrefutável, embora muitas vezes - e em algumas ocasiões por longos períodos - seja esquecida. Segundo o autor, esta sustentabilidade baseia-se em quatro pilares. Primeiro, em um *Programa Eco-lógico* - ecológica e economicamente lógico -, para que sua inserção no meio contribua para sustentar a diversidade e a qualidade dos recursos naturais e da sociedade em que se insere.

Em segundo lugar, as *Energias do Comportamento*, para recriar as identidades e as melhores tendências de convivência locais e regionais. Depois, as *Energias do Espaço e do Clima*, para enfatizar as melhores tensões do espaço circundante pré-existente e as do próprio espaço a intervir, de modo a se aproveitar o clima para poupar energias e melhorar o conforto humano. E, finalmente, as *Práticas Morfológicas e Tecnológicas Mais Apropriadas*, que capitalizem a mão-de-obra existente e os materiais locais não-esgotáveis, para conseguir linguagens morfológicas comprometidas profundamente com a história e condições ambientais.

Esses pilares são inovadores, pois resgatam o óbvio e o sensato, e apontam a uma *Nova Modernidade*, que promoveria uma cultura da economia e não do desperdício consumista; uma forma profunda e não uma estética elitista de moda. O que se tem feito genericamente até agora? Estas inovações são tão antigas como a melhor história da arquitetura, contudo, ao mesmo tempo, são novas, porque têm sido freqüentemente esquecidas na prática; em particular nos cenários mais elitistas da reflexão arquitetônica, que muitas vezes, reduzem esta nobre área do conhecimento a uma questão essencialmente esteticista. É importante destacar que desde os anos 50, em paralelo aos acontecimentos da crise ambiental no mundo, o mesmo ocorreu na área de arquitetura e *design* internacional.

Desde a segunda metade do século XX que se percebeu a necessidade de manutenção da diversidade biológica, da saúde humana e da qualidade da água, do ar e do solo, a níveis que preservem a vida e o bem-estar da humanidade, da fauna e da flora terrestres. Esta preocupação refletiu-se em vários setores do mundo moderno, inclusive na arquitetura e no urbanismo. Segundo FIELL & FIELL (2000), nos anos 50, Richard Buckminster Fuller (1895-1983) promoveu o uso mínimo de materiais e energia no *design* e cunhou o termo *Spaceship Earth*, que levou as pessoas a pensar no planeta de uma forma mais holística.

O jornalista e sociólogo norte-americano Vance Packard (1914) também criticou a cultura consumista no seu influente livro *The Waste Makers* (1961), o qual condenava de maneira particular a prática do “construir-em-obsolência”. A este livro seguiu o de Rachel

Carson, *Silent Spring* (1962), que foi o primeiro *best seller* a popularizar o debate sobre o ambiente e a fomentar a consciencialização ecológica e o *design* que prestasse atenção ao meio ambiente. Tais pontos de vista tiveram grande aceitação no início dos anos 70, quando a crise do petróleo aumentou a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, iniciando-se assim a aplicação do ambientalismo na arquitetura mundial.

O AMBIENTALISMO NA PRÁTICA ARQUITETÔNICA

A crise dos recursos naturais, o aumento da temperatura global, a poluição, o desmatamento, enfim, vários foram os fatores que contribuíram para a formação do cenário internacional que conduziu, a partir dos anos 70, a uma crescente preocupação ambientalista. Os primeiros sinais desta no urbanismo, na arquitetura e no *design* surgiram através de uma reavaliação geral dos conceitos de construir, administrar obras e realizar projetos. A questão era reaprender procedimentos a partir de uma óptica nova e voltada ao ambientalismo.

Inicialmente, apareceram as críticas ao modelo da cidade moderna ocidental, especialmente aquele praticado nos países industrializados, o que desperdiçava energia e incentivava a competição; e não a cooperação entre as sociedades. Também o modo de vida urbano destes centros populacionais passaram a ser analisados cada vez mais, observando-se que se mostravam ineficazes para enfrentar as crises ecológicas globais, assim como para garantir a igualdade e a justiça sociais. Surgiu então uma nova lógica de se pensar o território, na qual o espaço não-urbanizado é visto como tão ou até mais importante que o urbanizado.

No urbanismo, criaram-se desde então leis que protegem o meio ambiente, assim como secretarias ambientais nas cidades, visando acompanhar o crescimento urbano e controlar os problemas ecológicos. Cada vez mais, a idéia da auto-sustentabilidade passou a compor a cartilha de todos os urbanistas. Segundo o *Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ* (2000), esta pode ser aplicada através de vários itens. Inicialmente, o emprego da *eco-arquitetura*, a qual objetiva a eficiência energética dos edifícios, a correta especificação dos materiais, a proteção da paisagem natural, o reaproveitamento do patrimônio histórico existente e a atenuação da urbanização, além da integração com as condições climáticas locais e regionais.

Conforme a mesma fonte, deve-se também fazer a promoção da saúde e do saneamento, cujo objetivo básico seria o de garantir a qualidade da água para a prevenção de doenças; o tratamento adequado do lixo, evitando contaminação do solo e das águas; e o estabelecimento de um tratamento de esgoto com a utilização prioritária de lagoas de oxidação. Também é necessário o uso de transportes coletivos e não poluentes, o que implicaria na substituição dos transportes individuais, à base de combustível fóssil; e a priorização do transporte coletivo, principalmente o ferroviário, o de navegação e de ciclovias.

Deve-se ainda proteger e conservar os mananciais e as águas, tendo como objetivos os de preservar cursos d'água, proteger a mata ciliar e garantir o uso múltiplo das possíveis represas. Paralelamente, deve-se utilizar fontes renováveis e alternativas de energia, as quais mereceriam um tratamento à parte. Pode-se aproveitar a energia solar, a captação eólica, a biomassa e a energia hidrelétrica de forma sustentável: faz parte da auto-sustentabilidade a ampla conservação da energia. Este esforço implicaria na

redução de desperdícios nas atividades econômicas e nas residências; na geração de produtos menos intensivos em energia e mais duráveis; e na redução, reutilização e reciclagem de dejetos, além do aumento da eficiência energética.

Deve-se desenvolver a agricultura ecológica, a piscicultura e o desenvolvimento do *ecoturismo*; todos estes, como alternativas economicamente viáveis. Também deve-se aplicar a sustentabilidade aos produtos e seus rejeitos, pois se necessita considerar o ciclo da vida dos produtos, desde as fontes de matéria-prima, produção, distribuição, utilização e dejetos, bem como os impactos ambientais que os acompanha, incluindo aí resíduos, contaminação de solos, água e ar, consumo de energia, barulho e *habitat* natural; assim como a reciclagem e o descarte final do produto.

Por fim, ainda segundo o CREA-RJ (2000), a auto-sustentabilidade também se relacionaria à promoção da *Educação Ambiental*, pois se deve promover um intenso esforço de conscientização ambiental, de forma abrangente e integrada às diversas disciplinas, incentivando-se a criação de um *Fórum Ambiental Escolar* e uma *Agenda 21 Escolar*. Da mesma forma, é fundamental o respeito à biodiversidade, o que implicaria em conservar e recuperar o *habitat* natural da fauna e da flora, florestas e matas. Necessita-se combater o desmatamento e repovoar os rios com espécies nativas. E, finalmente, propiciar a aplicação sustentável da biotecnologia e o combate à visão antropocêntrica.

No final dos anos 80, o cuidado com a preservação do meio ambiente também aumentou na arquitetura, quando os projetos procuraram se utilizar de materiais menos agressivos ao ambiente - ou, pelo menos, através da incorporação de soluções tecnológicas que evitassem esbanjamento e desperdício. Os grandes arquitetos investiram mais em alta tecnologia para evitar problemas ecológicos, passando a se preocupar muito mais com a iluminação solar, a ventilação natural e o controle térmico, além de uma crescente utilização de materiais reciclados e/ou alternativos.

A arquitetura ultratecnicista dos anos 80, que ficou sendo conhecida como *hi-tech*, tem atualmente uma versão denominada *eco-tech*, a qual procuraria associar as vantagens da alta tecnologia com as preocupações ambientalistas da auto-sustentabilidade, conforme SLESSOR (2000). Apropriando-se de sistemas computacionais e de fontes energéticas alternativas, seus edifícios propõem-se como organismos autônomos e auto-suficientes, como é o caso de algumas obras dos arquitetos Richard Rogers (1933), Norman Foster (1935), Renzo Piano (1937) e Nicholas Grimshaw (1939).

Depois de vários desastres ambientais e da crescente consciencialização de que a industrialização estava contribuindo para o aquecimento global, surgiu, nos anos 80, o termo *green design* para descrever uma abordagem holística ao *design* ambientalmente responsável. Também conhecido como *eco-design*, este se preocupa em minimizar o desperdício e uso de energia e materiais, levando em consideração o ciclo de vida completo do produto, incluindo a extração de materiais brutos e o impacto do seu processamento; a energia requerida no processo de fabricação juntamente com qualquer produto derivado negativo; a energia requerida para e os efeitos do sistema de distribuição; o tempo de vida do produto; a recuperação das componentes e a eficiência da reciclagem; além dos principais efeitos da sua libertação na natureza através, por exemplo, de aterros ou incinerações.



Segundo FIELL & FIELL (2000), embora a reciclagem possa reduzir o consumo de energia, não a minimiza e, em certa medida, pode de fato ser vista como o perpetuar da cultura do “deitar fora”. O aumento da durabilidade de um produto, por outro lado, minimiza o desperdício e o consumo de energia, duplicando o tempo de vida dos produtos e fazendo com que seu impacto ambiental seja reduzido à metade. Entre os sistemas e materiais recicláveis utilizados pelo eco-design, pode-se citar: o *MDF (Medium Density Fiber)*, fibra de madeira de baixa densidade, extraída de madeira de reflorestamento, especialmente o pinho - depois de moída, a madeira passa por um processo que separa apenas as fibras, as quais são mescladas com uma resina especial -; o *tecido plástico*, material proveniente da reciclagem de garrafas plásticas - estas são moídas e derretidas; depois, através de um espremedor, são transformadas em filamento; estes são esticados e cortados em pequenos pedaços, tornando-se assim fibras, que são, por sua vez, emaranhadas, torcidas e esticadas várias vezes até formarem fios, prontos para serem tecidos; e a *cerâmica orgânica*, material resultante da prensagem de argila, água e materiais orgânicos, principalmente folhas de árvores, usado para a criação de utensílios domésticos (pratos, copos, etc.).

ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA

A *arquitetura bioclimática* pode ser conceituada como sendo aquela que está diretamente ligada com o tipo de clima definido em relação ao desenvolvimento dos seres vivos em uma dada localidade, além de possuir uma interpretação bioclimática da vida humana, ou seja, verificar os efeitos do clima sobre a mesma, os quais incidem diretamente ou não, tanto em sua energia como em sua saúde. Exemplificando, sabe-se por experiência que, em certos dias, as condições atmosféricas estimulam e revigoram as atividades humanas, enquanto que, em outras condições, elas deprimem os esforços físicos e mentais do homem. Como estes dados poderiam ser aproveitados no projeto arquitetônico? Este seria o papel da arquitetura bioclimática.

Segundo OLGYAY (1998), um ambiente pode representar para o homem um entorno desolador de pobreza, uma mediocridade cansativa, uma cultura em que habitamos ou uma arte onde todos podem viver. Há uma relação direta entre a qualidade dos ambientes e a saúde física e mental do homem. A medicina curativa alcança seu limite na máxima qualidade e extensão do sistema de instalações e serviços da saúde. Contudo, a medicina preventiva somente atingirá seu verdadeiro potencial quando forem totalmente resolvidos os problemas ambientais, rurais e urbanos, que afetam toda a população. Assim, a estética pode ser vista como uma forma de terapêutica: “a arte verdadeira é uma forma de saúde humana”.

A arquitetura bioclimática entra justamente aí para tentar solucionar esses problemas entre vários outros, tais como a utilização cada vez menor da energia dita “artificial”. De acordo com a revista AMBIENTE (2000), aproximadamente metade da energia gasta na Europa destina-se à manutenção de prédios, e outros 25% gastam-se em transporte. A maior parte desta energia gera-se a partir de depósitos de combustíveis fósseis não-renováveis, dos que não ficarão reservas disponíveis para as gerações vindouras. Além disso, as emissões produzidas pela conversão destes combustíveis fósseis em energia

têm efeitos prejudiciais, suficientemente demonstrados, sobre o meio ambiente.

Passaram-se mais de 20 anos da crise do petróleo, nos anos 70, e os arquitetos continuam contribuindo para instalar enormes caixas de vidro com ar condicionado no centro das nossas cidades, e uma boa parte dos habitantes do mundo industrializado continua recorrendo ao carro individual para chegar ao trabalho, fazer compras ou se divertir.

De maneira paradoxal, a maioria dos habitantes do chamado primeiro mundo é vagamente consciente de que a utilidade a curto prazo tem de se substituir por modos de vida mais sustentáveis, embora no momento sejam muito poucos os preparados para abandonar hábitos esbanjadores. Em grande parte, isto se atribui a uma carência de alternativas confiáveis, que estejam plenamente desenvolvidas. Além disso, a divulgação de conceitos, tais como o da sustentabilidade, ainda depende, lamentavelmente, dos interesses políticos e comerciais. Todavia, tem-se produzido numerosos avanços positivos, como o estabelecimento de normas de controle ecológico dos processos completos de projeto e construção; e foram incrementadas e endurecidas as inspeções sobre o rendimento energético dos prédios uma vez que entram em funcionamento.

Em todo ecossistema, existe uma troca dinâmica entre a flora, a fauna e o meio ambiente. O homem, como parte integrante deste espaço, deve ocupá-lo de forma racional, preservando e recuperando o ambiente. Portanto, a arquitetura bioclimática seria a melhor resposta para projetos com preocupações ecológicas e de preservação da paisagem natural e cultural. Suas soluções envolvem o aproveitamento potencial da luz solar, tanto para a iluminação como para o aquecimento em locais mais frios; a utilização da água para proporcionar tranquilidade, relaxamento mental e também refrescar ambientes em regiões mais quentes; o aproveitamento dos ventos igualmente como fator refrescante etc.. Para tanto, é fundamental que se considere a forma e a orientação dos edifícios, assim como a análise climática do local para o desenvolvimento do projeto arquitetônico.

Segundo MASCARÓ (1992), apesar do clima ser um elemento fundamental para o consumo de energia em uma edificação, ele ainda é pouco discutido e valorizado. O principal papel da arquitetura bioclimática consistiria em reduzir ao mínimo o consumo de energia em um edifício, buscando recuperar e desenvolver novas tecnologias durante o processo de projeto, para otimizar o uso das características climáticas, pois o ser humano passa grande parte de sua vida dentro ou ao redor das edificações construídas por ele mesmo.

Buscando a redução do consumo energético, deve-se analisar os fatores que o determinam, tais como os costumes de uso das edificações e os de projeto das instalações dos edifícios. Deve-se também observar as condições climáticas do local, o desempenho termo-luminoso dos materiais adotados e o desconhecimento generalizado das condições climáticas por parte dos projetistas, onde se evidencia erros em projetos.

Essa carência de conhecimento generalizado confirma o velho problema na construção civil, no qual a falta de rebatimento da teoria na prática acaba frustrando a aplicação dos avanços tecnológicos da construção, já consagrados por pesquisas nacionais e internacionais. Por exemplo, uma fotocélula para energia solar gasta tanta energia para a sua produção, que sua utilização somente será ecologicamente correta em locais onde não exista a energia elétrica. Os arquitetos não necessariamente precisam se utilizar de artigos alternativos para construir suas obras, mas sim devem analisar os meios através

dos quais sua construção consuma menos energia e seja mais renovável.

Ainda conforme MASCARÓ (1992), aliada à idéia da arquitetura bioclimática, existe uma preocupação com a sustentabilidade do edifício - ponto chave no conceito de desenvolvimento sustentável. Tais conceitos estão interligados pelo tratamento dado ao projeto arquitetônico, pois a preocupação com a auto-sustentabilidade, além de ter como característica principal o uso de sistemas alternativos de infra-estrutura pública, também procura tomar medidas eficazes quanto à posição em relação ao sol, aos ventos dominantes e ao clima da região, na implantação do edifício.

Esses conceitos de arquitetura bioclimática obviamente podem ter uma abrangência mais ampla, atingindo toda a escala da cidade, na qual as preocupações ambientais se estenderiam em um nível maior, procurando-se a harmonia do conjunto urbano como um todo, desde a preocupação com o lixo, a poluição de rios, a qualidade do ar e o sistema de infra-estrutura de toda a cidade. Para se projetar seguindo essas idéias, torna-se assim desnecessária a utilização de formas espetaculares e diversas, podendo-se fazer uso das existentes na atualidade.

O arquiteto bioclimático pode até ser ousado na concepção de um edifício, sem entretanto necessariamente prejudicar seu custo energético. Espera-se que um profissional do ramo da construção deva pôr em prática seus conhecimentos para que sua obra não seja criticada posteriormente como insatisfatória ou medíocre. Portanto, deve saber incorporar essa nova visão que marcará, sem dúvida, o milênio que se inicia. A cada dia, as metodologias e técnicas bioclimáticas vêm sendo amadurecidas e, da mesma forma, a conscientização dos benefícios de se fazer uma arquitetura de ética ambiental e com preocupações com a racionalização da energia, vem aumentando cada vez mais. Certamente, resultados compensadores, tanto do ponto de vista econômico como ambiental, serão atingidos.

NA BUSCA DE PRÁTICAS VERDES

São várias as soluções eco-arquitetônicas, também chamadas de *práticas verdes*, que estão cada vez mais sendo aplicadas na arquitetura mundial. Entre elas, podem ser citadas algumas, como a cobertura do telhado com grama, material que, além de ser decorativo, também é isolante térmico, deixando a edificação fresca no verão e mais quente no inverno, assim como a utilização de clarabóias para melhorar a iluminação natural do interior. Outra alternativa seria o uso de estruturas e paredes feitas de terra, um excelente isolante térmico, diminuindo gastos com ar-condicionado e aquecedor; ou de madeira de reflorestamento, que possui baixo custo de produção e não degrada o meio ambiente.

O emprego de materiais reciclados, duráveis e de baixa toxicidade, poderia ser feito para melhorar a qualidade de ar, tais como pneus preenchidos com pedregulho e terra para execução de escadas; garrafas de vidro para fechamento de janelas e tanques de plastocimento (mistura de ferro, sacos de cebola e concreto fino) localizados nas laterais da edificação para receber a água da chuva proveniente do telhado. Além disso, a instalação de um biogestor, que receberia o esgoto dos vasos sanitários e o transformaria em biofertilizante, o qual geralmente é conduzido por baixo da terra para o quintal ou pomar, onde serve de adubo. Também se poderia criar jardins compostos de plantas nativas, que sobrevivem com menos água e cuja irrigação seria feita com a água proveniente do



chuveiro e das pias (cozinha e banheiros), a qual passa por filtros de areia, que sugam a gordura e a deixam própria para a reutilização.

Outra alternativa seria a utilização do paisagismo interno como elemento regulador do projeto. Por exemplo, a colocação de muitas plantas em varandas e janelas que recebem mais vento melhora a umidade do ar. A criação de estufas e jardins internos possibilitariam maior ventilação e integração dos espaços interiores. A geração de energia através de painéis fotovoltaicos instalados na cobertura, além de placas solares para esquentar a água (custo de investimento alto, pois não há fabricantes nacionais, mas que compensa após certo tempo, pois não se pagará mais contas de luz), também seria uma solução recomendada. Da mesma forma, o reaproveitamento da água de pias e chuveiros para molhar o jardim ou dar descarga, diminuindo o consumo e desperdício de água potável; ou a disponibilidade de açudes ou cisternas localizadas aos fundos da edificação para reserva de água proveniente da chuva, a qual é captada através de coletores instalados nos telhados; ou ainda de poços para captação de água do subsolo.

Consiste em prática verde fundamental a adaptação do projeto às condições climáticas. Exemplificando, se a região é fria, deve-se construir a casa voltada para a face norte, que absorve mais calor - as janelas devem ser protegidas por árvores que desfolhem no inverno e fiquem carregadas de folhas no verão, permitindo a sombra. Se a região é quente e úmida, pode-se usar pilotis para que o ar passe por baixo, refrescando e evitando a umidade. Se a região é quente e seca, recomenda-se empregar paredes de terra e piso de pedra. No centro da casa, deve haver um pátio para garantir sombra e segurar umidade.

Em vários países, a tendência por uma moradia ecológica está cada vez mais abrangente. Na porção ocidental da Austrália, já 20% das novas construções são em taipa de pilão. Em Grenoble, França, o grupo *Craterre* forma mestres em *arquitetura de terra* para atender a uma demanda crescente do mercado. Em Amsterdã, Holanda, várias empresas estão se especializando em revestimentos de resíduos orgânicos, ou seja, industrializando estruturas e coberturas a partir de restos e fibras de plantas. O *Banco ING Group*, por exemplo, executado em 1987 na capital holandesa, é composto por dez torres de escritórios que abrigam cerca de 2.500 funcionários. Estas consomem 92% menos energia do que um banco das redondezas construído na mesma época, o que implica uma economia anual de US\$ 2,9 milhões. Tratam-se de torres de tijolos aparentes, voltadas para a face sul (aproveitamento do calor no hemisfério norte), dotadas de coletores solares e clarabóias, além de esculturas de metal colorido instaladas em pontos estratégicos para refletir a luz e maximizar o efeito do sol.

Outro exemplo de eco-arquitetura seria a *Fábrica Ecover*, realizada em 1992 em Bruxelas, Bélgica. Consiste em uma indústria que fabrica cerca de 16 produtos de limpeza comercializados no mundo inteiro; feita de paredes de adobe, que funcionam como isolante termo-acústico. A obra possui pilares e pisos de madeira, além do teto ser todo coberto de grama e plantas nativas, com clarabóias para permitir a entrada do sol e economizar energia. Na Alemanha, na Universidade de Kassel, o arquiteto e professor Gernot Minke exporta projetos de construções em barro, através de um trabalho artesanal e agradável.

Recentemente, um Conjunto Residencial em Newark, Nova Jersey, EUA foi feito composto por dois edifícios com 128 apartamentos de classe média, nos quais o governo

ofereceu US\$ 17 milhões em subsídios para que as incorporadoras adotassem práticas verdes, como o uso de materiais reciclados e de energia solar. Na Califórnia, por exemplo, o arquiteto David Easton preocupa-se em desenvolver métodos de construção em taipa.

Conforme JODIDIO (1998), em Austin, Texas, o *Center for Maximum Potential Building Systems - CMPBS* é uma organização sem fins lucrativos dirigida por Pliny Fisk III (1944), formado pela *University of Pennsylvannia* com ênfase em planejamento ecológico, e sua esposa Gail Vittori (1954), licenciada pela *University of Massachusetts* e especialista em *design* de objetos suspensos e gestão de resíduos, que fazem pesquisas em eco-arquitetura. Seu trabalho caracteriza-se por grandes preocupações ecológicas e de flexibilidade espacial, deixando a beleza, em seu sentido tradicional, em segundo plano. Já Sambo Mockbee (1945) é um arquiteto norte-americano, que fundou, em 1992, juntamente com Dennis Ruth, o *Rural Studio* em Greesboro, Alabama, “para alargar o centro da arquitetura num contexto socialmente responsável”, como extensão acadêmica da *Auburn University*. Sua arquitetura caracteriza-se pela linguagem de materiais simples e inspiração local, voltada a comunidades carentes.

No Brasil, embora as grandes universidades pesquisem exaustivamente técnicas de construção que não agridem o meio ambiente, as descobertas ainda são vistas como coisas exóticas e idealistas, ficando à margem da arquitetura convencional e sendo tratadas como pitorescas ou apenas alternativas. Deve-se ter em mente que é impossível ser totalmente ecológico, já que existem materiais difíceis de serem substituídos como o vidro, podendo-se sim minimizar o impacto ambiental, buscando conforto e economia sem agredir o meio ambiente. Um exemplo a destacar foi o da casa-modelo do arquiteto Sérgio Pamplona, realizada recentemente em Brasília, DF. Trata-se de uma residência com estrutura e paredes de eucalipto, telhado de grama e jardins compostos por plantas nativas, que se utiliza de placas fotovoltaicas, biodigestores, plastocimento e açudes.

Bastante divulgada, também, foi a casa de terra do arquiteto Paulo Montoro, feita em São Paulo, SP. Consistindo em uma residência de adobe, com tijolos aparentes e cobertura em telha cerâmica, esta se constitui em um exemplo das vantagens ecológicas da arquitetura de terra em relação à cerâmica, principalmente no que se refere ao consumo energético. Outro exemplo foi a casa do arquiteto e professor universitário Fábio Canteiro, realizada nos arredores de São Paulo, SP, a qual serviu como base para sua pós-graduação pela Universidade de São Paulo. Nela, a água é puxada diretamente de um lençol d'água, a 20 metros de profundidade, tarefa que é feita através de um moinho de vento com 12 metros de altura.

CONCLUSÕES

Em recente palestra realizada no II Congresso Paranaense sobre o Ambiente Construído - COPAC, realizado em Londrina, PR, o arquiteto Gian Carlo Gasperini questionou qual seria a postura dos arquitetos brasileiros diante da *crise ambientalista*. Na sua opinião, atualmente, existiriam problemas que se apresentam e que precisam de uma ação imediata, tais como a chuva ácida, a poluição ambiental, o buraco na camada

de ozônio, a constatação de florestas dizimadas, etc.. Frente a isto, as ações políticas em curso seriam insuficientes para garantir a superação destes problemas existentes. Uma visão crítica é necessária: precisa-se criar uma consciência da situação e estudar a fundo os meios de superar esses problemas, utilizando uma postura tecnológica adequada.

Existe, hoje, uma tecnologia própria para a criação de cidades e edifícios ecológicos. O edifício ecologicamente planejado é o resultado de movimentos dirigidos para o desenvolvimento de projetos que levem em consideração uma eficiente utilização das energias naturais, como a energia solar ou a eólica; e a utilização de materiais que, na sua fabricação e aplicação, não gerem danos, ou ainda minimizem desastres possíveis no ambiente como um todo. A premissa é que os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza. O que ensina a história a esse respeito? Quantas preocupações do arquiteto do passado foram deixadas de lado para satisfazer uma visão especulativa da arquitetura urbana? Como recuperar efetivamente uma postura mais adequada para superar a verdadeira crise ambientalista das cidades brasileiras?

Até algumas centenas de anos atrás, a relação entre os seres humanos e o ambiente era caracterizada pela vontade de se adaptarem por necessidade às condições ambientais. Entretanto, as exigências de conforto eram muito diferentes das atuais, porque as técnicas para dominar a natureza eram muito inferiores às de hoje em dia. Diante desses argumentos, os arquitetos do terceiro milênio precisam aproximar-se mais dos problemas ambientais. É preciso trabalhar para amenizar o impacto ambiental dos projetos, além de incorporar aos conhecimentos arquitetônicos as novas tecnologias necessárias, capacitando-se para os problemas ambientais, causados por nós e pelas gerações que nos precederam.

Segundo Gian Carlo Gasperini, precisa-se, principalmente, inovar nossa arquitetura, valorizando nossa cultura a partir de um conhecimento mais profundo do nosso meio. Os arquitetos brasileiros devem incorporar técnicas simples, mas eficientes, procurando resolver os problemas do nosso meio urbano com inteligência e sensibilidade, e rejeitando fórmulas vindas do exterior, não adequadas à nossa realidade e cultura. Necessita-se, nesse sentido, fugir de fórmulas urbanísticas já obsoletas.

Estas são algumas das condicionantes de uma atuação mais eficiente da arquitetura nacional no desafio do milênio. As respostas deverão depender da velocidade das intervenções, isto é, atuar no mesmo nível das transformações que ocorrem para equilibrar os impactos. Pergunta-se: será que estamos preparados para enfrentar os desafios? O que preocupa Gasperini, de fato, é o preparo das novas gerações para enfrentar o desafio de uma nova postura ética e profissional, onde o lado técnico-ambiental coloca-se ao nível das preocupações sócio-culturais. Atualmente, é fundamental vivenciar nosso meio social, procurando a especificidade de cada lugar, de modo a dotar o ambiente habitável de uma característica própria, capaz de consolidar a permanência da sociedade no lugar. Para isso, deve-se abrir as portas para novas idéias e inovar o processo criativo.

Concluindo, para JOURDA (2000), a relação entre arquitetura e ecologia seria aquela em que seu próximo objetivo é o de inventar edifícios que reajam. Como envoltórios vivos, similares ao corpo humano, com sua pele e suas roupas, transformá-los em algo muito reativo e vivo. Através das biotécnicas, torná-los “estruturas-texturas”, que já não sejam nem naturais, nem artificiais, mas que estejam entre as duas. A natureza não é hoje, nem uma nem outra: o que é artificial torna-se quase natural. A invenção surge então sobre a base de elementos biológicos. A natureza renovará muito rápido o prédio, que se tornará ainda mais tecnológico e, ao mesmo tempo, ainda mais simples, através da integração dos sistemas

de controle. Na sua opinião, não se trata de imitar a natureza, mas de tirar exemplos.

Seja no *design* como na arquitetura e urbanismo, são mais do que nunca necessárias a conscientização ambiental e a busca de um desenvolvimento sustentável, através, principalmente, de uma educação ambiental sistematizada. Para que isto ocorra, é de fundamental importância a criação de órgãos que ensinem à população e ao “público mais esclarecido”, tais como engenheiros, arquitetos, urbanistas, *designers*, etc., a necessidade da preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVA, E. N. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- BONDUKI, N. G. (org.) **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- CONSELHO REGIONAL de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ. *A cidade auto-sustentável*. In: **REVISTA CREA-RJ**. Rio de Janeiro: n. 31, ago./set. 2000.
- CORCUERA, D. **Arquitetura sustentável**. Disponível em: <www.geocities.com/RamForest/Canopy/1/14> Acesso em: 24 nov. 2000.
- FAIVRE, M. *Concurso Ambiente 2000: arquitectura y diseño urbano sustentable*. In: **REVISTA AMBIENTE**. Fundación CEPA. Publicação argentino-brasileira: Terceira Época, Ano XXIV, n. 82, mar./abr./maio 2000.
- FIELL, P.; FIELL, C. **Design do século XX**. Köln: Taschen, 2000.
- HELENE, M. E. M.; BICUDO, M.B. **Sociedades sustentáveis**. São Paulo: Scipione, 1994.
- JODIDIO, P. **Contemporary American Architects**. Köln: Taschen, vol. IV, 1998.
- JOURDA, F. H. *Liberdade, igualdade, frugalidade*. Entrevista realizada pela *Revista Technique & Architecture*. In: **REVISTA AMBIENTE**. Fundación CEPA. Publicação argentino-brasileira: Terceira Época, Ano XXIV, n. 82, mar./abr./maio 2000.
- MASCARÓ, J. L. **Incidência das variações projetivas e de construção no consumo energético dos edifícios**. 2.ed. Porto Alegre: Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- OLGYAY, V. **Arquitetura y clima: manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.
- PESCI, B. *Por uma arquitetura Manifesto*. In: **REVISTA AMBIENTE**. Fundación CEPA. Publicação argentino-brasileira: Terceira Época, Ano XXIV, n. 82, mar./abr./maio 2000.
- REVISTA AMBIENTE**. *Ciudad*. Fundación CEPA. Publicação argentino-brasileira: Terceira Época, Ano XXIV, n. 84, out./nov./dez. 2000.
- SLESSOR, c. **Sustainable architecture and high technology: eco-tech**. London: Thames and Hudson, 2000.
- RODRIGUES, M. A. P.; ROMERO, M. A. B. *A permacultura, o paisagismo e o desenvolvimento sustentável*. Palestra realizada no I Encontro Nacional Sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ANTAC. Canela RS: 18 a 21 nov. 1997.
- VILLENEUVE, C. *Uma causa pessoal: todo cidadão pode contribuir para a preservação dos sistemas que sustentam a vida em nosso planeta?* In: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO**. Ano 20, n.01, jan. 1992.



PERFIL DO EMPRESÁRIO DE VESTUÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - RML

** Adalberto Brandalize*

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar uma contribuição à discussão relativa ao conhecimento relacionado a custos e preços por parte dos empresários. A partir de um estudo de cerca de 212 empresários na Região Metropolitana de Londrina, estes foram divididos em grupos por cidade. A empresa deve descobrir, desenvolver, compartilhar e atualizar os conhecimentos quanto ao seu empreendimento e seus consumidores, sob pena de comprometer a sua própria continuidade.

PALAVRAS-CHAVE: Custos; Preços; Resultados; Empresário; Consumidor de Varejo; Necessidades.

ABSTRACT

This paper aims at becoming a contribution for the discussion concerning knowledge on costs and prices by the entrepreneurs. It is based on a study of 212 entrepreneurs in the Londrina Metropolitan Area. The entrepreneurs were divided groups according to the cities. The company must discover, develop, share, and update it knowledge regarding enterprise and its consumers for the sake of its own continuity.

KEY-WORDS: Costs; Prices; Results; Entrepreneur; Retail Consumer; Needs.

* Docente do Centro Universitário Filadélfia (UniFil).

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina -UEL.

Mestre em Administração/Finanças.

Especialista em Finanças e O&M.

Consultor Empresarial.

e-mail: branda@sercomtel.com.br

INTRODUÇÃO

Em relação aos países mais desenvolvidos, o Brasil o varejo demorou para apresentar um processo de desenvolvimento significativo. Em nosso país, desde as primeiras experiências de implantação do auto-serviço (fins da década de 40 e início dos anos 50), até meados da década de 60, o setor passou por uma fase de adaptação, operando em escala inferior ao seu potencial, em função de características peculiares vigentes em nosso país. A partir da segunda metade dos anos 60, as alterações introduzidas na economia proporcionaram as condições para a expansão dos supermercados, e mais tarde para o segmento de vestuário. A experiência com supermercados foi difundida para algumas lojas de vestuário, mudando-se os balcões tradicionais, por gôndolas e outros meios em que o consumidor participa mais do processo de escolha, passando a exigir cada vez menos a presença do vendedor.

O autor, através de pesquisas históricas pode apurar que durante a década de 70, o setor experimentou uma fase de expansão em seus negócios, inclusive com o aumento da quantidade de lojas e do tamanho das mesmas, com a conseqüente obtenção de economias de escala e de maior produtividade. Na segunda metade da década, devido à existência de políticas governamentais de controle de preços e problemas legais desfavoráveis às atividades de varejo, a expansão de atividades do setor seguiu por duas vertentes, ou seja, a aquisição de lojas de outras empresas, por um lado, ou a busca de novos mercados, por outro, prática que se intensificou a partir do final da década.

Nos anos 80, apesar da recessão, o setor não experimentou uma queda nos níveis de venda, dando continuidade ao processo de abertura de novas lojas e de absorção de novos estilos de mercado. Na década de 90 podemos destacar como relevantes para o setor a implantação do Código de Defesa do Consumidor e as mudanças introduzidas na economia, com a abertura comercial e o Plano Real.

O setor de vestuário está experimentando reformulações com o surgimento de *shopping centers* e a terceirização de atividades não-essenciais, e também do estabelecimento de parcerias logísticas com seus fornecedores, além de planejar os níveis de mercadorias em estoque, visando reduzi-los.

1. Dados Informativos sobre a Pesquisa

A pesquisa aqui exposta foi realizada entre os dias 21/10 a 12/11/99, abordando as cidades que compõem a RML, buscando identificar particularidades do empresário de vestuário, nas ruas e nos *shopping centers*, abordando temas relacionados a preços. As perguntas foram breves e objetivas, devido ao fato de os empresários não disporem de muito tempo para responder a questionários longos.

Foram implementados levantamentos em fontes primárias; utilizou-se o critério de entrevistar a pessoa responsável pela loja no momento da visita, com o objetivo de captar dados de quem realmente tem contato com os clientes. O termo vestuário foi explicitado aos empresários como abrangendo os itens: calça, camisa, terno, saia e blusa.

Por tratar-se de uma pesquisa não-probabilística as informações obtidas não se destinam a uma globalização, mas são aplicáveis à amostra, servindo como um indicativo de comportamentos e tendências.

De um total de 1.303, foram “entrevistados” 212 estabelecimentos, sendo 135 em Londrina e 77 nas cidades da região metropolitana assim distribuídos: 19 em Ibiporã, 25 em Cambé, 25 em Rolândia, 5 em Jataizinho e 3 em Tamarana. Do total, 82 eram lojas de *shopping centers* e 130 eram lojas de rua. Buscou-se uma proporcionalidade entre a quantidade de estabelecimentos existentes no município com o número dos que foram selecionados para a pesquisa.

Os dados colhidos junto aos empresários, foram agrupados e tabulados da seguinte forma:

- Características da empresa, do entrevistado, como determina o preço, como o cliente recebe o preço, qual o serviço auxiliar que o cliente mais valoriza, informações sobre custos e preços e o que o empresário tem feito para melhorar o retorno.

2. Instrumental Estatístico

2.1. Teste do Qui-Quadrado

Este teste não paramétrico é particularmente um dos mais adaptados ao estudo das ciências do comportamento, razão pela qual faz-se uso do mesmo neste estudo.

2.2. Discussão dos Resultados:

- 2.2.1. Com relação a Níveis de Idade X Escolaridade, observa-se que existe diferença entre os três níveis para idades de 25 a 50 anos, assim como há diferenças entre o 2º e 3º grau para idades nos níveis de 0 a 25 anos.
- 2.2.2. Quando aplicado o teste para Técnicas de Formação de Preços X Idades, em relação ao componente calça, verifica-se que existe diferença significativa no nível de $\alpha=5\%$ para idades; entretanto, em relação às técnicas não houve nenhuma diferença significativa. Esta tendência pode ser observada também para os componentes: saia, blusa, terno e outros.
- 2.2.3. Apenas para ilustrar, acrescenta-se a Figura 01, a seguir, relativa ao componente calça: Grau de Instrução do Empresário X Como Determina Preço.
- 2.2.4. Tabela de Correlação de Spearman. Verifica-se que existe uma forte correlação entre todos os componentes, exceto “técnica” como mostra a Tabela. Portanto, provavelmente, existe coerência entre as variáveis.
- 2.2.5. Além do Teste do χ^2 quadrado aplicou-se o Teste de Kendall Tau, que ratificou os resultados do Teste de Spearman.

Portanto o teste estatístico aponta que, provavelmente, existe dependência e correlação entre as variáveis.

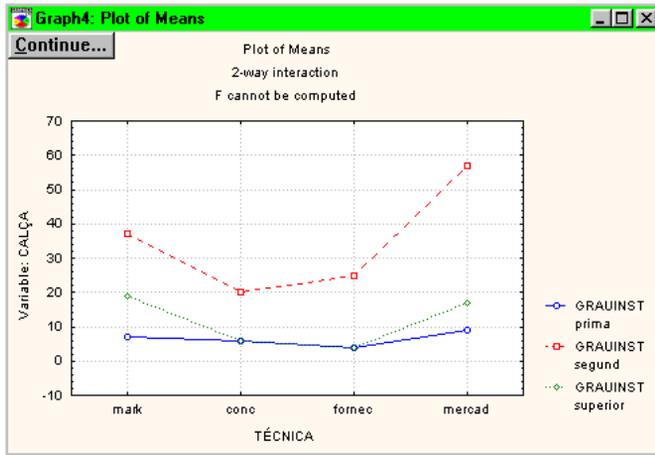


Figura 01- Grau de Instrução X Como Determina Preço (ilustração gráfica).

3 Análise da Pesquisa com os Empresários de Vestuário

De acordo com dados obtidos através da tabulação dos questionários:

3.1. Perfil do Empresário de Varejo

a) Quanto às características da empresa

- faturamento médio mensal dos que informaram é de R\$ 11.771,00;
- vendem mensalmente, em média, 179 calças, 164 camisas, 205 blusas, 112 saias e 7 ternos; e
- um a cada quatro empresários tem mais de uma loja.

b) Quanto ao entrevistado

- 70% é o empresário quem opera a loja;
- quem determina o preço é: em 77% das lojas é o dono, em 20% é o gerente e 3% são outros elementos;
- dos empresários entrevistados, 67% aprenderam a gerir preços na própria empresa; 12% aprenderam na escola e 21% aprenderam em outra empresa;
- quanto à idade, 31% têm menos de 25 anos, 59% têm entre 25 e 50 anos e 10% têm mais de 50 anos; e
- o grau de instrução dos empresários é: 13% possuem até o 1º grau, 64% têm até o 2º grau e 23% têm nível superior;

c) Como determinam o preço

Ressalta-se da Tabela 01, a seguir, informações de que um percentual expressivo de empresários utiliza-se da metodologia de *mark-up* para determinar o preço; na venda de ternos este percentual é de 42%. Em torno de 17% dos empresários baseiam seus preços nos preços dos concorrentes, 15% relacionam aos demais itens e 34%, para ternos formam seus preços com base na sugestão do fornecedor.

ÍTEM	Utiliza <i>mark-up</i>		Baseado no preço do concorrente		Sugestão do fornecedor		De acordo com o mercado		Outros	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Calça	63	28	32	15	33	15	83	40	4	2
Camisa	61	33	31	16	29	15	65	34	4	2
Saia	50	27	30	17	24	13	74	41	4	2
Blusa	53	28	32	17	29	15	73	38	4	2
Terno	17	42	3	6	18	34	9	17	4	1

Tabela 01 - Como determinam os preços.

PREÇO BASEADO NO CUSTO X PREÇO BASEADO NO MERCADO (%)					
ITÉM	CALÇA	CAMISA	SAIA	BLUSA	TERNO
BASEADO NO CUSTO (Mark-up + Sugestão do fornecedor)	43	48	40	43	76
BASEADO NO MERCADO (Preço do concorrente + de acordo com o mercado)	55	50	58	55	23
OUTROS	2	2	2	2	1
TOTAL	100	100	100	100	100

Tabela 02 - Preço baseado no custo X preço baseado no mercado.

Observa-se na Tabela 02 que os empresários que determinam os preços baseados nos custos estão na faixa dos 40%, enquanto os que determinam seus preços baseados no mercado estão na faixa dos 50%, exceto para o item terno em que 76% dos empresários baseiam-se nos custos e apenas 23% baseiam-se nos preços de mercado, conforme a Figura 03. Para ilustração, a Figura 02, a seguir, utilizou a média dos percentuais dos itens calça, camisa, saia e blusa, em comparação com o item terno; pode-se observar melhor a distorção, provavelmente provocada pela diferença de preço entre os demais itens e terno. Constata-se assim, que o preço relativo do terno leva o empresário a mudar a estratégia de formação do preço final, bem como, neste item o risco de um prejuízo é maior, embora em relação aos demais artigos a sua

comercialização seja restrita.



Figura 02 - Formação do Preço para os itens: calça, camisa, saia e blusa



Figura 03 - Formação do Preço para o item terno.

d) Como o empresário julga que o consumidor recebe uma alteração de preços

ÍTEM	Aceita		Demonstra insatisfação reclamando do preço		Desiste da compra		Outros	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Calça	104	50	81	39	16	8	7	3
Camisa	82	45	79	43	15	8	7	4
Saia	82	47	72	41	13	8	7	4
Blusa	89	48	73	40	15	8	7	4
Terno	17	37	15	33	7	15	7	15

Tabela 03 - Como o empresário julga que o consumidor recebe uma alteração de preços.

Na Tabela 03 verifica-se que, dos empresários pesquisados, aproximadamente 50% entendem que o cliente aceita aumentos de preço e 40% acham que estes demonstram insatisfação, reclamando do preço e que 8%, apenas, desistem da compra quando de uma alteração de preços.

e) O serviço que o cliente mais valoriza

ÍTEM	Garantia		Atendimento		Assistência Técnica		Outros	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Calça	49	22	143	64	32	14	1	0
Camisa	42	21	127	63	31	15	1	1
Saia	37	20	126	67	23	12	1	1
Blusa	42	22	128	66	23	11	1	1
Terno	17	35	18	38	12	25	1	2

Tabela 04 - O serviço que o cliente mais valoriza.

A Tabela 04 demonstra que o empresário entende que o atendimento é o que o cliente mais valoriza, com aproximadamente 65% nos produtos, exceto no caso do terno onde cai para 38%. Pode-se entender que para terno o cliente valoriza a garantia (com 35%) e a assistência técnica (com 14%).

f) Apuração de custos e lucros

	Tem apuração de custos e lucro		A empresa possui algum controle de custos		Tem alguma consultoria prestando serviços	
SIM	132	64%	121	58%	11	5%
NÃO	75	36%	87	42%	196	95%

Tabela 05 - Apuração de custos e lucros

O empresário, quando perguntado se tem apuração ou controle de custos, a maioria responde positivamente, mas quanto argüido sobre a utilização desta informação, parte destes demonstram desconhecer a sua utilidade, conforme contido na Tabela 05. Apenas 5% dos entrevistados utilizam um serviço profissional de consultoria para melhorar seu desempenho.

g) O que o empresário de vestuário tem feito para melhorar o retorno

Nota-se na Tabela 06 que os empresários de vestuário, buscando melhorar o retorno de sua empresa, em média 6% têm optado pela troca ou redução de funcionários, 3% pela redução de impostos, 15% pela troca de fornecedores, 5% pela troca de instalações, 19% pelo treinamento de funcionários e 52% pelas promoções de vendas. Os empresários que comercializam ternos apresentaram respostas um pouco diferenciadas e, em média, 7% têm optado pela troca ou redução de funcionários, 2% pela redução de impostos, 20% pela troca de fornecedores, 4% pela troca de instalações, 33% pelo treinamento de funcionários e 34% pelas promoções de vendas.

O que tem feito para melhorar o retorno?	CALÇA		CAMISA		SAIA		BLUSA		TERNO	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Troca/redução de funcionários	14	6	12	6	11	5	13	6	3	7
Redução de impostos	8	3	8	4	8	4	8	4	1	2
Troca de fornecedores	36	15	34	15	31	15	32	15	9	20
Troca de instalações	12	5	9	4	10	5	9	4	2	4
Treinamento de funcionários	47	19	38	17	35	17	38	17	15	33
Promoção de vendas	131	52	120	54	112	54	118	54	16	34

Tabela 06 - O que o empresário de vestuário tem feito para melhorar o retorno.

h) Quem determina o preço e o que se utiliza para determiná-lo:

Com a mudança do responsável pela determinação do preço, a ferramenta utilizada para determiná-lo também passa a ser empregada com mais ou menos ênfase, conforme demonstrado na Figura 04.

i) Faixa etária do empresário X como determina o preço

A Figura 05 demonstra que com o avanço da idade do empresário (de até 25 anos para de 25 a 50 anos), as metodologias de determinação do preço: *mark-up* e de acordo com o mercado, reduzem a utilização para valorizar o preço baseado nos concorrentes e sugestões dos fornecedores. Porém quando ultrapassa os 50 anos, o empresário demonstra clara preferência pela metodologia de trabalhar o preço de acordo com o mercado.

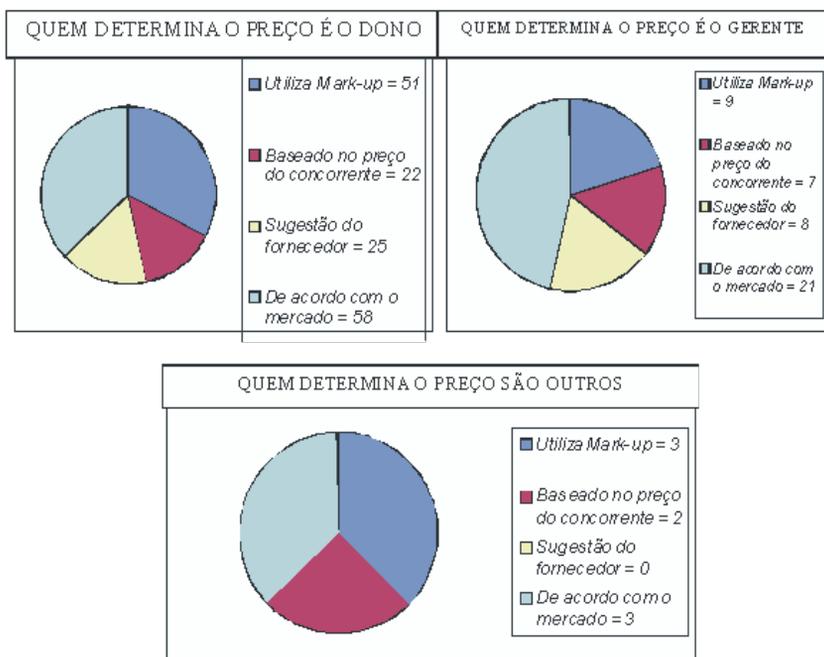


Figura 04 – Quem determina preço e o que se utiliza para determiná-lo.

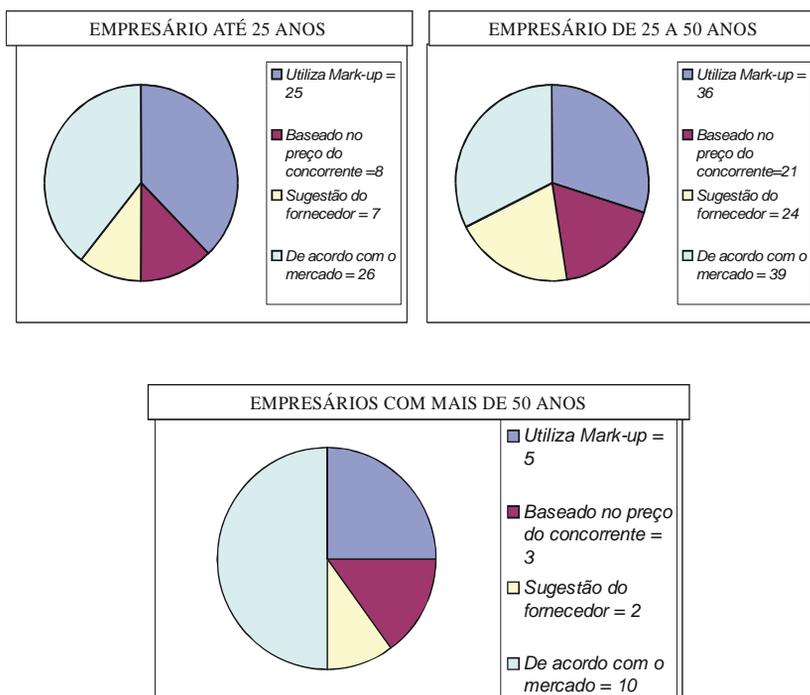


Figura 05 – Faixa etária do empresário X como determina preço.

J) Grau de instrução dos empresários X o que tem feito para melhorar o retorno.

A Figura 06 demonstra que quanto maior o grau de instrução, o empresário de vestuário utiliza mais a promoção de vendas e o treinamento de funcionários; a troca de fornecedores e instalações mantém-se praticamente constante para os três níveis de instrução; enquanto, quanto maior o grau de instrução do empresário, menos ele utiliza a troca e/ou redução de funcionários e redução de impostos.

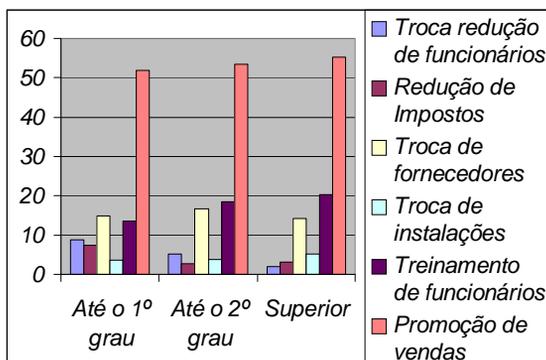


Figura 06 – Grau de instrução dos empresários X o que tem feito para melhorar o retorno (%).

Os empresários de um modo geral preocupam-se com o visual de seus estabelecimentos, em fazer promoções de venda; porém, demonstram possuir um conhecimento parcial das necessidades e anseios de seus clientes, o que faz com que lojas se obriguem a manter estoques elevados e itens de baixa rotatividade, devido a compras mal feitas ou feitas em épocas pouco apropriadas ou inoportunas.

CONCLUSÕES

O setor de vestuário da Região Metropolitana de Londrina, com base na pesquisa realizada e projetando proporcionalmente o volume de recursos financeiros, tem um faturamento aproximado de 11 milhões de reais por mês em 1.303 lojas (média do total de vendas de 212 lojas projetado para 1.303 lojas do setor = R\$ 1.777.300/212*1.303), o que representa um volume significativo de recursos para a economia regional.

Parte expressiva dos empresários utilizam o *mark-up* ou simplesmente seguem o mercado ou os concorrentes para determinar seus preços, sendo que a segunda hipótese é arriscada para a empresa, pois se esta possuir custos operacionais maiores que os de seus concorrentes, poderão levar a empresa à insolvência, caso esta não adeque seus custos. O procedimento é viável desde que a empresa compatibilize seus custos com o preço praticado. A utilização de um *mark-up* aplicando-o linearmente a todos os produtos pode distorcer o preço de alguns componentes e, ao longo do tempo, gerar um estoque de difícil comercialização, composto por itens fora de moda. A alternativa é adequar o *mark-up* de acordo com o produto ou linha de produtos, observando demanda, quantidade, tempo de estoque, etc.

A maior parte dos empresários acham que o cliente aceita o reajuste de preço; porém os clientes, com base em uma pesquisa anterior, quando perguntados sobre “se a marca que eles compram tradicionalmente elevar o preço em relação à última compra”, 71,46% afirmaram que mudariam de marca, e 60,43% dos consumidores de vestuário afirmaram que se informam sobre preços antes de comprar. Como os clientes estão gradativamente descobrindo a força que podem exercer e até alterar hábitos de empresários, obviamente o empresário que entender melhor o modo de pensar de seus clientes e souber fazer uso destas informações, terá grande vantagem competitiva. Os empresários do setor de vestuário precisam investir mais em pesquisas para conhecer particularidades sobre os consumidores e desenvolver uma logística dirigida de modo a torná-los seus clientes.

O empreendedor deve estabelecer o valor de venda de seus produtos a partir da gestão de preços, o que se constitui em premissa razoável para obtenção de resultados, e ainda, não pode desconhecer aspectos importantes sobre seus consumidores. O risco de continuidade de seu empreendimento é maior.

A maioria dos empresários tem até 50 anos de idade e o segundo grau de instrução, o que mostra uma grande participação destas duas faixas no mercado de trabalho, demonstrando também que uma grande porcentagem dos negócios é gerida pelos próprios empreendedores.

Ao trabalhar com pesquisa dessa natureza, com tantos dados, algumas escolhas tiveram que ser feitas. Por exemplo, deixou-se de lado deliberadamente qualquer comparação entre atividades gerenciais, processos e sistemas, entre cidades diferentes.

Verifica-se a validade prática da crítica do desconhecimento e despreparo de alguns empresários para enfrentar um mercado de constantes mudanças no ambiente (segundo estas mudanças, as empresas de vestuário teriam um papel de liderança na criação e difusão da moda), que tem grande importância para o entendimento da moderna atividade empresarial de atendimento a consumidores. Além disso, tal investigação é importante para a compreensão das grandes mudanças que a maioria das organizações têm vivido nos últimos anos, bem como para o entendimento do papel do consumidor como agente deste processo.

Por fim, ao estudar, detida e empiricamente, os limites da influência dos consumidores – na verdade, como agentes externos – na ação organizacional mais global, estamos colaborando para entender e agir melhor sobre a maneira pela qual as organizações precisam se transformar e serem transformadas.

Por esses motivos, a linha de pesquisa mais ampla na qual este estudo está inserido poderá produzir diversos frutos. Ela pode ajudar-nos a entender melhor os consumidores que estão causando sucessivas mudanças nas organizações da RML. Da mesma forma, para muitos empresários, pode não ser necessário experimentar a desaprovação de seus clientes; precisam analisar melhor o seu negócio para que consigam efetivamente compreender aquilo que é necessário para manter-se no mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBRECH, Karl. **Revolução nos serviços**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
2. ANGELO, Cláudio Felisoni de; SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht da. **Varejo competitivo**. v.2. São Paulo: Atlas, 1997.
3. _____, Cláudio Felisoni de; SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht da. **Varejo competitivo**. São Paulo: Atlas, 1996.
4. ANGELO, Cláudio Felisoni de. **Varejo-modernização e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 1994.
5. BERNARDI, Luiz Antonio. **Política e formação de preços**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
6. BRASIL. Presidente (F.H. Cardoso) **5 anos do Real. Estabilidade e desenvolvimento**. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.
7. CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
8. CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 1998.
9. CSILLAG, João Mario. **Análise de valor**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
10. ENGEL, James; WARSHAW, M; KINNEAR, T. **Promotional strategy**. Irwin Publishing. 8.ed. 1994.
11. GITMAN, Laurence J. **Princípios de administração financeira**. 7.ed. São Paulo: Harbra, 1997;
12. GUERREIRO, Reinaldo. **A meta da empresa: seu alcance sem mistérios**. São Paulo: Atlas, 1996.



13. KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
14. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de varejo.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
15. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
16. MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing.** v. I e II, 4.ed. São Paulo: Atlas, 1997;
17. MEGIDO, José Luiz Tejon; XAVIER, Coriolano. **Marketing & agribusiness.** São Paulo: Atlas, 1998.
18. MORRIS, Michel H; MORRIS, Gene. **Política de preços em um mercado competitivo e inflacionado.** São Paulo: Makron Books, 1994.
19. PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.
20. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios. Edições de 1997 a 2000.
21. R. A. E, - **Revista de Administração de Empresas.** Fundação Getúlio Vargas, FGV, n.1 a 4, 1999.
22. Revista **HSM-Management.** São Paulo: Editora Savana, 1998/2000.
23. ROBBINS, Stephen Paul. **Administração-mudanças e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2000.
24. SANTOS, Joel J. **Formação do preço e do lucro.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
25. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 20.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
26. SHANK, John K.; GOVINDARAJAN, Vijai. **A revolução dos custos.** 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
27. WELSCH, Glenn A. **Orçamento empresarial.** 4.ed. São Paulo: Atlas; 1983.



UTILIZAÇÃO DE DIETAS ENTERAIS PELOS SERVIÇOS HOSPITALARES DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA (GO)

* *Maria Luiza Ferreira Stringhini*

** *Marianna March Mieto*

** *Silvana Bonfim*

*** *Berenice Müller Elias*

RESUMO

A nutrição enteral é um recurso importante para a manutenção e recuperação do estado nutricional de pacientes com limitação à ingestão de alimentos por via oral. Este estudo objetivou avaliar a frequência e motivos do emprego de dietas enterais pelos Serviços Hospitalares de Nutrição do Município de Goiânia e identificar o profissional responsável pela prescrição dietética. Trinta e duas instituições hospitalares que utilizavam a nutrição enteral receberam um formulário para preenchimento. Os resultados mostraram que a maioria desses serviços usava, tanto os formulados industrializados quanto os artesanais. A adoção de formulados industrializados apresentou como justificativa a segurança quanto à composição de nutrientes. A opção pelo uso de formulados artesanais não tem justificativa conclusiva, mas o custo está entre as principais razões para sua adoção. O profissional nutricionista encontra-se presente na maioria das instituições hospitalares, embora nem sempre seja o responsável pela prescrição dietética da terapia nutricional enteral.

PALAVRAS-CHAVE: Nutrição Enteral; Alimentos Formulados; Serviço Hospitalar de Nutrição.

ABSTRACT

Enteral feeding is an important resource for maintaining and recovering the nutritional state of patients with limited oral food intake. This experiment tried to evaluate the frequency and reasons for the use or not of enteral diets by the Nutrition Services of the Hospital Units in Goiânia, and to identify the professional responsible for the dietetic prescription. Thirty-two different hospitals and health institutions that use enteral nutrition received a form to be filled in. The results indicate that most of the services use both the industrialized and the domestic formulae. The preference for the industrialized formulae was justified by the safety of their nutrients' composition. The choice for the domestic formulae presents no conclusive justification, but the costs are amongst the main reasons for their use. The nutritionist is present in most Nutrition Services even though he/she is not always responsible for the dietetic prescription of the enteral nutritional therapy.

KEY-WORDS: Enteral Nutrition; Formulated Food; Food Hospital Service.

* Docente da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG).

** Nutricionista.

*** Nutricionista. Especialista em Alimentação Institucional.

INTRODUÇÃO

A nutrição enteral consiste em administrar todas as substâncias nutritivas, em forma líquida, diretamente no trato gastrointestinal com o auxílio de sondas ou ostomias, sem depender do apetite e da colaboração do indivíduo (DAN, 1995). Sua utilização é um recurso importante para a manutenção e recuperação do estado de saúde de pacientes hospitalizados ou no domicílio (DOMENE & GALEAZZI, 1997).

As dietas enterais têm sido objeto de constante inovação dentro da terapêutica nutricional graças ao seu grande auxílio na recuperação de indivíduos desnutridos e ao aprimoramento de técnicas. Com isto, ocorreram várias mudanças em relação à forma de apresentação, modo de preparo e composição química destas fórmulas enterais.

O sucesso de um programa de recuperação nutricional com a utilização de nutrição enteral depende, fundamentalmente, da escolha de uma formulação adequada às necessidades nutricionais básicas e à capacidade digestiva de cada paciente (JÚNIOR & TANNURI, 1994). Na nutrição enteral podemos utilizar as dietas artesanais, compostas por alimentos *in natura*. Apesar do baixo custo, essas dietas envolvem preparo demorado, manuseio constante, o que implica em uma possibilidade maior de contaminação e composição química muito variável. Por outro lado, encontram-se no mercado dietas industrializadas, na forma de pó, para reconstituição, ou líquidas, prontas para usar. Comparadas às dietas artesanais, estas últimas apresentam facilidade de preparo, menor risco de contaminação, densidade calórica apropriada, composição balanceada dos macronutrientes e micronutrientes, de acordo com recomendações internacionais (LEANDRO, 1990). Como desvantagem, o alto custo limita o uso das dietas industrializadas em muitos pacientes (KEOHANE *et al.*, 1983).

A atuação da equipe multiprofissional é importante na escolha do tipo de dieta enteral, bem como no acompanhamento e monitorização dessa modalidade terapêutica para a recuperação do estado nutricional de pacientes (CUNHA & CUNHA, 1998).

Sendo assim, este estudo objetivou avaliar a frequência e os motivos do emprego de dietas enterais, sejam formulados industrializados (FI) ou artesanais (FA), pelos Serviços Hospitalares de Nutrição do Município de Goiânia, e identificar o profissional responsável pela prescrição dietética.

MATERIAL E MÉTODOS

Todas as instituições hospitalares do Município de Goiânia (GO), de natureza pública ou privada, num total de 87 (oitenta e sete), segundo a Federação dos Hospitais do Estado de Goiás e da Superintendência de Vigilância Sanitária, foram informadas, por telefone, sobre os objetivos da pesquisa.

Dentre essas, 32 (36,8%) utilizavam a nutrição enteral em seus Serviços de Nutrição e Dietética (SND) e foram visitadas por um entrevistador treinado para a pesquisa, em datas e horários segundo prévio agendamento.

O nutricionista ou o responsável pelo SND recebeu um formulário (ANEXO 1) para preenchimento, sem intervenção do entrevistador, para não haver indução de respostas que pudessem falsear os resultados.

As respostas foram tabuladas e os resultados apresentados sob a forma de frequência simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 87 (oitenta e sete) instituições hospitalares do Município de Goiânia, 55 (63,2%) não fazem uso de formulados para nutrição enteral. Sendo assim, 32 (trinta e dois) questionários válidos compuseram a amostra estudada. Dessas, 9 (28,1%) utilizam exclusivamente formulados industrializados (FI), 4 (12,5%) exclusivamente o formulado artesanal (FA) e, na maioria dos casos, ou seja, 19 (59,4%) as instituições usam ambos os formulados.

Em 44,4% dos serviços que usam exclusivamente FI, também o adotam para uso domiciliar; 11,1% utilizam FA, 22,2% usam tanto FA quanto FI e 22,2% preferem recuperar o estado nutricional durante a internação e não utilizar a nutrição enteral no domicílio. No caso dos serviços de nutrição e dietética que utilizam FA exclusivamente, 50% recomendam-no para uso domiciliar e a outra metade não utiliza a nutrição enteral para pacientes de alta hospitalar. É interessante observar que, em quase todos os serviços, a prescrição dietética hospitalar é recomendada para a alimentação do paciente no domicílio.

As Tabelas 1 e 2 trazem os principais motivos que justificariam a opção do serviço por um ou outro tipo de formulado na nutrição enteral.

Observou-se que a opção por FI é baseada na segurança relativa à composição dos nutrientes (60,7%) e nos aspectos microbiológicos (28,5%). E no caso de FA, 52,2% apontam, como principal motivo para seu uso durante a terapêutica nutricional, o alto custo de FI. Entretanto, a análise deste resultado é limitada, uma vez que, em 34,8% dos serviços, o responsável não apresentou resposta a esta questão. Neste sentido, DAN (1995) preconiza que, para a seleção de uma dieta enteral, é necessário o conhecimento das necessidades nutricionais específicas do paciente e da composição da fórmula. A dieta escolhida precisa ser nutricionalmente adequada, ser bem tolerada, de fácil preparação e econômica. Além disso, uma vez que a alimentação por sonda tenha sido iniciada, uma monitoração frequente da real ingestão é importante para assegurar que as metas nutricionais tenham sido atingidas (BRADFORD, 1998).

Em nosso estudo, observou-se ainda que, das 32 (trinta e duas) instituições hospitalares que utilizam terapia de nutrição enteral, 68,7% possuem o nutricionista em seu quadro de funcionários. Desse total, 81,8% apresentam este profissional como o responsável pela prescrição dietética deste suporte. Vale lembrar que esta pesquisa não considerou as atividades de rotina do nutricionista e nem se o número de profissionais empregados por instituição é compatível com o desenvolvimento desse tipo de assistência nutricional. Em nosso país, estabeleceu-se, através da Portaria MS nº 337 (BRASIL..., 1999), os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral. Esta Portaria define que a equipe multiprofissional de terapia nutricional deverá ser constituída pelos profissionais médico, nutricionista, enfermeiro e farmacêutico, treinados nesta área específica, sendo o nutricionista o responsável pela prescrição dietética.

Verificou-se, também, que 65,6% dos serviços de nutrição que utilizam dietas enterais possuem manual de dietas padronizadas, sendo que, na maioria das vezes (90,5%), a padronização foi realizada pelo próprio serviço. Além disto, 34,4% dos Serviços de Nutrição Hospitalar do Município usam serviços de terceiros para o preparo de dietas enterais. Entretanto, é importante salientar que, tanto pelo estabelecimento da padronização de dietas quanto pela utilização de serviços terceirizados, o nutricionista deverá acompanhar o paciente durante todo o processo de recuperação nutricional para assegurar a eficácia do tratamento.

CONCLUSÕES

A análise dos resultados permite concluir que:

- a maioria dos Serviços de Nutrição Hospitalar no Município de Goiânia não usam o suporte nutricional;
- as instituições hospitalares que utilizam esta forma de terapia nutricional adotam tanto o uso de formulados industrializados quanto artesanais;
- o conhecimento da composição química do formulado industrializado constitui uma vantagem sobre o formulado artesanal e este é o principal motivo de sua adoção;
- o baixo custo do formulado artesanal em relação ao formulado industrializado parece ser a principal razão do seu emprego;
- o profissional nutricionista encontra-se presente na maioria dos Serviços de Nutrição Hospitalar, embora nem sempre seja o responsável pela prescrição dietética da terapia nutricional enteral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRADFORD, S. Métodos de suporte nutricional. In: MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. Krause. **Alimentos, nutrição e dietoterapia**. 9.ed. São Paulo: Roca, 1998. p 437-461.
- BRASIL. Leis e Decretos. Portaria nº 337, de 14 de abril de 1999. Regulamento técnico para a terapia de nutrição enteral. *Diário Oficial [República Federativa do Brasil]*, Brasília, 1999. p. 96-106.
- CUNHA, S. F. C.; CUNHA, D. F. Suporte nutricional. In: DUTRA-DE- OLIVEIRA, J. E.; MARCHINI, J. S. *Ciências nutricionais*. São Paulo: Sarvier, 1998. p. 289-303.
- DAN, L. W. *Nutrição enteral e parenteral na prática clínica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995. 642p.
- DOMENE, S. M. A.; GALEAZZI, M. A. M. Prescrição e uso de formulados para nutrição enteral pelos serviços de nutrição hospitalares do município de Campinas (SP). *Revista de Nutrição da PUC/CAMP*, Campinas, v.10, n.2, p.114-119, 1997.
- JÚNIOR, M. T.; TANNURI, U. *Suporte nutricional em pediatria*. São Paulo: Atheneu, 1994. 315p.
- KEOHANE, P. P.; ATTRILL, H.; JONES, B. J. M.; SILK, D. B. A. Limitations and drawback of fine bore nasogastric feeding tubes. *Clinical Nutrition*, 2; 85-86, 1983.
- LEANDRO, V. A. Suporte nutricional: princípios básicos da nutrição enteral. *Revista de Nutrição da PUC/CAMP*, Campinas, v.3, n.1, p.80-96, 1990.

Tabela 1. Principais motivos apresentados pelos Serviços de Nutrição Hospitalar para a adoção de formulado industrializado.

Motivo de uso	n	Porcentagem
Segurança quanto à composição química	17	60,7
Segurança microbiológica	8	28,7
Facilidade de processamento	7	25,0
Outro	3	10,7

Tabela 2. Principais motivos apresentados pelos Serviços de Nutrição Hospitalar para a adoção de formulado artesanal (n=23).

Motivo de uso	n	Porcentagem
Alto custo do formulado industrializado	12	52,2
Pequeno número de prescrições enterais	3	13,0
Dificuldade de compra do formulado industrializado	0	0,0
Sem resposta	8	34,8